

**ACCION
FISCAL
MENTO
e a
CIDADE**

Isabella Flach Gomes

**ACONTECIMENTO E A CIDADE,
UM CONCEITO PARA O URBANO:
PONTOS E RISCOS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Teoria, Produção e Experiência do Espaço.

Orientadora: Vanessa Brasileiro.

Belo Horizonte
2021

FICHA CATALOGRÁFICA

G633a

Gomes, Isabella Flach.

Acontecimento e a cidade, um conceito para o urbano [manuscrito] :
pontos e riscos / Isabella Flach Gomes. - 2021.
119f. : il.

Orientador: Vanessa Borges Brasileiro.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola
de Arquitetura.

1. Cidades e vilas - Teses. 2. Espaço urbano - Teses. 3. Espaços públicos -
Teses. 4. Movimentos sociais urbanos - Teses. I. Brasileiro, Vanessa Borges.
II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 307.76

Ficha catalográfica: Elaborada por Marco Antônio Lorena Queiroz – CRB 6/2155.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO	
---	--	---

FOLHA DE APROVAÇÃO

Acontecimento e a cidade, um conceito para o urbano: pontos e riscos

ISABELLA FLACH GOMES

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 21 de janeiro de 2021, pela Comissão constituída pelos membros:

VB Brasileiro

Assinado de forma digital por
Vanessa Borges
Brasileiro/76007227634
Dados: 2021.01.25 08:53:33
+0100

Profa. Dra. Vanessa Borges Brasileiro - Orientadora
EA-UFMG

Rita de Cássia Lucena Velloso

Profa. Dra. Rita de Cássia Lucena Velloso
EA-UFMG

Ricardo Fabrino Mendonça

Prof. Dr. Ricardo Fabrino Mendonça
FAFICH-UFMG

Guilherme Wisnik

Prof. Dr. Guilherme Wisnik
FAU-USP

Belo Horizonte, 21 de janeiro de 2021.

AGRADECIMENTOS

A todos os funcionários da Escola de Arquitetura, especialmente aos que trabalham na Biblioteca e no departamento de Pós-Graduação. A Universidade Federal de Minas Gerais, pública e gratuita, é um bem comum que deve ser defendido.

À minha orientadora, Vanessa Brasileiro, pelas instruções, conversas e leituras precisas. Aos membros da banca intermediária, professores a quem tenho grande admiração, Ricardo Fabrino e Rita Velloso. Continuem sendo sempre uma inspiração aos alunos. E a Guilherme Wisnik, membro da banca final, que aceitou gentilmente o convite.

Às minhas companheiras e companheiros teóricos, escritores de livros, teses, dissertações, artigos e textos variados que me ajudaram a compor esta constelação. Esta dissertação é fruto de incontáveis mãos.

À minha família, que sempre foi símbolo de acolhimento, calma e força.

Às amigas, amigos e amigues feitos antes e durante esta jornada. Em ordem cronológica, do ensino médio, da graduação na Escola de Arquitetura, da vida fora da Arquitetura, do mestrado e, pelo motivo do distanciamento social, do jogo de buraco online.

Aos amores.

E, finalmente, às cidades.

Uma cidade dentro da outra
O vazio e o caos no tempo de uma mesma respiração...

Christine Greiner

RESUMO

-

O movimento nas cidades é intenso. Testemunhamos várias insurgências que tomam a cidade como palco principal e como objeto de reivindicações dos movimentos sociais. *Acontecimento e a cidade* propõe a montagem de uma possível constelação do acontecimento urbano, cujos pontos principais são a teoria virtual (um hiato), que auxilia o pensamento sobre o urbano lefebvriano e que também trata de outras relações e consequências a partir da dupla espaço e *sujeito usuário*; o acontecimento lido pela tradição pragmática; os movimentos sociais das cidades – nas formas das aglomerações episódicas e das lutas emancipatórias, ambas diretamente ligadas ao espaço material e ao *direito à cidade* –; os *sujeitos* que corporificam essas insurgências – afinal, não existe uma separação radical entre a experiência coletiva e individual –; e as esferas e os espaços que pressionam os elementos constelares. Tendo como localização temporal a atualidade do século XXI, as práticas socioespaciais são convocadas e revelam-se como ilustrações teóricas. Elas versam sobre ações desviadas de *sujeitos*, que se interligam à atualização dos espaços durante e depois do acontecimento. Propõe-se, portanto, um panorama teórico que traça, arriscadamente, várias ligações entre esses pontos constelares e auxilia na leitura dos movimentos sociais que ocorrem nas cidades.

Palavras-chave: Acontecimento. Movimentos sociais. Urbano lefebvriano. Constelação.

ABSTRACT

-

The cities' movement is intense as we witness several insurgencies taking the city as the main stage and as the central object of demands. *Event and the city* proposes the assembly of a possible constellation of the urban event, in which the main points are the virtual theory, that helps us to think the *lefebvrrian* urban and also deals with other relations from the pair space and user; the event read by the pragmatic tradition; the social movements in the cities – in forms of episodic agglomerations and the emancipatory struggles, both directly linked to the material space and the right to city –; the people that embody these insurgencies – after all, there is no radical separation between collective and individual experience –; the spheres and spaces that pressure the constellar elements. Instead of appearing in a cutout, the social and spatial practices are called upon and revealed as theoretical illustrations within the 21st century. They deal with deviated actions from the people, which are linked to the actualization of spaces during and after the event. Therefore, it is proposed a theoretical overview that traces, riskily, several connections between these constellar points and helps in the reading the social movements of the cities.

Key-words: Event. Social movements. Lefebvrrian Urban. Constellation.

SUMÁRIO

-

1 INTRODUÇÃO	13
<i>PARÊNTESIS: O VIRTUAL E O ESPAÇO EM ATUALIZAÇÃO</i>	25
2 O ACONTECIMENTO E O FAZER-CIDADE	33
3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A VIDA NAS CIDADES	47
4 A DESOBEDIÊNCIA	67
5 A ESFERA E O ESPAÇO	83
5.1 As esferas, as adições e os redesenhos	87
5.2 Os espaços materiais e os acontecimentos urbanos	98
6 CONCLUSÃO	113
REFERÊNCIAS	117
CRÉDITOS DAS IMAGENS	123

1 INTRODUÇÃO

-

Primavera Árabe no Egito, Occupy Wall Street nos EUA, manifestações na Praça Syntagma na Grécia, Geração à Rasca em Portugal, Movimento dos Indignados na Espanha, Jornadas de Junho no Brasil, Revolução dos guarda-chuvas na região administrativa especial de Hong Kong, Marcha das Mulheres pela legalização do aborto na Argentina, protestos no Chile, protestos no Sudão, reivindicações BLM pelos EUA e protestos na Bielorrússia, movimentos emancipatórios por moradia nas periferias no Brasil, hortas comunitárias e fazendas urbanas na França, cruising na Inglaterra...

Falo de acontecimentos que nunca vivi, em locais onde talvez nunca estive, mas sei que as cidades são lugares de intensos acontecimentos.

Um dos maiores pressupostos de uma pesquisa tão extensa quanto essa está na constatação da impossibilidade de uma listagem de todos os acontecimentos. Os movimentos anteriormente citados representam uma porcentagem ínfima diante da miríade de ocorrências insurgentes no século XXI. São exemplos fragmentários da constelação que é o acontecimento: em meio a crises políticas, sociais, econômicas, culturais, tratam de várias manifestações contra a precariedade imposta às pessoas, práticas em curso em prol de mudanças (revoluções ou reformas). É por isso que os *sujeitos*¹ ocupam as ruas, as praças, lotes abandonados, locais de fluxo de veículos, territórios públicos ou privados; para manifestar contra uma condição de vida que não se sustenta mais por diversos motivos.

1 A linguagem e a escrita são ferramentas que servem à manutenção de um sistema hierárquico, mas que também podem ser colocadas à reflexão constantemente. O texto que segue tem como princípio amenizar as distâncias linguísticas, aplicando o modo de escrita de Grada Kilomba em Memórias da Plantação (2019), de maneira a abarcar uma maior quantidade de pessoas. Em tal livro, a autora escreve sobre a problemática da língua portuguesa em reduzir a palavra sujeito ao masculino, sem permitir variações para o feminino ou para outras identidades. A não-inscrição dessas grafias aponta para a condição da não-existência dessas pessoas na própria língua e nos imaginários coletivos. Por concordar com Kilomba, opto por utilizar *sujeito* em itálico ao longo desse texto. Além da grafia especial de *sujeito*, os conceitos referenciais também aparecerão em itálico.

Guardadas as singularidades de cada movimento, o importante é perceber que talvez exista uma acumulação de experiências, reportada na História e na Comunicação, que faça emergir forças transformadoras de pensamento/ação e que gera essas formas de acontecimentos. De antemão, este texto dissertativo visa expor três pressupostos sobre essas formas de acontecimentos: 1) a Arquitetura urbana é um campo vasto que tem como ponto central a materialidade dos corpos e dos espaços. Logo, apesar de considerar as redes sociais, como *Twitter*, *Tiktok*, *Facebook* e *Instagram* como elementos importantes para o reconhecimento e mobilização dos *sujeitos*, as interações digitais não serão examinadas no texto; 2) os movimentos sociais vão muito além de um viés político-econômico-cultural. Tanto é que as reuniões a favor do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016 ou mesmo as reuniões neonazistas do século XXI na Alemanha etc. podem ser entendidas como “assembleias” que reivindicam algo. Mas, para efeitos desta dissertação, a característica intrínseca dos acontecimentos aqui abordados é, por alto, o desejo de vidas menos precárias – ou seja, é necessária uma distinção ética entre os movimentos; 3) por fim, parte-se do pressuposto de que um acontecimento é formado, muitas vezes, por assembleias múltiplas em si mesmas. Públicos com ideias completamente distintas podem se encontrar em consonância em um mesmo espaço-tempo, desde que tenham ao menos uma intersecção. Esta última inferência é essencial para este trabalho, uma vez que 1) mobilizo conceitos muito amplos, que podem significar coisas diferentes para grupos diversos, como *democracia*, *acontecimento*, *esfera pública*, *espaço público* etc.; 2) e, ainda que tenha pretendido colocar exemplos de movimentos sociais que tendam à esquerda, muitos deles podem apresentar uma morfologia híbrida no espectro político. O que quero dizer é que nem sempre todos os participantes compartilham das mesmas convicções políticas acerca de todos os passos dos movimentos (sem que esse fato represente uma impossibilidade à aglomeração). Isso leva-nos a considerar as possibilidades de transformação dessas insurgências ao longo do tempo, uma vez que as ideias e as ações são pontos passíveis de transfiguração, culminando, em alguns casos, em cooptação ou revés por parte de alguns integrantes.

Uma vez que todas as assembleias – e seus interesses de mudança – estão dispostos no espaço-tempo, dão-se embates de interpretações. Em geral, por mobilizarem muitas pessoas, mídia e Estados, a exemplo das assembleias na Bielorrússia em 2020, 2013 no Brasil, 2019 no Chile, as reivindicações são amplamente difundidas ao redor do mundo, sendo vinculadas a uma escala macro. Porém, desejo sinalizar que, para além dessas insurreições veiculadas e divulgadas, existem as revoluções moleculares, as transformações micropolíticas, tão potentes quanto as anteriores. O corpo coletivo pode designar um conjunto pequeno de pessoas da mesma família, do mesmo bairro ou do mesmo movimento social: essas variantes tratam de escalas e de escolhas de difusão por parte dos campos. Seja um acontecimento grandioso que irrompe o tempo de muitas pessoas, seja um acontecimento local, pequeno e trivial que irrompe o tempo daqueles poucos *sujeitos*, a divisão entre o acontecimento e o cotidiano não é tão rígida quanto a Muralha da China (HELLER, 2008). Na verdade, um está implicado no outro: o acontecimento e as reverberações transformam o cotidiano, enquanto o cotidiano pode ser lido como um substrato do acontecimento – são movimentos de transição, em que o fim de um e o começo do outro encontram-se num espaço nebuloso. Adianto que o esforço de diferenciação entre o “macroacontecimento” e o “microacontecimento” não está no escopo desta dissertação, já que o essencial é perceber que se trata de acontecimentos insurgentes, cujos espaços materiais são centrais para as lutas, isto é, todos sinalizam algum uso subversivo de alguns territórios das cidades, independente de uma avaliação de escalas.

Uma vez que o espaço é importante às insurgências desta dissertação, como a Arquitetura urbana poderia interpretar tais acontecimentos? Primeiro, a Arquitetura urbana fala do conjunto de disciplinas que estudam a cidade: planejamento urbano, história urbana, teoria urbana, geografia urbana, comunicação. A teoria do conhecimento do objeto cidade de Walter Benjamin (VELLOSO, 2007) prescreve uma imersão, expondo as relações com demais obras e fenômenos históricos. Pela perspectiva da Arquitetura urbana, estudar a cidade é entender de maneira crítica diversos vetores, com interesse em ler uma cidade não somente pelas formas e planos, mas também pelas práticas espaciais socialmente consolidadas e emergentes. A

Arquitetura urbana denota uma experiência espacial e temporal mais profunda dentro do cotidiano (e do acontecimento), para além dos estilos arquitetônicos. “Nela, a forma arquitetônica pode ser qualquer, pois interessam os resíduos e os vestígios deixados por quem a utiliza e ocupa” (VELLOSO, 2010, p. 141-142).

Simultaneamente, recorro ao urbano, como interpretado e aplicado por Lefebvre em *A revolução urbana* (2002, p. 28) e apresentado “não como uma realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora. O urbano é possível, definido por uma direção”, que acontece em processo e movimento. No livro, Lefebvre aprofunda na análise sobre o porquê o urbano não é visto: o ponto cego é o olho que não se vê (que precisa de um espelho), sendo que essa cegueira está associada à negação do campo que está por vir. Ou seja, opomo-nos à realidade, afastando-a, e assim a impedimos de nascer e desenvolver. Desse modo, o urbano é aquilo que ainda não vemos, ele é virtual, ainda que possamos imaginá-lo simultâneo ao nosso tempo, no qual o germe está aqui e agora e lhe falta a atualização para passar do polo do latente ao polo do manifesto. É uma ocultação; o que olhamos, não enxergamos, “trata-se de uma redução, ao mesmo tempo, social e mental” (LEFEBVRE, 2002, p. 38) que pode ser ultrapassada, por exemplo, com os usos subversivos dos espaços. Por isso, considero os acontecimentos apresentados nesta dissertação como acontecimentos urbanos, que ocorrem nas cidades (territorialidade). Lefebvre entende a cidade como

a obra de certos “agentes” históricos e sociais, isto leva a distinguir a ação e o resultado, o grupo (ou os grupos) e seu “produto”. Sem com isso separá-los. Não há obra sem uma sucessão regulamentada de atos e de ações, de decisões e de condutas. Sem mensagens e sem códigos. Tampouco há obras sem coisas, sem um lugar, uma “natureza”, um campo e um meio. As relações são atingidas a partir do sensível, elas não se reduzem a esse mundo sensível e no entanto não flutuam no ar, não fogem na transcendência (LEFEBVRE, 2001, p. 54).

O exercício do campo arquitetônico desenvolvido no texto é de um olhar testemunhal² (MIESEN, 2010) das outras relações dos agentes e dos grupos com o espaço. No mesmo sentido, Lefebvre (2001, p. 109) sugeriu que os profissionais do campo da Arquitetura urbana possam “inventariar a experiência obtida, tirar lições dos fracassos, ajudar o parto do possível através de uma maiêutica nutrida de ciência”. Este texto se presta a investigar uma possível disposição do inventariado na forma de constelação de pontos e riscos, lidando com o par totalidade-incompletude. A partir do entendimento do que é a cidade e do papel do arquiteto, seria o campo da Arquitetura urbana suficiente para compreender como os acontecimentos se associam ao espaço? Considerando-o como o conjunto de disciplinas, arrisco dizer que sim (ou parcialmente suficiente), afinal, há um alargamento das referências de pesquisa no processo de investigação. Precisamos de outros campos para entender o acontecimento na cidade, os *sujeitos* insurgentes, as associações entre eles, a relação desses *sujeitos* com o espaço e as imaginações de outros usos das materialidades da cidade. A relação dos *sujeitos* com os espaços está ligada a uma rede que também engloba o trabalho, o corpo, o tempo da infância, da juventude, da velhice, o desejo, o sexo...

Ao olhar para tais acontecimentos, devemos interpretá-los à luz de Žižek (2012): o autor, quando escreveu sobre o Occupy Wall Street, sugeriu uma aproximação ao movimento de forma como se ele não fosse uma pergunta ou enigma direcionados aos teóricos e, sim, uma resposta. A partir dessa resposta (que o movimento Occupy colocou à esfera pública), os estudiosos deveriam propor as questões pertinentes sobre aquele movimento. Esse, portanto, será o percurso desta dissertação: encontrar ferramentas que possibilitam a pesquisa no campo da Arquitetura urbana, na formulação de perguntas coerentes para os vários acontecimentos urbanos.

2 Testemunha vem de *witness*: “é importante que a arquitetura nunca ofereça soluções e, sim, visualize e espacialize os conflitos que são a realidade dos contextos. Se considerarmos que esses conflitos estão escapando de nossas vistas, a arquitetura se torna algo como uma testemunha ocular”. Arquitetura como testemunha, assim como os profissionais do campo da Arquitetura urbana.
No original: “It is important that architecture can never deliver solutions. However, what can do is visualize and spatialize the conflicts that are the reality of the very nature of its contexts; in fact, even more so considering that these conflicts are disappearing from our visual registers. Consequently, architecture becomes a mode of witness testimony” (MIESEN, 2010, p. 103).

O objetivo desta dissertação está centrado na montagem de uma constelação que auxilia o entendimento dos acontecimentos nas cidades. Acontecimentos esses que são caracterizados por formas diversas de movimentos sociais que têm o espaço da cidade como palco e foco da luta. Como o ponto fulcral é a apresentação das ferramentas teóricas para a análise dos acontecimentos, os movimentos sociais são mobilizados como imagens de um panorama. Além disso, utilizo algumas obras de arte, fragmentos de filmes e peças, que auxiliam o percurso. O método ancora-se na produção de um texto em montagem de imagens, sejam elas textuais ou fotográficas, que interligam as várias teorias dos campos da Ciência Política, Sociologia, História, Comunicação e Arquitetura urbana. Nesse sentido, a lógica fragmentária defendida por Walter Benjamin (2006) dá conta de uma certa totalidade, por isso parte-se de pontos-chaves que compõem a constelação do acontecimento, sem a pretensão de esgotar o assunto. A constelação para Benjamin tratava do conjunto de estrelas e os riscos (linhas) que estabeleciam relações entre elas, conformando um agrupamento momentâneo (VELLOSO, 2018). De maneira livre, também associo o risco ao verbo *arriscar*, caracterizando o momento de traçar as relações entre os pontos constelares como um arriscar-se a todo momento. O delinear desta constelação serve como primeiro passo para o objetivo de se fazer as perguntas coerentes a cada acontecimento urbano.

Sobre a estrutura, esta dissertação está dividida em um parêntesis e quatro capítulos:

O primeiro, que perpassa todo o texto, expõe um aprofundamento sobre o par virtual-atual. No momento do acontecimento, as denominações como público e privado se encontram suspensas, gerando uma imprevisibilidade, que pode levar a uma radicalização do movimento, uma cooptação, uma reverberação, um debate sobre a materialidade dos espaços etc. O par virtual-atual, que provém da teoria de Lévy (1996), é apresentado, pois essa atualização pode ser considerada uma resposta a alguma questão, sendo que, no sentido inverso, o movimento de virtualização (de formular as questões e perguntas sobre os acontecimentos) estaria ligado ao exercício proposto por Žižek aos estudiosos/filósofos.

O primeiro capítulo aborda o conceito de acontecimento, mais especificamente, a análise desenvolvida pelo sociólogo Louis Quéré. O acontecimento³ possui muitas vertentes de interpretação, todavia o pragmatismo de Quéré apresenta uma condensação de ideias que consegue ser aplicada aos movimentos sociais das cidades. Para isso, dois textos salutares foram consultados: “Entre facto e sentido” (2005) e “A dupla vida do acontecimento” (2012), donde é viável denominar como acontecimentos tais insurgências. A partir da caracterização dos acontecimentos, o pragmatismo é novamente convocado para auxiliar numa primeira aproximação com o *fazer-cidade*, com base em Teresa Caldeira (2001).

O segundo capítulo defende a ideia de que alguns movimentos sociais podem ser considerados acontecimentos, baseando-se no texto de Ricardo Mendonça (2007), “Movimentos sociais como acontecimentos: linguagem e espaço público”. A partir da leitura do texto de Mendonça, o capítulo apresenta duas *formas* de movimentos sociais urbanos e diversas prerrogativas para a mobilização deles: as aglomerações episódicas e as lutas emancipatórias por moradia (e por toda a infraestrutura que compete ao *morar na cidade*). Estas insurgências têm uma relação direta com o espaço, orbitando ao redor da noção de *direito à cidade* de Lefebvre (2001), conceito que engloba uma série de direitos que dizem respeito a viver em conjunto nesses territórios. Sobre as aglomerações episódicas, o principal referencial teórico utilizado foi *Corpos em assembleia*, de Judith Butler (2018), livro em que são discutidas as motivações das assembleias, as noções de público, de povo e a centralidade da materialidade espacial para os movimentos. Outro importante autor consultado foi James Holston com o texto “Rebeliões metropolitanas e planejamento insurgente no século XXI” (2016) e o livro *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil* (2013), produção que congrega as assembleias e os movimentos emancipatórios que lutam por moradia nas periferias.

3 No século XVI, quando o acontecimento apareceu como “palavra conceito” pela primeira vez, ele continha um significado mais simples, como “aquilo que acontece” (DOSSE, 2010, p. 02). Até o francês moderno seriam adicionados outros sentidos: algo que acontece a algum *sujeito*, de motivo feliz ou triste; ou uma ruptura, uma alteração no cotidiano (ainda com um tratamento passivo).

O terceiro capítulo disserta sobre o momento em que o *sujeito* decide obedecer a si mesmo, em ato de revolta, participando de uma manifestação, recusando uma ordem, ocupando o espaço. Não seria possível analisar os movimentos sociais apenas pelos processos históricos macroescalares, uma vez que as vontades individuais dos *sujeitos* também fazem parte da constelação do acontecimento. Para tanto, a coletânea de textos sobre o *Desobedecer*, de Gros (2018), foi consultada. Como escreve o autor, trata-se da “constituição de um corpo coletivo que exprime a recusa de ser ‘governado assim’ (...) nós fazemos corpo, fazemos sociedade desobedecendo coletivamente, levando um projeto alternativo de viver-junto” (GROS, 2018, p. 143). O início do capítulo apresenta as análises de Gros (2018), Butler (2002) e Kilomba (2020) sobre a peça de Antígona para depois tomar outros exemplos e obras sobre a desobediência.

O quarto capítulo, dividido em duas seções, tem como objetivo analisar as esferas e os espaços, como eles se constituem como ideias e como materialidades, sendo centrais aos acontecimentos urbanos. Por existir uma conexão entre a esfera e o espaço, primeiro examinaremos o conceito de esfera pública de Jürgen Habermas (1992). Entretanto, o aspecto mais importante da primeira parte está na constatação de que existem teorias que atualizam e revisam a construção de Habermas e que promulgam os contrapúblicos subalternos – formulados por Nancy Fraser (1992) e Michael Warner (2002). Esses públicos subalternos pressionam pelos redesenhos da esfera pública e reivindicam o *direito à cidade* por meio das insurgências.

A segunda seção aborda a materialidade do espaço, as calçadas, as ruas, as praças, as avenidas: espaços formados por uma infraestrutura que se tornam objetos das lutas. Locais constantemente reivindicados pelos diversos *sujeitos* e movimentos sociais, pois não existem prerrogativas que assegurem a posse, principalmente, por parte dos membros dos contrapúblicos subalternos ou a possibilidade de uso comum. Portanto, há uma centralidade pela conquista do pertencimento, uma conquista que ocorre pelo uso dos espaços, onde as suposições antecipadas de público e de privado estão suspensas, abrindo lugar a outras práticas, outras ações – tomando Butler (2018) e Lefebvre (2002) como principais pensadores desta seção.

E as considerações finais apresentam um apanhado dos conceitos mobilizados (pontos) e as relações (riscos) possíveis entre eles.

Não é que o passado lança luz sobre o presente ou que o presente lança luz sobre o passado;
mas a imagem é aquilo em que o ocorrido encontra o agora num lampejo, formando uma
constelação (...).

Passagens

Walter Benjamin

[N2a, 3] (2006, p. 504)

Praça Tahrir, Cairo
2011

Getty Images/Peter Macdiarmid
Disponível em: www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2016/01/25/cairos-tahrir-square-was-once-the-symbol-of-the-arab-spring-now-its-just-a-traffic-circle-again/



Praça Tahrir, Cairo
-

Egyptian Streets
Disponível em: worldarchitecture.org/architecture-news/eeqnc/tahrir-square-affiliated-to-egypt-s-25th-jan-revolution-is-under-current-renovations.html



Occupy Wall St. Parque Zuccotti, NY
2011

AP Photo/Seth Wenig
Disponível em: www.thenation.com/article/archive/purpose-occupy-wall-street-occupy-wall-street/



Parque Zuccotti, NY
2017

Robert Benson
Disponível em: www.architectmagazine.com/project-gallery/zuccotti-park



Praça Syntagma, Atenas
2012

Reuters/Yannis Behrakis
Disponível em: www.theatlantic.com/photo/2012/02/athens-in-flames/100244/



Praça Syntagma, Atenas
2019

Disponível em: followmckinsey.com/syntagma-square/



Av. da Liberdade, Lisboa
2011

Paulete Matos
Disponível em: www.esquerda.net/en/comment/2144



Av. da Liberdade, Lisboa
-

Disponível em: toponimialisboa.files.wordpress.com/2013/03/avenida-liberdade-2.jpg



Praça Puerta del Sol, Madrid
2011

AFP
Disponível em: www.economist.com/leaders/2011/05/26/welcome-to-the-anthropocene



Praça Puerta del Sol, Madrid
-

Disponível em: pt.hostelbookers.com/blog/stadtereisen/madrid/as-10-melhores-pracas-de-madrid/



Congresso Nacional, Brasília
2013

EBC/Arquivo
Disponível em: www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/06/junho-de-2013-foi-um-movimento-politico-se-e-politico-tem-disputa-de-ideias/



Congresso Nacional, Brasília
-

Filipe Frazao
Disponível em: archdaily.com.br/br/803043/classicos-da-arquitetura-congresso-nacional-oscar-niemeyer/55f9ba65e58ece-c1f800035e-ad-classics-national-congress-oscar-niemeyer-image



Distrito Administrativo de HK
2014

AP/Vincent Yu
Disponível em: time.com/3581690/life-in-hong-kong-occupy-protest-camps/



Distrito Administrativo de HK
2019

Lim Yaohui
Disponível em: www.straitstimes.com/asia/east-asia/what-travellers-need-to-know-about-the-protests-in-hong-kong



Congresso argentino, Buenos Aires
2019

Reuters/A. Marcarian
Disponível em: www.dw.com/es/nuevas-manifestaciones-en-argentina-a-favor-del-aborto/a-47594629



Congresso argentino, Buenos Aires
2019

Tourism Media
Disponível em: www.expedia.com.br/Congresso-Da-Nacao-Argentina-Buenos-Aires.d6060853.Guia-de-Viagem

Quartel-general de Cartum
2019

Ali Gaffar
Disponível em: www.mdpi.com/2071-1050/12/12/5194/htm



Quartel-general de Cartum
2018

-
Disponível em: www.researchgate.net/figure/Panoramic-view-of-the-western-side-of-the-al-Qeyada-area-in-2018-showing-how-the-site_fig5_342456627

Black Lives Matter Plaza, Washington DC
2020

Screengrab Apple Maps
Disponível em: www.commondreams.org/news/2020/6/8/21283744/black-lives-matter-satellite-apple-maps



16th St. Nw. Washington DC

-
Disponível em: www.daroapartments.com/dc-guide/renting-in-dc-guide/

Praça da Independência, Minsk
2020

Associated Press/ Evgeniy Maloletka
Disponível em: www.commondreams.org/news/2020/08/23/massive-crowd-minsk-tells-belarus-dictator-resign-now



Praça da Independência, Minsk

-
Disponível em: ecaintblog.wordpress.com/2015/07/15/guest-blog-a-glimpse-of-minsk/dsc01849/

Ocupação Izidora, Belo Horizonte
2017

Gabriel Sales
Disponível em: www.bbc.com/portuguese/brasil-40243444



Granja Werneck, Belo Horizonte

-
Disponível em: www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/27525-granja-werneck-o-ultimo-grande-refugio-verde-de-bh/

Ocupação 9 de julho, São Paulo
2019

Toni Pires
Disponível em: brasil.elpais.com/brasil/2019/07/05/politica/1562304011_256672.html

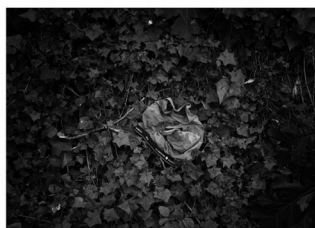


Edifício IAPETC – INSS, São Paulo
1941

-
Disponível em: www.saopauloantiga.com.br/inss/

Cueca em Montjuïc parc, Barcelona
2016

Katia Repina e Luca Aimi
Disponível em: narratively.com/why-having-gay-sex-in-a-park-is-still-thriving-in-2016/



Montjuïc parc, Barcelona

Jordi Play
Disponível em: meet.barcelona.cat/en/discover-barcelona/districts/sants-montjuic/parc-de-montjuic

PARÊNTESES: O VIRTUAL E O ESPAÇO EM ATUALIZAÇÃO

A tese de Diego Matos (2014, p. 72) descreve uma sesta memorável do, ainda criança, Cildo Meireles:

de repente, ainda acordado, viu o vulto de uma mulher que parecia sair justamente de um canto entre paredes. Ela fez um movimento de aproximação e em seguida recuou desaparecendo novamente. Tal cena para o artista foi extremamente assustadora e o marcou. Ao mesmo tempo em que aquele canto de casa representava-lhe acolhimento ou refúgio, era também o lugar do desconhecido, do estranho. Seria justamente uma zona intermediária, entre sonho e realidade.

A visão relatada impulsionou a investigação e feitura das obras *Espaços Virtuais: Cantos* (1967-1968), do citado artista. Apesar do tom onírico frente a obra, tanto de Meireles quanto da própria crítica à época da exposição, o trabalho nasceu da subversão do módulo euclidiano do espaço. Os desenhos, bem como as maquetes em escala humana, destituíam a razão ortogonal ao mesmo tempo que recriavam as atmosferas dos cantos familiares. Assim, Cildo colocou em cheque a condição da casa como um abrigo, revelando a possível vulnerabilidade da estrutura física e simbólica. Da mesma maneira que o artista fora visitado por uma terrível imagem através do canto, ele remontou o desconforto do infamiliar em sua própria obra.

Como de praxe em algumas produções artísticas dos anos 1960, o trabalho dependia diretamente do olhar do espectador. Foram produzidos efeitos visuais da ortogonalidade a partir de planos não-ortogonais, que dependiam da movimentação do observador para que as falsas imagens ortogonais fossem enxergadas. Para entender o trabalho, o participante deveria exercitar sua abstração, colocando-se em um ponto específico na medida em que se tornava real o vir-a-ser “por um pequeno instante de tempo” (MATOS, 2014, p. 71). De acordo com o autor, a virtualidade da obra do artista estava no potencialmente presente, que ativava o *sujeito observador* a participar da obra.

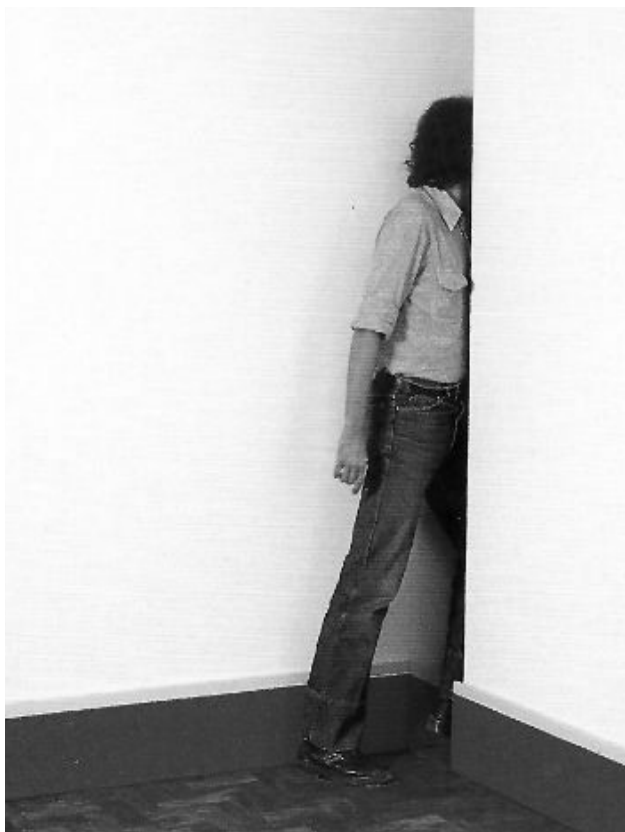
Para Abigail McEwan (2013, p. 40 – tradução minha), a obra *Cantos* explora o fenômeno da virtualidade por meio das intervenções no espaço euclidiano, desfigurando os ângulos regulares e criando o inesperado.

Os planos espacializados operam na lógica do não-objeto, os inserindo no espaço real do mundo somente para transfigurá-los, criando, em alguns casos, ambiguidades estruturais de três dimensões sem solução e deslocamentos dos cantos através de uma paralaxe mental⁴.

A familiaridade com o termo *virtual* pelas Artes ficou mais forte por volta dos anos 1960, com exemplos de Meireles e Lygia Clark. Entretanto, as primeiras experiências “virtuais” de seres humanos remontam às cavernas de Lascaux, um refúgio que separava as pessoas do ambiente que as cercava, ainda na pré-história. A topografia da caverna criava a imersão, alguns truques de pintura davam a impressão dos desenhos estarem em 3D e a forma das pedras davam profundidade às ilustrações (Ewalt, 2018). Em sintonia, Dubois (1993, p. 116) escreve que as imagens de Lascaux marcaram a *origem* da pintura e, talvez, de algo primórdio à fotografia, “o resultado, imagem de um contorno por contato, aparece assim como uma sombra conduzida, mas uma sombra em negativo, (...) Podemos pressentir: já-é, de certa maneira, todo o dispositivo da fotografia que está em ação”.

Na abertura do livro “O ato fotográfico e outros ensaios”, Dubois insiste na ideia de que a fotografia é uma imagem-ato, uma vez que aquele papel estampado também carrega consigo uma forma de produção, recepção e contemplação. A fotografia de uma obra de arte mostra o limite da visão da câmera, deixando para fora outros elementos. Porém, pretendo fazer uma outra análise: diminuir ainda mais a tela de observação. Assim, na foto de *Cantos*, um homem passa por um corredor estreito em direção a uma escada. Paredes brancas, rodapés vinho e piso de taco – uma atmosfera familiar. Parece um tanto determinado a entrar naquele canto, mas o bolso da camisa de botão para fora do espaço fornece a indicação de que se trata de uma passagem bastante estreita.

4 No original: “The spatialised planes operate on the logic of the non-object, inserting themselves into the real space of the world only to transfigure it, creating in some cases structural ambiguities irresolvable in three dimensions and, in others, displacements of the corner through a kind of mental parallax”. Cildo apresenta uma série de problemáticas ao espaço real euclidiano.



Espaços virtuais: Cantos, 1967–68. Acervo do artista.

Imagem modificada pela autora.

O exercício do recorte indica um antes, no qual se vê a impossibilidade de passagem, pois se trata de um canto fechado e um depois, em que se observa um homem entrando no próprio canto. O canto se transforma em corredor quando construo esse recorte menor, donde se abre uma passagem, mesmo que não se saiba o que estará do outro lado. O reajuste da foto permite que possamos discorrer sobre infraestruturas já materializadas, mas que reflexões ainda não atualizadas. Guilherme Wisnik (2012, p. 110 – grifo do autor) analisa a construção de *Cantos* da seguinte maneira:

Inspirado em um verso de *Morte e vida severina* que se refere a uma “sala negativa”, *Espaços virtuais* se realizou também como uma escultura ambiental, com piso de taco, rodapé, uma vassoura encostada na parede, e duas paredes que não se tocam, parecendo serem tragadas pela fresta que se abre entre elas, e nos sugere uma saída inesperada: a passagem para uma espécie de labirinto interior.

No mesmo caminho, Wisnik relaciona a impressão de familiaridade e estranhamento do espaço interno de uma residência, mais especificamente, de um canto, a outra obra

do artista, *Casa sem casa* (2003). Nessa instalação, Meireles decompõe uma residência tradicional ao colocar cada cômodo em um terreno separado de uma esquina, totalizando quatro espaços distantes, ou quatro cantos. “Isto é, uma casa explodida, com seus cômodos todos equipados e abertos para o uso coletivo. Uma casa urbana, portanto, na qual a passagem de um ambiente ao outro suporia a travessia de, pelo menos, uma rua e duas calçadas” (WISNIK, 2012, p. 110). Nesse caso, em vez de nos convidar a um labirinto interno, Meireles nos instiga a pensar como seria a fragmentação de um núcleo do habitar, além de jogar com as escalas do habitar a casa e habitar a cidade. A arte, portanto, apresenta as ferramentas “para tensionar a relação – sempre problemática (...) – entre interioridade e exterioridade, compartimentação e transparência, privacidade e publicidade (WISNIK, 2012, p. 110).

Podemos tecer uma intrínseca relação entre a arte de Meireles e os conceitos *virtual* e *atual*, investigados pela teoria de Pierre Lévy (1996). A virtualização consistiria em remontar uma problemática a partir de uma solução; contrário à atualização, em que se encontra uma resposta específica a um problema. Lévy (1996, p. 137) escreve que na atualização “Efetua-se um ato que não estava pré-definido em parte alguma e que modifica por sua vez sua configuração dinâmica na qual ele adquire sua significação. A articulação de virtual e do atual anima a própria dialética do acontecimento, do processo, do ser *como criação*”. Ao pensar o espaço pelo par virtual-atual, podemos considerá-lo como possuidor de processos que levam à resolução de problemas, ou à criação de problemas. O reconhecimento de que todos os espaços possuem a capacidade de receber atualizações por parte dos *sujeitos*-usuários, ou seja, responder a alguma questão, é perceber que eles também podem ser transformados em sintonia com a transformação dos modos de vida, englobando outros usos do espaço. Sobre a transformação do uso no espaço que desejo divagar.

Virtual remete, etimologicamente, a *virtualis*, *virtus*, que significam potência e força em Latim. “A árvore está virtualmente presente na semente. Em termos rigorosamente filosóficos, o virtual não se opõe ao real, mas ao atual: virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de ser diferentes” (LÉVY, 1996, p. 15). Lévy (1996) propõe quatro modos de ser: o *virtual* e o *atual* (relativos ao acontecimento); e o *possível* e o *real*

(relativos à substância). O *possível* está constituído, mas permanece no limbo, ele se realizará sem que nada mude em sua determinação nem em sua natureza. Ou seja, ele é exatamente como o *real*, mas ainda lhe falta a existência do último. O *virtual* se difere do *possível*, pois esse é estático e constituído, sendo o primeiro um complexo problemático, cheio de nós de forças. O *virtual* é oposto ao *atual*, que representa uma resposta às questões do *virtual*. Retomando o problema inicial, a atualização, com o brotar da árvore, responderá ao complexo de problemas que a semente é – para isso, são necessários vários fatores externos (qualidade da terra, água, nutrientes) e internos (hormônios). Uma vez desabrochada, a forma da árvore é inventada, coproduzida em processo, caso a caso. A atualização, portanto “é a criação, invenção de uma forma a partir de uma configuração dinâmica de forças e finalidades (...) uma produção de qualidades novas, uma transformação das ideias, um verdadeiro devir que alimenta de volta o virtual” (LÉVY, 1996, p.16-17).

De acordo com Sanford Kwinter (2001, p. 08 – tradução minha), o *virtual* existe como uma diferenciação ou singularidade liberta e, dessa forma, necessita da atualização ativa e integrada: “De fato, o atual não recorda o virtual, como algo pré-formado ou preexistente. A relação aqui não é de similaridade, mas de diferença, inovação ou criação”⁵. Quando ocorre um acontecimento, há uma atualização no modo de vida dos agentes presentes e, conseqüentemente, na forma como eles utilizam os territórios aos seus arredores.

Reemoldurar uma fotografia nos inspira a imaginar sobre cada aspecto, cada janela de observação que pode ser adquirida por aquela nova quadratura. Haveria também uma continuação do sonho de Cildo, descrito no início do texto: a mulher que aparece no canto convida o menino a adentrar aquele espaço, onde a materialidade não seria um impedimento para a criatividade dos *sujeitos*, podendo repercutir na própria materialidade fora daquele espaço.

5 No original: “Indeed *the actual does not resemble the virtual*, as something preformed or preexisting itself. The relation of the virtual to the actual is therefore not one of resemblance but rather of *difference*, innovation, or creation”. Aqui, assim como Baltazar (2010), traduzo *event* como acontecimento.

Em *A revolução urbana* (2002), Henri Lefebvre mobiliza o sentido do *virtual* quando diz do urbano, que também seria uma forma que não possui uma forma específica, sendo uma abstração concreta, vinculada à prática. O fenômeno urbano, como uma abstração, é um objeto virtual e esse ponto de partida amparado pelo virtual apresenta diferenças do pensamento de Lévy (1996). Em algumas passagens, interpreto que Lefebvre (2002) mobiliza o virtual como um processo em sequência: do passado ao atual, do atual ao virtual, enquanto que Lévy (1996) o entende simultâneo aos processos. Todavia, quando Lefebvre constrói a caracterização do “campo cego”, os virtuais de ambos autores se aproximam, porque ainda que o virtual (urbano de Lefebvre) seja algo que está por vir, a cegueira diz de algo que está presente, que poderia ser vista agora. Isso abre à imaginação de que o *virtual* é simultâneo ao nosso tempo (*hic et nunc*) também e o que falta seria a atualização do germe para efetivar a passagem do polo do latente ao polo do manifesto.

Muitas vezes, os lugares se encontram de determinadas maneiras, indicando usos já conhecidos, mas é necessária uma fagulha, um lampejo, para que um outro olhar incida sobre eles. Uma rotatória que serve como lugar de reivindicações civis; um terreno baldio que abriga uma plantação de alimentos... Além de transformar os pontos da história e do horizonte de expectativas, os acontecimentos também modificam nossa relação com o espaço, uma vez que aquelas novas experiências, atualizadas, ficam gravadas na memória individual e também coletiva: indicando algum caminho do urbano de Lefebvre (2010). Está no acontecimento uma peça do processo da sociedade urbana ainda “virtual” - “Mas esse mundo está ausente, essa sociedade só está diante de nós em estado de virtualidade. Corre o risco de perecer ainda como um embrião. Nas condições existentes, ela morre antes de nascer” (LEFEBVRE, 2001, p.102). O acontecimento, como uma fagulha que foge ao cotidiano e se resolve nele mesmo, cancela os resquícios de constrangimento político, espacial, moral e volta ao dia a dia transformado em reverberações.

A ausência de constrangimentos e a possibilidade do florescimento de algo ainda suspenso se relacionam diretamente com a “festa transformando a vida cotidiana. A cidade foi um espaço ocupado ao mesmo tempo pelo trabalho produtivo, pelas obras,

pelas festas. Que ela reencontre essa função para além das funções, na sociedade urbana metamorfoseada” (LEFEBVRE, 2001, p.128). Um ponto interessante na obra de Lefebvre é o entendimento da festa, ou a felicidade, como uma categoria ético-política, algo que está diretamente relacionado a uma postura ética de si frente a degradação que pode ser a experiência nas cidades atuais.

Como lidar com a diversidade de acontecimentos nas cidades quando a análise espacial pela posse (algo da instância do público-privado) não é suficiente? Como relacionar uma insurreição na tomada de um espaço público (uma praça) com uma horta urbana e com a ocupação de um território para moradias periféricas por meio de lutas insurgentes? Acredito que podemos deslocar o olhar da perspectiva da posse para a perspectiva do processo.

Para a Arquitetura, Ana Paula Baltazar (2010) retoma os conceitos de Lévy quando escreve “Por uma arquitetura virtual”. Ao utilizarmos um espaço de uma outra maneira, estamos atualizando-o. Por outro lado, quando um profissional da Arquitetura projeta a materialidade de um espaço, ele não é capaz de abarcar todos os usos⁶. Ana Paula Baltazar (2010, p. 04) considera o familistério de Godin como precursor da arquitetura virtual, quando foram propostas pequenas facilidades domésticas. A autora escreve: “Embora tais facilidades não impusessem mudanças sociais, eram capazes de acomodá-las” - aqui há um ponto de convergência no que digo sobre outros modos de existir exigirem outros modos de usar o espaço. A materialidade do projeto seguiu o padrão estético da época, podendo ser confundido com um Panóptico, entretanto o garantidor da liberdade era o “evento/event” proporcionado pelos usuários e não a “substância” do projeto.

Observar lugares não projetados, como terrenos baldios, margens, baixios dos viadutos e palafitas; territórios modificados pelo trabalho, como praças, rotatórias: todos esses lugares introjetam possibilidades de usos que antes não foram pensados pela população ou mesmo pelo profissional do campo da Arquitetura ou Planejamento urbano. O reconhecimento de que todos os espaços possuem estímulos de

6 A criação de espaços virtuais estaria no processo aberto, em contínuo movimento do projeto e uso e não o espaço construído como um produto acabado.

florescências significa que eles também podem ser transformados em sintonia com a alteração dos modos de vida. Imaginar um espaço por sua atualização é deixar um hiato por onde usos infamiliars podem aparecer.



Espaços virtuais: Cantos, 1967–68. Acervo do artista.

Imagem sem recorte, modificada pela autora.

O ACONTECIMENTO E O *FAZER-CIDADE*

Em 25 de outubro de 2019, a atriz Susana Hidalgo sacou o celular e tirou uma das fotos mais emblemáticas do movimento chileno daquele ano. A imagem retratava cidadãos daquele país, que tomavam a estátua de um “herói” enquanto hasteavam a bandeira Mapuche. Para Lefebvre (2001, p. 68), “A cidade pode se apoderar das significações existentes, políticas, religiosos, filosóficos. Apoderar-se delas para dizer, para expô-las pela via – ou pela voz – dos edifícios, dos monumentos, e também pelas ruas e praças, pelos vazios”. Faz sentido que a população das cidades se aproprie desses espaços, entendendo o território da vida em comum como um processo vivo dos *sujeitos* que a habitam, fazendo uso dessas estruturas como base dos encontros, das assembleias e das festas. Em Santiago, 1,2 milhão de pessoas saíram às ruas para protestar contra a série de medidas de precariedade em vias pelo governo.

A partir do momento em que aquelas pessoas se aglutinaram e reivindicaram suas diferentes pautas de maneira sensorial (visível, audível, corporal) naqueles espaços, passado e futuro se reconfiguraram. O acontecimento grandioso, que desassossega muitas pessoas ou o microacontecimento, que perturba apenas um *sujeito* são, sem distinção, para Dosse (2010), uma mistura de Esfinge e Fênix. Resgatando criaturas do imaginário⁷, o acontecimento seria uma Esfinge, cujo passado é inaugurado por ele próprio e, mesmo assim, incompreensível em sua totalidade, pois uma novidade é criada a partir dele (por exemplo com a história dos Mapuche veio à tona, suas tradições e perspectivas). E Fênix como aquilo que instaura o sentido de repercussão do acontecimento, em um renascimento encadeado. Aquele momento, transformado em foto e replicado aos montes no tempo da reprodução digital, configura um

7 Algumas imagens conseguem indicar a construção do conceito de acontecimento até ao que entendemos contemporaneamente: a partir do grego François Dosse (2010) resgatou *kairós*, cuja imagem era de um efebo de cabelos longos aos quais as pessoas deveriam se agarrar, aproveitando a oportunidade. É no sentido do rompante que o conceito se distanciou de apenas um “resultado” para fundar-se na própria identidade. Enquanto Dosse recorreu a *kairós*, Deleuze (1974) investigou *Aion*, o tempo pontual do presente, e Ricardo Fabrino (2007) citou *Janus*, uma divindade também grega que possuía duas faces em sua cabeça, uma voltada para o futuro e outra para o passado.

acontecimento. Um acontecimento das várias facetas articuladas que, no senso comum, caracteriza-se como algo marcante para o qual sempre há um espaço na formação da memória coletiva e individual.



Manifestação em Santiago.
Autoria: Susana Hidalgo.
2019.

Imagem modificada pela autora.

Para Vera França e Luciana Oliveira, organizadoras do livro *Acontecimentos: reverberações* (2012, p.10), certos acontecimentos “desestabilizam a normalidade e convocam novos enquadramentos, eles são geradores de informação e perturbadores de quadros de sentido convencionados pelo hábito”. Nesse mesmo caminho, é possível reconhecer no cotidiano faíscas de possibilidades de mudança e reenquadramentos de pontos de vistas engessados, que só podem ser percebidos com o destarte acontecimental. “Ao quebrar a normalidade e a sequência natural das coisas, o acontecimento alarga o horizonte do possível, aponta alternativas impensadas, convoca passados esquecidos e abre o presente para novos futuros possíveis”

(FRANÇA; OLIVEIRA, 2012, p. 09). Em síntese, pode-se perceber que o acontecimento ocorre contra qualquer tipo de expectativa, pois abre possibilidades antes impensáveis, e dessa maneira, reconfigura as interpretações das temporalidades (QUÉRÉ, 2005). Entre várias tradições, França e Oliveira escrevem que as tradições fenomenológica e pragmática⁸, que estudavam o acontecimento, concordavam em um ponto: ambas consideravam o acontecimento como instaurador de uma nova tela para outros sentidos, subjetivos e coletivos – ou seja, a faceta de instauração de novos sentidos é importante, independente da interpretação mobilizada.

Em “Entre facto e sentido”, Quéré (2005) inicia seu texto afirmando que existem diferentes categorias dos acontecimentos: aqueles que estão além do nosso controle (como no caso dos acontecimentos ambientais, como tsunamis, terremotos etc.) e aqueles que são movidos por nossas ações – sendo essencial reconhecer a vontade de mudanças dos próprios *sujeitos* no decurso da própria experiência. Por isso, Quéré considera os acontecimentos como fenômenos de ordem hermenêutica: “por um lado ele pede para ser compreendido (...), por outro, ele faz compreender as coisas – tem, portanto, um poder de revelação” (QUÉRÉ, 2005, p. 60). Trata-se do poder de abertura e fechamento, revelação de uma situação problemática a ser resolvida ou o contrário, uma resolução a ser problematizada. Para Quéré, o poder hermenêutico vem da revelação do próprio acontecimento por ele mesmo. Tal característica consoa com o fato de que “a principal origem da compreensão do acontecimento está no próprio acontecimento” (QUÉRÉ, 2005, p.61), inclusive da novidade gerada.

O acontecimento se distingue de um mero fato, pois o segundo define “aquilo que se passou no mundo, sendo causado por ocorrências determinadas e tendo consequências apreensíveis e mensuráveis” (MENDONÇA, 2007, p. 119), ou seja, aquilo que cessa e é compreendido em sua completude, diferentemente do acontecimento. Para Quéré (2005, p. 07), os fatos estariam atrelados às causalidades, enquanto os acontecimentos,

8 Ambas tradições se preocupavam em entender como se formavam os significados compartilhados no cotidiano. A fenomenologia foi uma corrente filosófica, que tinha como principal pensador Edmund Husserl (1859-1938) e como objeto de estudo a análise das essências, um mundo pré-objetivo para cada *sujeito*. Já a tradição pragmática se detinha no estudo das ações e nos efeitos concretos que motivam mudanças nas realidades (RIZO, 2011). Nesta seção abordaremos o pragmatismo de Louis Quéré (2005), que resgata Dewey e Mead.

dentro de uma *ordem hermenêutica*, seriam capazes de revelar outros sentidos para o passado e o futuro: é no momento do acontecimento que ele se produz e quando são reveladas “diferentes potencialidades (porque as atualizou) e eventualidades (porque é possível inferi-las do que se passou) preexistentes”. Em outras palavras, é pela ruptura da experiência do cotidiano que o acontecimento abre espaço para que outras interpretações do passado emergjam, possibilitando também que a narrativa da história linear possa ser entendida de diversas formas, pelos farrapos e pela margem – a depender das escolhas dos *sujeitos*, das instituições e dos campos de estudos.

Resgatando o emprego da palavra “atualizou” na frase anterior de Quéré, apresento uma diferenciação entre *provável*, *atual*, *virtual* e *possível* de modo a elucidar o pensamento quando o autor aplica esses conceitos. Retirado de *O virtual, o possível e o provável*, de G. G. Granger, Quéré (2005) anuncia a diferença entre as palavras, em que o *provável* indica o grau da chance de que algo ocorra; o *atual* é aquilo que se impõe sobre nossa experiência sensível; o *virtual* é uma potencialidade; e o *possível* representa o não-atual em sua relação com o *atual* (aquilo que ainda não se impôs à experiência). No entendimento de Quéré, a partir do deslocamento ocorrido por causa do acontecimento, somos obrigados a rever os *possíveis*, os não-*atuais* passados e futuros que ainda não se implicaram na experiência dos *sujeitos*. Penso que o objetivo de Quéré tenha sido entender o acontecimento como esse rompante que inaugura novas interpretações das temporalidades. Por uma trajetória diferente de Quéré, Žižek (2017, p. 105) cita o francês Henri Bergson a fim de concluir a reflexão sobre as incisões no passado: não seria sobre mudar a materialidade do passado e sim sobre pensar uma dimensão virtual de tal tempo. Ou seja, o novo instaurado no presente cria um passado próprio, de onde foi possível nascer e é essa potencialidade que pode ser inserida ou retirada do passado. Esse acontecimento insere algo de possível no passado, algo que ainda não tinha sido vislumbrado como narrativa.

Além do poder hermenêutico, o acontecimento, de acordo com Quéré, apresenta um caráter pragmático, proveniente da coexistência de duas faces do acontecimento: acontecimento-existencial (materialidade) e acontecimento-objeto (significação). A forma de compreensão do acontecimento pela corrente pragmatista tem sido

investigada por pesquisadores da Comunicação e Ciência Política e configura-se como uma fonte interessante de interpretação. O pragmatismo foi uma corrente filosófica nascida nos Estados Unidos, cujos autores precursores foram Charles Pierce (1839-1914), William James (1842-1910) e John Dewey (1859-1952). O alinhar desses pensadores estava na aliança entre Filosofia (que direcionava a prática social) e as ciências (método) de modo a rebater argumentos fundamentalistas do século XIX. Três características eram definitivas: um conceito deveria ser associado aos efeitos observáveis; os interesses que entravam na definição desse conceito deveriam ser mapeados; e análise social deveria ser orientada pela psicologia social (MURARO, 2008). Contemporaneamente, os pensadores do pragmatismo se interessam mais em empregar essa corrente filosófica quando analisam a significação das experiências, ou seja, como elas se transformam em coisas do pensamento. A todo tempo convertemos uma experiência sensível em uma coisa dotada de significação e essa conversão abre caminhos para a ação. Então, não se trata de uma experiência pré-objetiva, e sim, uma experiência vivida e transformada em significação.

No texto “A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista” (2012), Quéré explica a diferença entre acontecimento-existencial, que são as reações espontâneas, não isoladas do entorno; e o acontecimento-objeto, recortado do contexto, objetos de consciência, pensamento e discurso. A diferença entre os dois seria o grau de simbolização, uma vez que convertemos os existenciais em objetos com o objetivo prático da compreensão. E é nessa assimilação que se encontra o poder de transformação dos acontecimentos pelos *sujeitos*, já que possuímos essa capacidade de construir hipóteses do passado, futuro e até mesmo do próprio acontecimento. Quando no espectro da microescala, a possibilidade de mexermos em algo que nos marcou é fornecida pela passibilidade (ser passível de algo). A confrontação de um *sujeito* com um acontecimento faz com que se assumam riscos, perigos, exposições: é uma travessia, o acontecimento acontece, mas também acontece a alguém, a um corpo que é suscetível ao toque, ao afeto, à perturbação (QUÉRÉ, 2005). “Além de sua experiência original, eles são submetidos a uma experimentação como *ideias* – seus significados podem ser combinados e reorganizados ilimitadamente pela imaginação” (DEWEY

apud QUÉRÉ, 2012, p. 31 – grifo meu). Os acontecimentos, longe de serem apenas representações, são experimentados no imediato (faceta do acontecimento-existencial). Em entrevista, Quéré explica que “Pelo viés pragmatista, entendemos que os acontecimentos são coisas concretas, coisas reais, antes de serem colocadas no discurso. São coisas que ocorrem, que se passam” (LAGE; BARCELOS, 2011, p. 179). Entretanto, uma vivência também pode ocorrer pelo acontecimento-objeto, já que o discurso encontra-se dentro do domínio da experiência – esses objetos do pensamento podem também afetar os *sujeitos* externos aos acontecimentos (podemos nos mobilizar com a notícia de alguma catástrofe natural ocorrida em outro país ou ao assistir mobilizações de assembleias em outras cidades, por exemplo). “A abordagem pragmatista desenvolve a dupla ideia de que as coisas são sentidas antes de serem colocadas em discurso (...). Nós as transformamos, posteriormente, em objetos do pensamento” (LAGE; BARCELOS, 2011, p. 179). Somente a partir da reflexão pode-se, coletiva ou individualmente, intervir parcialmente no acontecimento, recortá-lo, digeri-lo ou atenuar sua afetação – quando colocados em discursos, os *sujeitos* podem intervir nos acontecimentos, “dar-lhe um passado e vislumbrar as consequências que ele pode trazer” (LAGE; BARCELOS, 2011, p. 182) e, até mesmo, um sentido individual. Em outras palavras, a maneira como um *sujeito* interpreta um acontecimento acaba por afetá-lo, uma vez que essa pessoa conversa com outras, expondo opiniões, publicando textos, fazendo palestras etc.

Assim, um dos interesses da Comunicação para com os acontecimentos está no fato do acontecimento afetar a experiência individual e coletiva, quando os *sujeitos* socializam tais efeitos ao revisitarem a memória, tentando encontrar vestígios de um passado de encadeamentos. Entretanto, como sublinha Mead (QUÉRÉ, 2005), essa suposta linearidade proposta pelas análises não é preexistente ao acontecimento. É necessária a ruptura (o acontecimento) para que essa linearidade de causas possa ser parcialmente traçada como uma forma de entendimento e produção do passado. Isso se resume a: “o passado é tão hipotético como o futuro” (QUÉRÉ, 2005, p. 62). Da mesma forma que o passado é referente a algum acontecimento, o futuro também é relativo a uma ruptura, uma vez que ela inaugura novidades. Assim, Quéré (2005)

escreve que somos obrigados a rever o sentido do possível das coisas, tanto para o futuro quanto para o passado.

A introdução de uma descontinuidade perceptiva nas narrativas, associada à passibilidade dos *sujeitos* e o poder hermenêutico do acontecimento, produz algo novo. Provém de Mead (*apud* QUÉRÉ, 2005) a noção de que a totalidade de um acontecimento nunca pode ser explicada por aquilo que o causou, uma vez que outras coisas desembolam de lá, adicionando fatores à conta, além de existirem coisas quase invisíveis às análises. Por exemplo, por mais que juntemos todas evidências causais de Junho de 2013, anteriores à efervescência acontecimental, aquele mundo já não é mais o mesmo e só pode ser compreendido a partir de 2013, em que novas facetas foram reveladas. Por outro lado, um exercício de previsão, ainda no passado, seria algo infundado. Ainda em 2020 pensamos sobre 2013, tentamos desvelar o que ele foi ou, mais especificamente, quais implicações político-sociais e espaciais emergiram daquelas ações. Como se pudéssemos traduzir esse pensamento em uma conta matemática em que o resultado de dois mais dois é igual a cinco, porque o um a mais foi inaugurado (como um lampejo) a partir do momento da ação de somatória (aqui interpretado como o acontecimento). Retomando o caso inaugural do capítulo, as manifestações em Santiago do Chile, por meio da mídia, das redes sociais, pelas conversas, narrativas antes esquecidas por parte da população ou mesmo sobre as demandas populares pela diminuição da desigualdade, da exploração e da precariedade, apareceram ao domínio público amplo. A nova atenção a discursos não hegemônicos ocorreu com o acontecimento e essa camada de conhecimento e reconhecimento transformou a percepção dos *sujeitos*, dos governos, das esferas, das instituições. A nova camada de conhecimento memorado, readquirido – seja ele um conhecimento social, espacial ou socioespacial – com a explosão do acontecimento, é o um a mais da conta $2+2=5$. É um elemento antes esquecido e recalcado por parte da sociedade, que durante a ação dos movimentos sociais é colocado à avaliação.

Após apresentar algumas facetas do acontecimento, agenciadas pelos campos da Ciência Política, Sociologia e Comunicação, como podemos vincular tais

acontecimentos ao espaço material, objeto da Arquitetura urbana? Começo com uma pontuação de Quéré (2005, p. 67):

Existe também a ideia de mudança, de uma transformação de um qualquer substrato, seja ele um substrato material ou pessoal. Mas a transformação ressentida por um objecto material, no quadro de um acontecimento, não dá lugar a uma experiência “tida” por esse objecto, pela razão simples de que o objecto é, sem dúvida, indiferente a essa transformação.

Ou seja, Quéré (2005) não fala de uma essência do espaço que sentiria o acontecimento. O acontecimento que ocorre em algum lugar, pode ficar marcado na materialidade daquele espaço de forma fixa ou temporária (pichações, destruição do patrimônio público, pinturas nas vias, intervenções artísticas), gravadas em registros físicos, como em fotografias ou mesmo na memória dos *sujeitos* presentes. Tal acontecimento, ruptura, é a origem de um novo sentido que também se manifesta no uso da fisicalidade da arquitetura, são camadas adicionadas pelos *sujeitos* que deixam as marcas do rompante.

Os territórios são também suportes que possibilitam a ocorrência das relações humanas. Uma vez que os usuários são diretamente afetados pelos acontecimentos, eles podem modificar as formas como utilizarão e perceberão tais locais. No caso da escala menor dos *sujeitos*, é a possibilidade de “interação, confrontação, determinação recíproca” (QUÉRÉ, 2005, p. 68) que configura a ordem hermenêutica e a passibilidade do acontecimento, fazendo com que ambos se transformem, mesmo que de maneiras muito distintas em escalas diferentes. Uma vez que o acontecimento é apoderado pelo social, ele se transforma: “são relativos ao que somos, às nossas capacidades e ao nosso sentido do possível” (QUÉRÉ, 2005, p. 68). Por outro lado, o *sujeito* pode perder as referências quando atravessa o caos, pois o enfrentamento de um acontecimento gera uma apropriação, uma integração à história daquela pessoa. O conjunto de palavras interação, confrontação, determinação recíproca, transformação, sentido do possível, apropriação e integração podem ser aplicadas à relação entre os *sujeitos* e o ambiente construído (ainda que não se trate de uma experiência *sentida* pelo ambiente construído, como escreveu Quéré). Transformar o sentido do possível reestrutura a

forma como compreendemos os acontecimentos e como utilizamos a materialidade à nossa volta, adquirindo e formando outros repertórios e usos.

Esta discussão me lembra um questionamento de Žižek (2017, p. 11): “Seria um acontecimento uma mudança na maneira como a realidade se apresenta a nós ou uma violenta transformação da realidade em si?”. Considerando o que fora dito por Quéré, a forma como a realidade é vista pelos *sujeitos* diz mais respeito a *eles* próprios do que à realidade. Todavia, Žižek atenta para o fato de que o acontecimento não é uma simples mudança, ademais o que modifica é tão somente o parâmetro pelo qual examinamos o acontecimento, circunscrevendo-o em uma dimensão mais social – ou seja, há uma transformação do próprio princípio da avaliação das coisas, dos conceitos, a partir do acontecimento. Avaliação, por exemplo, do que é a cidade, do *direito à cidade*, de coisas que dizem respeito ao coletivo e ao individual. Passado algum tempo, o que fora acontecimento é incorporado ao cotidiano, posto que há um deslocamento dos critérios quando ele se transforma em acontecimento-objeto. Portanto, seria correto dizer que ambas mudanças ocorrem (como a realidade se apresenta a nós e a transformação da própria realidade), simultaneamente ou não – e isso tem a ver com as perturbações (em algum nível) dos quadros de sentido individuais e coletivos.

A concepção pragmática dá atenção ao papel do acontecimento na organização da experiência do *sujeito*. Tomamos conta da importância do acontecimento para a vida pública, para a política, pois, apesar de ser uma ruptura que vai além da vida cotidiana, ele reverbera na escala mínima, reconfigurando também a maneira como as pessoas lidam com o dia a dia (LAGE; BARCELOS, 2011). E, dentro disso, a reconfiguração da percepção do espaço também pode ser inaugurada a partir de um acontecimento mais facilmente perceptível nas atuações da microescala, como em hortas urbanas coletivas, associações de bairro que cuidam de praças e jardins, arte em espaços públicos, intervenções com pinturas pela cidade e etc. Mas que também pode ser avistada nas revoltas contra a privatização de espaços, nas ações macro das assembleias, mutirões, multidões, passeatas, ocupações. No caso, Quéré (LAGE; BARCELOS, 2011) se interessa pela experiência coletiva, por isso o grande espaço dado a esse autor nesta dissertação.

Pensar a cidade e o conjunto de *sujeitos* que a habitam é pensar a face coletiva dos acontecimentos nos espaços citadinos.

De acordo com Rovenir Duarte (2013), o interesse do campo da Arquitetura pelo pragmatismo foi inicialmente suscitado pelo filósofo John Rajchman com o texto “A new pragmatism?” (1997), em que o autor americano, juntando as tradições da terra natal à francesa, chegou ao pragmatismo do diagrama e do diagnóstico. Duarte (2013), citando Rajchman, explica que o diagrama e o diagnóstico foram “convocados”, pois não havia como projetar o futuro, apenas experimentar o presente – algo que se relaciona com o “things in the making”, a máxima de William James. Apoiados na perspectiva pragmática, podemos pensar a experiência dos *sujeitos* nas grandes cidades, palco dos acontecimentos aqui dissertados. A ideia de “coisas em feitura”, formulada por William James, surgiu no início do século XX como uma crítica ao intelectualismo.

Baseando-se em James, o livro *The pragmatist imagination, thinking about “things in the making”*, organizado por Joan Ockman (2000), é iniciado com a ideia de que pensar sobre as “coisas em feitura” é pensar experimentalmente. Além disso, os textos do livro se relacionam com o futuro de maneira a não projetar ou programar as ações, mas diagnosticar as forças que atuam no espaço. A temporalidade passa a ser central, uma vez que o pragmatismo no campo da Arquitetura urbana se volta ao processo das coisas, ao processo de feitura da materialidade das cidades e o “fazer-cidade”, que consistiria, então, em entender o acontecimento e a cidade no ato de fazer, na experiência material constitutiva da urbe. A autora Teresa Caldeira (In OCKMAN, 2000, p. 225 – tradução minha) escreve que o olhar atento às práticas espaciais e formas de cidadania no “fazer-cidade” contemporâneo nos leva a “encontrar tendências contraditórias”⁹. A autora denuncia os novos padrões de segregação urbana e retirada de direitos, baseados em enclaves fortificados, espaços públicos abandonados, grupos sociais excluídos. É claro que o contrário também ocorre: novas identidades e cidadanias são reconhecidas, reitera Caldeira (In OCKMAN, 2000, p. 255 – tradução minha) e “focar em transformações recentes na interseção de lugar e

9 No original: “encounter contradictory tendencies”.

cidadania significa analisar processos que criam novos espaços democráticos e simultaneamente aqueles que os desfazem”¹⁰.

O “fazer-cidade” pode significar mais do que apenas construir o ambiente, em meio a essas várias tramas que compõem o conceito, ele se liga ao pertencimento. Como James Holston (2013) explica, o pertencimento ocorre quando a apropriação e a produção (propriedade pelo uso produtivo) instituem um direito sobre a cidade. Ele concerne também ao modo de usar a cidade pelos *sujeitos*, na experimentação com o espaço, levando em conta fatores externos e internos que operam nas decisões individuais e coletivas. Parte, portanto, de um processo de feitura no passar dos dias, instaurado por um acontecimento, reverberações e prosseguido no cotidiano. Não se trata de um teor essencialista do espaço, mas sim, como os repertórios de ação, seja na construção, seja no uso, são formados e transmitidos no dia a dia. Por essa razão, os acontecimentos e as operações de vida cotidiana associam-se ao conceito de experiência, sendo que a experiência, para John Dewey, denota o entrelaçamento do *sujeito* com o meio ambiente – e esse seria o movimento de afetação.

A vida cotidiana em perspectiva pragmatista situa-se no fluxo interativo desordenado das experiências fracas entre sujeito e meio ambiente. O cotidiano abre a possibilidade da configuração de uma experiência, não constituindo de antemão um vivido integrado e completo (LANA, 2008, p. 03).

É nessa brecha que a repercussão de um acontecimento pode aparecer: o *sujeito* resgata de uma memória distante ou recalcada uma ação possível, um uso *quase* inédito a um espaço. Descrevo repercussão do acontecimento como forma de descomplicar o exemplo, mas tenho a plena consciência da hibridez entre acontecimento e cotidiano (ambos ocorrem simultaneamente). Relembro a inseparabilidade entre os dois, já comentados na introdução. Agnes Heller (2008) pensa em movimentos de transição entre acontecimento e cotidiano, nos quais um está implicado no outro. Lígia Lana (2008) utiliza a imagem de uma bolha de sabão para exemplificar a fragilidade do cotidiano, que pode ser interrompido a qualquer

10 No original: “to focus on recent transformations in the intersection of place and citizenship means to analyze processes that create new democratic spaces and simultaneously those that unmake them”.

momento por um acontecimento¹¹. A autora atenta para a vida contemporânea, da qual o caráter conservador sequestra qualquer novidade, impregnando nossas vidas com discursos manipuladores, paralisantes e precarizantes. Em contrapartida, é somente no acalmar dos ânimos promovido pelo cotidiano que conseguimos decodificar, compreender (ainda que não completamente) e afetar, mais uma vez, os acontecimentos. É também na experiência diária que as narrativas circulam, fato proporcionado pelas mídias, redes sociais, conversas com vizinhos, familiares, reuniões de bairro, palestras. Assim, o acontecimento não está desconectado do cotidiano – ele modifica as práticas da existência, estando sempre à mente. Ambos ocorrem na experimentação do tempo: um provê a seriação, o outro a rompe e “é o corte na continuidade que provoca a possibilidade de novos possíveis a serem configurados” (LANA, 2008, p. 06). A indissociabilidade entre cotidiano e acontecimento está diretamente relacionada aos movimentos de aglomerações episódicas e de emancipação do século XXI, mobilizações em que o par acontecimento e cotidiano se reveza.

Os acontecimentos podem ser identificados por uma série de fatores. Com base no texto de Mendonça (2007), os acontecimentos produzem uma ruptura na continuidade da experiência, que afeta os *sujeitos* (fator ligado à passibilidade do acontecimento), podendo alterar os campos de ação, de reconhecimento e as experiências coletivas. Acontecimento e *sujeito* se tornam simultaneamente – os acontecimentos transformam o campo de percepção do mundo, ampliando o horizonte dos *sujeitos*; já o caráter hermenêutico dos acontecimentos dá autonomia ao acontecimento. Há uma imprevisibilidade e uma falta de controle na irrupção da novidade, retomando aqui a operação matemática do $2+2=5$, em que o 1 que sobra vem da erupção do acontecimento.

11 Tomando aqui como caráter do acontecimento o rompimento da continuidade da existência: “o acontecimento rompe o decorrer da vivência comum” (LANA, 2008, p. 05).

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A VIDA NAS CIDADES

Como ponto de partida, tomo emprestado um desdobramento analítico de Guilherme Benzaquen (2017) sobre o livro *Acontecimento* de Žižek (2017). Nele, Benzaquen defende que podemos considerar Junho de 2013 como um acontecimento, visto que somente após o “fim” das jornadas foi possível determinar algumas causas e entender o peso das aglomerações episódicas sobre o campo político. Tal constatação provém do fato de que o campo da sociologia brasileira não conseguiu (e nem deveria conseguir) prever os movimentos urbanos ou os degradingolares após aquele ano. Um acontecimento, entre várias camadas, é aquilo que ocorre subitamente e que se define parcialmente em seguida a própria realização. O início do século XXI pode ser entendido como um tempo em que as aglomerações episódicas ocorreram em cidades como Atenas, Tunes, Cairo, Nova Iorque, Madri, Istambul, São Paulo¹², Belo Horizonte, Santiago, Hong Kong, Misk etc.

De maneira correlata, outra forma de acontecimento urbano que têm como prerrogativa o *direito à cidade* e o “fazer-cidade” está na luta emancipatória por moradia, seja ela periférica ou central. Após a marcha em assembleia e a ocupação, caracteriza-se como um acontecimento diário, em que a resistência é constante até que os amparos legais e infraestruturais estejam assegurados. Em apresentação oral durante o encontro Arquisur de 2019 (Belo Horizonte), a arquiteta Izabella Galera (SANTOS; GALERA, 2019) iluminou esta pesquisa quando disse que a ocupação da Izidora (região no vetor norte de Belo Horizonte) reconfigurava a história do movimento social que lá atuava e dos *sujeitos* ocupantes. O momento crítico da ocupação trazia à tona todo o percurso histórico contra os proprietários das terras, investidores e construtoras, enquanto o resgate do nome Izidora, contrapondo a

12 No artigo “Rebeliões metropolitanas e planejamento insurgente no século XXI”, James Holston (2016) lista o nome de autores que trabalharam na análise de tais levantes (ver nota de rodapé número 3, p. 192).

Izidoro¹³ no masculino, remetia à história de uma mulher escravizada que constituiu a descendência na região, abrindo espaço a uma releitura de um passado que modifica o próprio presente. O início do século XXI também pode ser caracterizado, por exemplo, por algumas outras ocupações apresentadas no Tribunal Internacional de Despejos, que ocorreu em 2016 em Quito: Ilha de Jeju (Coreia do Sul); Bilangalonzo (Congo); e Monte Sinai em Guayaquil (Equador) - não selecionado, mas participante da primeira triagem. Podemos dividir esse montante de acontecimentos em dois tipos, aqueles que lutam pela *permanência* de algum bem, seja uma ocupação, uma praça, um parque etc. e aqueles que lutam pela *criação* de um bem, também podendo ser exemplificado pelos mesmos casos citados anteriormente, todos diretamente ligados ao direito de intervir nas cidades.

Um acontecimento que ocorre na cidade está vinculado à materialidade das coisas e à maneira pela qual os *sujeitos* que lá estão usufruem de tais elementos. As aglomerações episódicas colocam à prova questões que referem ao acesso desimpedido às infraestruturas de qualidade das cidades, ao espaço público, à possibilidade de se reunir para protestar etc., chamando atenção às causas e consequências após os acontecimentos no campo político. As lutas emancipatórias, ligadas a movimentos sociais por moradia, também contam com os pontos característicos do acontecimento. Elas instauram uma suspensão do cotidiano com fins de se criar um outro cotidiano, estruturado pela construção material da cidade, que se liga às tensões de esferas privadas e públicas, ao bem-viver, às infraestruturas etc. Existem pontos de aproximação e distanciamento entre essas duas formas de luta. Ambas são convocadas na constelação do acontecimento nas cidades por serem movimentos sociais que ilustram e mobilizam elementos importantes a esta dissertação. Os movimentos sociais aqui apresentados são generalizações sobre a forma da atuação e processo de luta nas cidades; as aglomerações episódicas e as lutas emancipatórias fazem parte de um tapete muito maior das lutas urbanas, que inclusive é tecido em linhas híbridas – ou seja, muitas se relacionam, trocam experiências, se transformam. Ambas formas

13 De acordo Morado Nascimento (2016 – ver nota de rodapé número 14), o nome do Ribeirão Izidora aparecia no feminino até mudar para masculino, Izidoro, em mapas produzidos a partir de 1937. O retorno ao feminino, principalmente como nome da ocupação, lança luz a essas narrativas encobertas.

tomam espaço na dissertação, pois a primeira diz dos processos insurrecionais do século XXI, foco inicial do projeto de pesquisa; e a segunda possibilita um pensamento mais alongado sobre as indistincões entre cotidiano/acontecimento; esfera pública/privada; espaço público/privado/comum, evidenciando a tensão entre tais denominações. A partir dos acontecimentos, vários assuntos são postos em debate, seja em meios físicos (como nos jornais e revistas), digitais (redes sociais, sites, blogs) ou mesmo pessoalmente: os movimentos sociais instauram desestabilizadores nos cotidianos de várias classes sociais, campos de estudo, profissões.

A noção de “fazer-cidade” (produzida a partir de “coisas em feitura” de William James) estaria diretamente ligada ao *direito à cidade*. “O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada” (LEFEBVRE, 2001, p. 117-118). O conceito cunhado por Lefebvre em 1968 é um agrupamento de ideias, amplamente discutido e aplicado no conjunto das Ciências Sociais. Como resumo, Lefebvre (2001) escreve que o *direito à cidade* é uma forma aglutinadora dos direitos, que inclui direitos às liberdades individuais, ao direito de ir e vir, ao habitar, entre outros. Entretanto, quando falamos do *direito à cidade*, temos que nos delongar na importante questão que orbita o assunto: a constatação de que existem diferentes noções sobre os direitos. Para isso, David Harvey (In HARVEY *et al*, 2013) apresenta um desenvolvimento de ideias bastante interessante, no qual o conceito do direito de tomar a cidade, por exemplo, ressoaria de modo distinto, por um lado, aos *sujeitos* insurgentes – significando a reconstrução de uma cidade onde haveria menos desigualdades –, enquanto que para os detentores das propriedades privadas esse direito estaria vinculado à manutenção das propriedades e da moral à época. A partir disso, como poderíamos enfrentar essa multiplicidade de visões? Afinal, todos os agentes estariam em pontos nodais, exercitando, “exercitando” ou até mesmo impedindo o *direito à cidade* (mas exercitando um outro tipo de direito como, por exemplo, o oficial pelos detentores das propriedades). Harvey sugere o caminho iniciado por Lefebvre (2001) quando diz que a mudança da vida urbana ocorre por meio da mobilização social e pela luta política. Ou seja, a manutenção de um *status quo* na

cidade não representaria o direito de tomar a mesma – enquadraríamos o “exercício” (um discurso de exercício que na prática não é verdadeiro) e o impedimento (que vai contra o *direito à cidade*, a mobilização social, de maneira explícita) em um tipo de direito que já é garantido. Os casos de “exercício” e de impedimento não serão tratados nesta dissertação.

O *direito à cidade* trata da recusa ao modo de vida em que se perpetuam as desigualdades e da afirmação a outra forma de compartilhamento do cotidiano. Quando um movimento social propõe uma nova forma de vida e a coloca em prática (mais compreensível quando analisamos as lutas emancipatórias, pois existe, com a ocupação territorial, a construção de um cotidiano comum entre as famílias), há uma representação performativa de democracia radical que pode dar forma ao que significa ter uma vida possível de ser vivida, sendo algo maior do que apenas sobreviver. Numa vida que se tenha uma reivindicação mais ampla para o existir, algo também *virtual*, descoberto e pensado em contínuo processo, possibilitando a exposição do desejo de se montar um outro tipo de sociabilidade. As alianças de corpos distintos projetam ações que reivindicam futuros diferentes, bem como passados diferentes, com o recontar da história com a requerida visibilidade. Trata-se de uma performatividade que reivindica o material – o território – e o imaterial – as alianças, encontros, discursos –, transformando cada vez mais a cidade por meio da mobilização social. A construção do desarmônico, imaginativo e prático, na construção material e imaterial faz frente àqueles que desejam a manutenção de uma cidade desigual. Existem forças fora do alcance, como o jogo da governança das parcerias público-privadas, o empreendedorismo competitivo, a neoliberalização etc., mas, como contraponto, recentes inovações e experimentações prático-políticas nasceram, como no caso dos *comuns* urbanos. De forma individual ou coletiva, os *sujeitos* fazem, constroem e reconstroem a urbe por meio das ações do cotidiano. Por essa razão, o *direito à cidade* não representa uma coisa abstrata.

Sobre as aglomerações episódicas, atento-me à seguinte pergunta: em que medida uma aglomeração de corpos em assembleia em um espaço público é um fato a ser comemorado? Judith Butler (2018) afirma que todos aqueles que lutam por democracia,

igualdade e mais direitos devem ser aplaudidos, mas, logo em seguida, diz que esses próprios conceitos possuem valores diferentes e heterogêneos. Por isso, deve-se separar a defesa de reunião dos *sujeitos* da celebração das ideias que são expostas publicamente por *aqueles* reunidos. Em outras palavras, ainda que o direito de se expressar seja uma prerrogativa (hipótese), a expressão de ódio a grupos vulneráveis, como vemos em reuniões (presenciais e digitais) neonazistas, antiaborto, racistas, homofóbicas etc. deve ser rechaçada. Para que estas assembleias sejam democráticas, elas devem se opor aos preconceitos, às desigualdades, às austeridades, às restrições de direitos conquistados historicamente, aos governos autoritários local e mundialmente. Deixando claro que

nenhuma assembleia popular representa o povo em sua integridade, mas cada proposição do povo por meio da assembleia arrisca ou atrai um conjunto de conflitos que, em contrapartida, leva a um conjunto crescente de dúvidas sobre quem o povo realmente é (BUTLER, 2018, p. 172).

No caso, Butler constrói o argumento de que nenhuma assembleia é capaz de representar o povo em completude, assim, não há a pretensão de considerar tais assembleias como um conjunto homogêneo, em que os discursos e movimentos são completamente alinhados. As pessoas, em uma mesma assembleia, podem se mover em direções opostas e possuir motivações e objetivos diferentes. Gros (2018, p. 51) escreve em *Desobedecer* que “Se a maioria é silenciosa, é sobretudo porque para ela é difícil encontrar uma única voz; é silenciosa porque imediatamente cacofônica”. Refletindo sobre tal passagem, podemos pensar também que o resultado não é necessariamente o silêncio quando a maioria é cacofônica¹⁴: os ruídos podem ecoar nas assembleias, sendo isso um fator aglutinador, visto que elas aceitariam pautas diversas. Este “sair às ruas” significa se reunir de modo a formar um conjunto de *sujeitos*, confrontar urgências e colocar as interpretações sobre o campo político à risca. Nesse caminho, é valioso o entendimento de Lefebvre (2002) sobre o *urbano* – o que envolve o *direito à cidade* também –, afinal, isso justifica a falta de forma final e a cacofonia

14 Cacofônicos quando existem divergências complexas dentro de uma assembleia que se aglomera por uma causa em comum (por exemplo, quando feministas radicais e mulheres transgênero se reúnem em prol do dia de luta das mulheres, sendo que as primeiras não reconhecem as segundas como mulheres, causando a cacofonia nesse caso).

desses movimentos sociais momentâneos, já que o “campo cego” representa o lugar onde tudo ainda é nebuloso e o *urbano* não passa de uma semente. O *urbano* como virtual tem a ver com a impossibilidade da linguagem, algo relativo, talvez, à construção de Clarice Lispector (1980, p. 50), em que o “desejo ainda não tem nome”, mas isso não representa um impedimento da tentativa de elaboração e, mais importante, de escritura. A impossibilidade de nomear e conformar o *virtual* (por causa do “campo cego”) não inibe as práticas sociais que o perseguem.

A convivência com a alteridade (e a consequente cacofonia do viver em conjunto) é um dos maiores focos da produção de Judith Butler. É interessante perceber que os primeiros trabalhos de reconhecimento internacional de Butler se preocupavam com a teoria *queer* e a performatividade de gênero e que, mais atualmente, a autora vem se detendo a uma análise mais generalista, abrindo investigação às questões da vulnerabilidade e precariedade. O ponto central passou a ser: “como viver juntos?”, em que a construção de uma “vida possível de ser vivida” em comunidade deva ser anterior à pergunta de “qual vida eu devo viver”. Para isso, Butler utiliza como ponte o direito de aparecer e a performatividade, que interligam as minorias sexuais LGBTQIA+ e as populações precarizadas, abordando o racismo, xenofobia, machismo etc. Nesse sentido, Butler cobre uma área mais larga, passando da análise de uma experiência circunscrita aos *sujeitos* LGBTQIA+ à atenção às minorias gerais, questionando qual a vida vivível em meio às diversas demandas, inclusive as do corpo. Por exemplo, ainda que Butler apresente histórias LGBTQIA+ nas obras mais recentes, a associação entre os *sujeitos* (seja um ou sejam vários) precarizados é quase que imediata.

Caminhar é dizer que esse é um espaço público onde pessoas transgêneras caminham, que esse é um espaço público onde pessoas com várias formas de se vestir, não importa o gênero que lhes seja atribuído ou a religião que eles professem, estão livres para se mover sem a ameaça da violência (BUTLER, 2018, p. 59).

E pensar que a partir do momento em que estas pessoas saem às ruas, ao espaço não-privado, elas reivindicam que existem, que merecem uma vida vivível e aquele espaço também é delas. Assim, demandas básicas do corpo estão no centro das manifestações

dos movimentos como *Occupy*, Parque Gezi, Jornadas de Junho¹⁵ e as lutas emancipatórias – são demandas que exigem o conforto físico dos sujeitos, como abrigo, alimentação, proteção contra a violência, pela circulação nas cidades, pela assistência médica (BUTLER, 2018). Ao mesmo tempo, esse aspecto social fisiológico se relaciona diretamente à Arquitetura urbana das ruas, dos espaços públicos e privados, dos lugares de circulação e convivência das cidades. São os corpos físicos – que sentem fome e saciedade, frio e calor, desconforto e conforto – que conformam uma assembleia que aparece. O aparecimento neste caso não é apenas uma figura de linguagem sobre algo abstrato, mas sim corpos que se movimentam conjuntamente em prol de algo comum. O direito de aparecer no espaço público está vinculado à frase “nós não somos descartáveis” (BUTLER, 2018, p. 32), localizada no núcleo de sentido dessas vidas. Como Butler (2018, p. 33) escreve: “estão reivindicando reconhecimento e valorização, estão exercitando o direito de aparecer, de exercitar a liberdade, e estão reivindicando uma vida que possa ser vivida”. Dentro dessa frase, muitos podem ser os sentidos de uma vida mais vivível, que arriscam, inclusive, ser antagônicos, mas conseguem reunir várias pessoas.

Estas assembleias são inscrições espaço-temporais de ruptura no cotidiano que inauguram outras interpretações e que insurgem contra, principalmente, algo descrito por Butler (2018) como a distribuição desigual da precariedade. Desde *Quadros de guerra* (2015), Butler investiga como a precariedade e a vulnerabilidade operam como lugares de aliança entre grupos que poderiam ser antagônicos, dando forma aos encontros e discursos diversos. A condição da precariedade¹⁶ que constitui a vida política e o fato dela ser diferencialmente distribuída deflagram a possibilidade da insurgência, da assembleia e do acontecimento, como maneira de reestruturar a forma de se viver. A precariedade não é uma identidade, é uma condição que produz alianças. Como Butler (2018, p. 66) introduz, esses movimentos focam em encontrar “modos de vida nos quais atos performativos lutem contra a condição precária, uma luta que

15 Considerando as demandas iniciais das Jornadas de Junho, que consistiam em transporte público gratuito, de qualidade e o conjunto do *direito à cidade*.

16 Butler alerta (2018, p. 78): “O oposto da precariedade não é a segurança, mas luta por uma ordem social e política igualitária na qual uma interdependência possível de ser vivida se torne possível”. E essa interdependência deve ser regida por uma ética da coabitação.

busca descortinar um futuro no qual possamos viver novos modos sociais de existência”. Sobre a vulnerabilidade, Butler repensa a condição humana em meios de ação: nenhum *sujeito* sobrevive sem uma rede de contatos e isso atesta a vulnerabilidade *dele* próprio. Advogar pelo fato de que todos somos seres vulneráveis é reconhecer que dependemos dos outros, da natureza, do mundo, sendo essas características da resistência e da luta por direitos. Portanto, reivindicar uma vida mais vivível não é o mesmo que se sentir vivo, como escreve Butler (2018); essa reivindicação vem do reconhecimento de uma vulnerabilidade que pode ser traduzida em ação de resistência política. Não tem a ver com fraqueza ou vitimização – a vulnerabilidade é uma constatação que, em vez de paralisar, mobiliza. A vulnerabilidade esclarecida pode gerar uma ação que coloca o corpo no centro da luta, sendo que a resistência

tem que ser *plural* e *corporificada* para representar os princípios de democracia pelos quais luta. Ela também vai implicar a reunião daqueles que não são passíveis de luto no espaço público, fazendo de sua existência e da reivindicação por vidas vivíveis a demanda por uma vida *anterior* à morte, algo exposto de maneira simples (BUTLER, 2018, p. 238 – grifo da autora).

A precariedade, vulnerabilidade e interdependência são palavras centrais para a concepção de democracia na teoria de Butler. Mas a multiplicidade de visões sobre essas palavras também remete à disputa do significado de democracia, mais acirrada na atualidade. O texto de Mendonça (2018), “Dimensões democráticas nas Jornadas de Junho”, auxilia-nos ao apresentar as várias facetas mais abordadas pelos teóricos da democracia. Essa palavra passou por tantas reformulações, adendos, reescrituras, que, ao mesmo tempo que significa muito, pode ser interpretado como algo esvaziado de significado. Em um trabalho cuidadoso, Mendonça (2018) mapeia sete dimensões, ou eixos estruturadores, que podem nortear uma construção maleável da democracia. São elas: 1) “autorização popular para o exercício do poder político”, ou seja, quando a população autoriza o Governo a representá-la por meio do voto, de sorteios ou outras técnicas; 2) “participação nas decisões e autogoverno”, a primeira como uma dimensão resgatada com muita força dentro do quadrante latino-americano, especialmente a partir dos processos de redemocratização, que, todavia, passou a ser estudada de

maneira menos encantada na contemporaneidade (ver a sequência de livros de Miessen sobre a participação no campo político dentro da perspectiva da Arquitetura urbana); 3) “monitoramento e vigilância sobre o poder político”, em outras palavras, transparência e publicidade por meio de instituições que observam e acompanham o poder, essenciais ao quadro democrático; 4) “promoção da igualdade e defesa de grupos minorizados” – ainda que a ideia de igualdade seja tão extensa quanto a de democracia, essa dimensão se relaciona com a defesa de *sujeitos* à margem quando os direitos de todos são protegidos; 5) “competição política e pluralismo”, assegurando a concomitância de opiniões divergentes e resultando em rupturas da teia que estrutura as opiniões; 6) “discussão e debate de opiniões”, que apesar de aproximar à quinta dimensão, diz respeito aos discursos, debate público e formação de opinião, salientando o papel da mídia e da comunicação; 7) e “defesa do bem comum”, outra ideia bastante ampla¹⁷, mas que simboliza o interesse comum dos *sujeitos*. Todas as insurreições anteriormente citadas tocam algum ponto dessa rede da democracia, seja na participação, na tomada de decisões (testando o limite da democracia representativa), promoção da igualdade (pensando em ações afirmativas) ou no direito de ir à rua manifestar as opiniões abertamente.

Apesar de Mendonça (2018) ter analisado as Jornadas de Junho, acredito que alguns aspectos levantados por ele possam ser aplicados em outros movimentos de aglomerações episódicas do século XXI. Seriam eles: pelo fato dessas assembleias terem ocorrido em um momento específico, sendo impossível traçar um começo ou fim; pela “sobreposição entre espontaneidade e organização” (MENDONÇA, 2018, p. 09), característica ímpar apresentada em “Movimentos sociais como acontecimentos” (MENDONÇA, 2007); pela característica comum da grande aglomeração de *sujeitos* protestando em espaços públicos; e pelo fato de serem movimentos que abrem oportunidade para outros atores políticos em desdobramentos antes impensáveis.

17 Apesar de não estar diretamente citada no artigo de Ricardo Mendonça (2018), a ideia do comum como um bem foi estudada por outros diversos autores até se desenvolver em prática e ação em uma leitura mais atual, como aparece em *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*, de Dardot e Laval (2017) e *A commonwealth*, de Hardt e Negri (2009).

Indagações sobre a efemeridade e propagação desses, aqui considerados, acontecimentos levaram Holston (2016) a se perguntar se as aglomerações episódicas do século XXI são protestos ou movimentos insurgentes, considerando os primeiros como objeções à forma como a cidade é construída e gerida, direcionada às instituições e autoridades; e os segundos como propostas alternativas, que reivindicam direitos desenvolvidos fora da alçada do Estado, como em novas cidadanias. Como resposta, o autor considera que as aglomerações são, na verdade, uma mistura complexa de movimentos insurgentes e protestos, já que reúnem demandas e contestações do modo de vida instituído, mas também colocam propostas de usos de espaços para a construção de uma outra cidade possível. Estas manifestações populares geralmente são efêmeras, acontecimentos que explodem e não permanecem por tanto tempo nas ruas, entretanto, algo delas permanece no cotidiano, como faíscas para outros acontecimentos.

Ainda que as aglomerações episódicas apresentadas no início do capítulo tenham emergido de circunstâncias diferentes¹⁸, elas podem ser unidas por meio da ideia de uma cidadania insurgente (“fazer acontecer a cidade” e “fazer acontecer a cidadania”) como parte do processo da construção destes levantes metropolitanos (HOLSTON, 2016). Outro ponto de aglutinação é a mudança do alvo de ataque: do século XX para trás os protestos atingiam as fábricas, os locais de produção, e os palácios do governo, locais do poder, enquanto que agora visam os espaços da circulação (HOLSTON, 2016) – física ou digital –, afetando outros aspectos da vida neoliberal e chamando atenção de outras maneiras. Entre características como “ocupação ostensiva do espaço urbano; rejeição da política representativa; a mobilização contra o sucateamento de bens e serviços públicos, a resistência à violência policial; uso de novas mídias sociais; e a emergência de novas esferas” (HOLSTON, 2016, p. 198) participativas, o autor aponta para o desejo de um novo tipo de cidade como principal motivo das insurgências urbanas – ou seja, um cotidiano que leve em conta o real significado de *direito à cidade*.

18 Holston (2016) lista as principais distinções dos movimentos de insurgência como a reação à crise de 2008 e ao estouro das bolhas imobiliárias na Grécia, EUA e Espanha; e questões governamentais, como na Tunísia e no Egito.

Holston afirma que a mistura de elementos como urbanização e neoliberalização produziu uma condição de precarização mundial. Frente a isso, partes das populações

vêm a entender suas necessidades básicas não apenas em termos de habitar e sofrer a cidade, mas também em termos de construí-la, de fazer a paisagem da cidade, da sua história, da vida cotidiana e da política como um lugar para eles próprios. Os muitos significados desse fazer frequentemente aglutinam-se na ideia de que eles têm direito ao que produzem, isto é, têm direito à própria cidade (HOLSTON, 2016, p. 195).

Por isso, o autor sai em defesa da ideia de uma cidadania enquadrada na cidadania urbana, que, diferente da “nacional”¹⁹ e da “humana”, destaca-se ao utilizar o conceito do *direito à cidade* não como jargão, mas como pilar. “Fazer acontecer a cidade”²⁰ e “fazer acontecer a cidadania” andam juntos e a montagem que constrói a cidade, onde cada *sujeito* residente é colaborador, constitui uma cidadania que não necessariamente se liga à nacional. Assim, o autor (2016, p. 197-198) considera “a cidadania urbana como uma forma de associação em que o ‘fazer a cidade acontecer’ é, simultaneamente, o contexto e o conteúdo de um sentido de pertencimento, no qual o fazer é entendido como a soma das atividades dos residentes” e o morar junto é sustentáculo da comunidade. Em certa medida, a aglutinação na escala da vizinhança ou da cidade é algo menos abstrata que uma aglutinação nacional. Segundo Holston (2009), a cidadania urbana pode ser compreendida a partir de quatro aspectos: quando a moradia urbana é a base da mobilização social daquele grupo; quando a experiência urbana e os direitos atrelados a ela compõem a agenda; quando a cidade é a principal comunidade política de referência; e quando as moradias, entendidas como contribuições na cidade, legitimam essa agenda. É no domínio da vida doméstica e privada que a cidadania insurgente aparece, por meio da autoconstrução de residências e das demandas pela urbanização dos bairros (HOLSTON, 2009), alcançando a esfera

19 De maneira categórica, Holston (2016, p. 194) desmonta a ideia de que a cidadania nacional seria uma coisa irrevogável quando a analisa como uma forma singular de associação (com uma genealogia específica): como uma definição que agrega, mas que também exclui, baseada no local de nascimento; como uma combinação de elementos que criam divisões de grupos sociais; e como uma ética do pertencimento. Dessa forma, o autor consegue levantar argumentos consistentes para a própria proposição da alternância da cidadania nacional à cidadania urbana.

20 Holston utiliza essa figura de linguagem ao traduzir *city-making*. Aqui eu a aproximo ao que eu quero dizer do “fazer-cidade” em “things in the making”, apropriada da máxima de William James.

pública quando tal acontecimento é veiculado nas redes, nas mídias, nos estudos universitários.

Em um arco largo de assuntos pesquisados e discutidos, James Holston aborda as duas formas de movimentos sociais apresentadas nesta dissertação, as aglomerações episódicas e as lutas emancipatórias periféricas. A cidadania emergente das lutas emancipatórias consegue transmitir a ideia do *direito à cidade*, com os movimentos de autoconstrução das casas e dos equipamentos de serviços, como creches, escolas, hortas, com a readequação de edifícios antes sem uso, ou pelo uso e instalação de uma infraestrutura urbana para fora das barreiras das residências. O que está em jogo é o direito à vida na cidade e a decisão sobre esses territórios – ocupar um terreno, ocupar uma rua. Esses movimentos sociais levam à esfera pública pautas importantes sobre outras formas de viver na cidade, da urgência do habitar, do circular. Pensar a cidade pela experiência de constituí-la e conformá-la: essas são algumas bases das lutas emancipatórias. De maneira mais específica, a cidadania urbana calcada nas lutas por moradia no Brasil é o tema central do livro *Insurgent Citizenship*, de Holston (2013, p. 21).

As democracias, em particular, prometem cidadanias mais igualitárias e, com isso, mais justiça e dignidade na organização dessas diferenças. Na prática, porém, a maioria das democracias vivencia conflitos tremendos entre seus cidadãos, na medida em que seus princípios entram em choque com preconceitos quanto aos termos da incorporação nacional e da distribuição de direitos.²¹

Diante das vicissitudes do fim do século XX à atualidade, Holston (2013) construiu uma obra que acompanha a constituição de uma cidadania brasileira única entre os *sujeitos* pertencentes à classe trabalhadora na periferia de São Paulo. A justificativa do livro por optar a estudar o Brasil é interessante: um caso de cidadania única que administra e normaliza as exclusões sociais – talvez de maneira mais desvelada agora – e em que, conjuntamente, podemos encontrar exemplos de cidadanias insurgentes, reivindicativas de direitos e desestabilizadoras de tais entrincheiramentos. Essa cidadania insurgente, que resgata um sentido de consciência urbana e que interpreta a

21 Esta dissertação utilizou para consulta duas versões do livro de James Holston, *Cidadania Insurgente* (2013) e *Insurgent Citizenship* (2009).

cidade como obra, foi constituída numa circunstância de desenvolvimento neoliberal nacional, manifestando-se contra o Governo quando esse acompanhava os interesses do mercado.

Na obra de Holston (2013, p. 22) uma ideia interessante salta: “Ao contrário do que preveem muitas teorias sociais dos séculos XIX e XX sobre as classes trabalhadoras, integrantes dessas classes se tornaram novos cidadãos, não por meio de lutas trabalhistas, mas pelas lutas pela cidade”. Apesar de entender as lutas trabalhistas como coexistentes às lutas pelas cidades e interpretar que a mistura delas formaram os cidadãos, a luta pela cidade reserva um local de investigação importante e central, pelo menos a esta dissertação. Segundo Holston (2013), entre os vários caminhos do desenvolvimento da cidadania no Brasil, o cerne estava na construção e montagem das casas dos *sujeitos* da classe trabalhadora, quando *eles* passaram a ser “produtores e consumidores da vida urbana” na experiência da ocupação e/ou autoconstrução, assim como quando *eles* começaram a transformar o território no ato de “fazer-cidade”. “Na condição de construtores da cidade, eles passaram a se compreender como portadores de interesses na cidade, como contribuidores fundamentais para sua economia e sua sociedade” (HOLSTON, 2013, p. 27). Foi pela autoconstrução que as periferias se transformaram em espaços do pertencimento, produzidas na irrupção de acontecimentos e no tempo cotidiano, dentro de uma organização de movimentos sociais que deram base a essas conquistas.

Para Mendonça (2007, p. 122), o acontecimento, ou o movimento social, pode “alterar as práticas sociais, os campos de ações e a vida dos *sujeitos*, reestruturando a experiência”. Convoco os movimentos sociais como acontecimentos no caso específico das lutas emancipatórias por moradia, na periferia ou no centro, para aumentar a minha lente de análise sobre o que quero dizer com *direito à cidade* e sobre a reestruturação da experiência urbana. Penso que essas formas de luta (esses espaços de resistência) configuram novas linguagens no trato com o espaço, sobre os usos, no mais fino tempo do cotidiano – pensando que são movimentos que inclusive podem ajudar o vislumbre de algo em direção ao *urbano*. Os *sujeitos* desses movimentos sociais utilizam a comunicação, a esfera subalterna criada por eles, a transformação do

espaço material como instâncias organizativas que aglutinam mais pessoas e modificam os imaginários. Parece ser mais fácil pensar na efetivação de um campo da experiência nessas formas de movimentos sociais, porque são casos em que a luta e a resistência são constantes. Escreve Mendonça (2007, p. 130): “A agência de um movimento social é o próprio desdobrar da potência de ruptura contida na descontinuidade emergente, visto haver no acontecimento algo que permanece em aberto – um não-atualizado que só se estabelece progressivamente”.

Imagine algumas famílias marchando a uma terra desocupada, desprovida de uma função (nas bases legais), com materiais e ferramentas nas mãos: esse momento de assembleia dos corpos poderia ser um acontecimento, que se sucede no cotidiano, criado a partir de tal ocupação e marcado por subsequentes e constantes microacontecimentos? Trata-se de uma reunião de *sujeitos* num espaço físico marcado, reivindicando mais direitos (ou a manutenção deles) e tendo como objetivo a consolidação dos direitos do corpo. Todavia, como contraponto às aglomerações episódicas, aquelas famílias reunidas, no momento inicial da ocupação, não querem aparecer às “autoridades” (Governo, lei, empresas, proprietários), pois seriam impedidas de ocupar. Assim toda ação inaugural das lutas emancipatórias por moradia tem um teor de surpresa para depois ganhar visibilidade na esfera pública, o que lhes confere segurança. É um movimento inverso se tratando do aparecimento, no qual a divulgação é adiada para o futuro, quando a ação está assegurada e as famílias estão instaladas. A acomodação daquelas famílias transforma o local – ali elas fazem a cidade, produzem o espaço e, sem dúvida, dão novos arranjos ao passado e futuro da luta daquele movimento social e daquele lugar, por isso se trata de um acontecimento urbano.

Para Mendonça (2007), “Interpretar um movimento social a partir do conceito de *acontecimento* é percebê-lo como descontinuidade que irrompe no tecido social, permitindo a reinterpretação de elementos que o precederam e dos campos de possibilidades que o sucederão” (2007, p. 118 – grifo do autor). A proposta de do autor, portanto, passa pela ideia de reconhecer um acontecimento, que se desdobra em microacontecimentos diversos, tanto em ações futuras ou na própria

institucionalização daquele movimento social no passado – ações que juntaram aquela coletividade. Como aponta Mendonça (2007), o futuro é gerado pela dinâmica de interações entre os integrantes das coletividades, por isso os impactos desses devires em direção às modificações sociais dependem da geração de microacontecimentos. A revelação acontece tanto para a leitura do futuro quanto para a do passado, conseguindo formar um sentido próprio da luta.

Para propor a refundação da sociedade (seja ela uma reestruturação profunda ou a alteração de aspectos pontuais), tais movimentos precisam construir coletiva e intersubjetivamente outros sentidos sobre si mesmos, sobre o mundo e sobre as relações sociais. Isso é feito por meio de trocas argumentativas públicas, sendo que a publicidade não se resume à visibilidade propiciada pela enunciação: ela é algo que conforma o próprio ato de expressar-se diante dos outros (MENDONÇA, 2007, p. 133).

É neste ponto que encontro maior facilidade para entender as palavras de Mendonça, associando os movimentos emancipatórios por terras, ou por moradias nos centros urbanos, aos movimentos sociais, pois eles possuem uma coesão maior no tocante aos objetivos e à própria constituição interna de grupo, não sendo tão cacofônicos ou fragmentados quanto as aglomerações episódicas podem ser. Essas formas de movimentos sociais apresentam à sociedade outras maneiras de produzir a cidade, que além de discursivas, também são espacializadas e materializadas. De acordo com Lefebvre (2001) são esses grupos que são capazes de suscitar iniciativas revolucionárias, resolvendo problemas urbanos.

Lefebvre aponta para as ações de grupos precarizados, mas mesmo esses grupos participam de redes de vulnerabilidade (resgatando Butler), em que a dependência de outras variáveis, agentes, instituições, com negociações e pressões também constituem um jogo de movimentos. A visão de Marcelo Lopes de Souza no artigo “Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta” (2010) auxilia na leitura das lutas emancipatórias. Destarte, o autor deixa claro que os grupos podem se beneficiar com medidas do Estado, mas nunca poderiam nascer do ou ser completamente bancados pelo Estado, uma vez que o último não desenvolveria práticas contra a propriedade privada ou contra outros pilares de sustentação do sistema vigente. O título do artigo

provém da análise de Souza (2010) sobre as práticas espaciais insurgentes e a rede de relações estabelecidas com o Estado, seja contra, apesar ou com ele, percebendo os pontos vulneráveis e potencialidades. O objetivo do texto é demonstrar que um movimento social não necessariamente permanece com um discurso ou ideologia o tempo inteiro em que atua; muitas vezes alguma ação que começou apesar do Estado volta-se contra ele, por exemplo. Esse é um terreno instável, em que alianças diversas são tecidas ou quebradas de acordo com os interesses dos grupos. Em alinhamento, Paolinelli e Canettieri (2019, p. 832) escrevem que os movimentos sociais

têm criado outras formas de relação com o Estado, usando uma nova interlocução com sociedade civil, academia, redes de advogados populares, Defensoria e Ministério Público, às margens das esferas participativas construídas nos anos 1990.

Como é explicado, essa é uma forma diferente das atuações que ocorreram dos anos 2000 para trás²². Trata-se de uma outra maneira de experienciar a luta política por moradia, que, segundo Paolinelli e Canettieri (2019), é marcada por processos de hibridização, alterando o relacionamento dos movimentos sociais e as instituições públicas e privadas. Inclusive essa hibridez que compõe a rede de alianças e disputa também caracteriza as aglomerações episódicas, em que agentes, o Estado, a opinião pública, imprensa negociam o tempo todo.

Em uma aplicação mais generalista, Marcelo Lopes de Souza (2010) apresenta uma série de binarismos, que, apesar de serem limitados, ajudam a classificar os movimentos sociais (ter em mente que eles se consolidam em uma realidade socioespacial complexa e híbrida). Eles podem ser 1) violentos ou não-violentos; 2) duráveis ou efêmeros; 3) imediatamente políticas ou imediatamente culturais; 4) ruidosos ou silenciosos; 5) abertos ou às escondidos; 6) local ou supralocal (SOUZA, 2010, p. 33-34). Essas várias caracterizações descrevem os acontecimentos das reuniões dos corpos em marcha por objetivos variados. Dentre os tipos de práticas espaciais insurgentes, Souza (2010, p. 40-41) destaca a “reestruturação da organização

22 Enquanto os movimentos sociais da década 2000-2010-2020 ficaram marcados pela hibridização, a maioria da luta dos anos anteriores pode ser resumida na “urbanização dos salários baixos” (MARICATO *apud* PAOLINELLI; CANETTIERI, 2019), expressada em contextos como a construção informal e autônoma de vilas e favelas; e da luta de movimentos sociais por ocupações organizadas.

espacial material; bem como a ressignificação de lugares”, como o simbolismo dos monumentos; e a “construção de redes espaciais”, que também envolvem “circuitos econômicos alternativos”. O autor aqui retoma o aviso de que as práticas espaciais apresentam combinações entre as características listadas. Por exemplo, ocupações de infraestruturas prediais já existentes, como a Carolina Maria de Jesus e a Vincentão, ambas localizadas em Belo Horizonte ou a Ocupação 9 de Julho, em São Paulo, “representam uma combinação de territorialização em sentido estrito com refuncionalização/reestruturação do espaço material e ressignificação de ‘lugares’” (SOUZA, 2010, p. 41-42). A série de caracterização dos movimentos sociais também pode ser aplicada às aglomerações efêmeras, visto que elas podem ser marcadas, dentro do mesmo movimento, por práticas violentas e não-violentas, podem durar mais tempo com bases para acampamentos, podem reestruturar a infraestrutura momentaneamente e ressignificar permanentemente os territórios.

Embora tenha ocorrido um acirramento das tensões em meio aos quadros políticos e sociais da atualidade, paralisando algumas frentes de luta, o cotidiano quando embebido destas práticas alternativas (a astúcia para Lefebvre), apresenta a oportunidade do surgimento de microacontecimentos que remodelam a experiência dos *sujeitos* nos espaços.

Tais grupos igualmente inovaram no modo de viver, de ter uma família, de criar e educar as crianças, de deixar um lugar mais ou menos grande às mulheres, de utilizar ou transmitir a riqueza. Essas transformações de vida cotidiana modificaram a realidade urbana, não sem tirar dela suas motivações. A cidade foi ao mesmo tempo o local e o meio, o teatro e a arena dessas interações “complexas” (LEFEBVRE, 2001, p.57-58).

Penso sobre a impossibilidade de ler essa passagem de Lefebvre sem pensar numa outra forma organizacional em que a cidade se torne um lugar mais bem vivível. Por isso os *sujeitos* utilizam os rompantes acontecimental, para chamar atenção às pautas, levando-as a público, testando-as como discurso e prática. Práticas também incorporadas pelos *sujeitos* que transformam a microescala. “A vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico; é a verdadeira ‘essência’ da substância social” (HELLER, 2011, p. 34). Nestes exemplos, podemos ver mais

claramente a vinculação entre a atividade cotidiana, os acontecimentos e os movimentos de transição entre essas duas instâncias. De acordo com Heller, a heterogeneidade do cotidiano prevê que os *sujeitos* sejam incapazes de concentrar energias especiais em cada decisão da cotidianidade, assim, em certa medida, há um quê de repetição e automação das atividades. Afinal, *eles* são incapazes permanecer sempre no estado de exceção do acontecimento, retornando ao dia a dia familiar. Apesar de atuante, o *sujeito* não possui tempo hábil para absorver a complexidade da cotidianidade nem mesmo do acontecimento e, por isso, não consegue compreendê-los no calor do momento. Os *sujeitos*, então, agem pela repetição, pela rigidez e no rigor dos movimentos dos corpos, que instauram uma implicação mútua entre regra e desregra. Todavia, não nos enganemos, pois o cotidiano também é revestido por uma camada de surpresa – há níveis de espontaneidade²³. Os movimentos entre cotidiano e acontecimento, regra e desregra, são constituintes da vida nas cidades.

Entendidos pela ótica da fundação de um discurso, de uma marca, de um público, de uma ocupação, os movimentos sociais urbanos em geral aglutinam *sujeitos* e causas, são acontecimentos a partir do momento que irrompem o cotidiano dos *sujeitos* e dos próprios movimentos. De acordo com Maia (2012, p. 323), esses movimentos inscrevem “o sujeito a montante e a jusante de sua escritura social”. Essa passagem é muito interessante, porque coloca a escritura social do *sujeito* no centro da discussão com um antes e depois clareado pelo acontecimento/movimento social. Ainda que esse *sujeito* não esteja implicado em alguma forma de organização social, cada decisão da vida cotidiana pode instaurar um microacontecimento, algo que faz sentido eticamente, um devir que causa um antes e depois daquele momento específico, assim como *ele* próprio pode ser acometido por algum tipo de acontecimento, algo externo que “contribui para a própria localização do sujeito enquanto ser ativo no mundo” (MAIA, 2012, p. 326) – como, por exemplo, alguém que sai desavisado à rua logo quando uma multidão está passando, a escolha de sair ou permanecer lá recai sobre o *sujeito*.

23 Além da espontaneidade, Heller advoga que a vida espontânea é composta pelo pragmatismo, economicismo, andologia, precedentes, juízo provisório, ultrageneralização, mimese e entonação. Para mais informações, consultar o capítulo “Estrutura da vida cotidiana”, de *O cotidiano e a história* (2008).

O próximo capítulo convida o leitor a olhar para o *sujeito* que se insurge, pelo condicionamento de respostas a eventos ou acontecimentos que são externos a *ele*. A desobediência surge no cotidiano de um *sujeito* e é levada às últimas consequências como uma onda, atingindo a outras pessoas, que se revoltam contra as regras vigentes e instauram outras temporalidades.

A DESOBEDIÊNCIA

-

a. *Antígona*

-Creon

You! you there, hanging your head to the ground, do you say you did these things, or do you deny them outright?

-Antigone

I say I acted. I do not deny acting.

-Creon

You may remove yourself wherever you wish, free of a heavy charge.

[Exit watchman. To Antigone.]

Now you, tell me, not at length but concisely, did you know that these were forbidden by proclamation?

-Antigone

Yes. Why would I not? It was public.

-Creon

And you dared anyway to transgress these laws.

-Antigone

Yes, Zeus was not the one who issued these proclamations for me, nor did Justice, who dwells with the gods below, define such laws among mankind. I did not think your proclamations so strong that you, a mortal, could overstep gods' unwritten and unshakable traditions. Not today or yesterday but always they live, and no one knows when they appeared. I was not about to pay the penalty before gods for neglecting them out of fear for a man's thought. I knew very well that I would die (why not?), even if you had not issued your proclamations. But if I shall die

before my time, I declare it a profit, for whoever lives beset, as I do, by many things evil, how does he not gain profit by dying? Thus for me, at least, to meet with this destiny is no pain at all. But had I let the one from my mother, who was dead, go without rites, over that I would feel pain. Over this, I feel no pain. If I seem now to be acting foolishly to you, it may be that I am being accused of foolishness by a fool (SOPHOCLES, 2002 – grifo meu).²⁴

*

Antígona, filha de Édipo e Jocasta, tornou-se uma referência cultural do ocidente quando decidiu desobedecer as ordens do rei Creonte (homem que também era tio e futuro sogro dela), com o objetivo de cumprir com seu próprio dever. Essa peça da Trilogia Tebana conta que os dois irmãos de Antígona, Polínice e Etéocles, lutavam pelo trono de Tebas após a morte do pai, o rei Édipo, mas ambos acabaram morrendo. Fato importante é que Polínice era um inimigo da pátria e lutava ao lado dos guerreiros de Argos, cidade em guerra contra Tebas, enquanto Etéocles batalhava em prol da cidade tebana. Assim, quando os dois guerreiros morreram, Creonte, por questão consanguínea, tomou o trono e ordenou que o sobrinho Etéocles fosse enterrado com glória e com todos os rituais importantes e que Polínice, responsável por maior desgosto, ficasse com seu corpo insepulto para que fosse devorado por animais e se transformasse “em objeto de horror” (SÓFOCLES; ÉSQUILO, 1984, p. 80). A partir de tal ordem, Antígona tramou o plano de enterrar Polínice, avisando à irmã Ismênia, que logo recusou ajuda. Sob anonimato, Antígona despejou terra sobre o corpo do irmão, realizando um ritual logo denunciado a Creonte. Em um segundo sepultamento, Antígona foi pega pelos guardas, que a levaram ao rei de súbito. “Sim, eu sabia! Por acaso poderia ignorar, se era uma coisa pública?” - disse Antígona a Creonte, ciente de que seria punida pelo ato com a própria morte. Hémon, filho de Creonte e noivo de Antígona, suplicou que o pai invalidasse a decisão, todavia sem sucesso e, assim, Antígona foi presa em um túmulo de pedras. A tragédia se instalou com a

24 Utilizei esse extrato, pois, mais a frente, discutirei a frase “I do not deny acting” e somente a tradução do inglês apresentou tal passagem.

reconsideração tardia de Creonte: Antígona se enforcou, levando Hémon a cravar uma espada no próprio peito. Desgostada, Eurídice, mãe de Hémon e esposa de Creonte, também tirou a própria vida, finalizando a sequência de mortes.

A história de Antígona, escrita por Sófocles por volta do ano 442 a.C., já passou por diversas revisões e traduções ao longo da história, sendo ainda visitada quando o tópico é a desobediência. Frédéric Gros (2018, p. 78) abre a seção da “Filha de Édipo” constatando que a personagem é um “ícone cultural da revolta”, quiçá o primeiro registro de contraconduta no ocidente. O brilho de Antígona estaria justamente na série de atos ambíguos que estremeceram a ideia de ordem. “Antígona, em sua desobediência, não afirma uma ordem contra a outra: ela abala *a própria possibilidade de ordem*” (GROS, 2018, p. 90 – grifo do autor). O que girou em torno da decisão de Creonte é a violência da lei e do Governo, muito diferente da violência dos *sujeitos* que desobedecem, já que os últimos não possuem nem monopólio da violência nem o aparato infraestrutural para agir, restando apenas a alternativa de desobedecer – oferecendo inclusive o próprio corpo – como ato de contraconduta.

A lente utilizada por Judith Butler em *Antigone's claim* (2002) nos auxilia a pensar Antígona como um ponto de ambiguidade. Enquanto autores como Hegel e Lacan construíram uma análise de relação polar, entre masculino X feminino; sociedade/Estado X parentesco; e público X privado, Butler (2002) mostra como as relações de parentesco de Antígona são confusas, uma vez que ela era filha/irmã de Édipo; não era mãe nem esposa devido a uma promessa feita ao pai/irmão; e, além disso, tinha o próprio gênero questionado, ao ter sido uma filha que se manifestava como filho (STOPPANI, 2013). O que Butler (2002) nos ensina é que a leitura de Antígona se constrói pelo não-inteligível, uma vez que ela sempre estava à margem, seja no quesito da feminilidade, do parentesco ou da linguagem: quando questionada sobre a veracidade da ação desobediente, Antígona se recusou a negar, na tradução em inglês, que ela cometeu o ato de enterrar o irmão. A explicação vem do original em grego: “I say that I did it and I do not deny it, translated less literally by Grene as Yes, I confess: I will not deny my deed [in Greek, Creon says, *phes, e katarnei ne dedrakenai tade* and Antigone replies: *kai phemi drasai kouk aparnoumai to ne*]” (BUTLER, 2002, p.

8 – grifo da autora). Butler defende que Antígona, ao construir a frase dessa maneira, recusou-se a performar uma negação – uma proposição de Creonte citada anteriormente (“Or do you deny them outright?”) –, algo que a salvaria da morte. A ambiguidade estava na dupla negativa, ou seja, em uma frase que não respondeu de maneira acertada.

A pesquisadora Cibeles Aldrovandi (2006) ajudou a iluminar os costumes gregos antigos. Naquela época, o funeral era compreendido como oportunidade de mostrar o status da família e do morto, portanto a negação do direito de enterrar ou cremar representava uma das maiores penas do Estado aos entes²⁵. No caso, estes ritos (lamentações, danças, oferendas e visitas às tumbas) auxiliavam a passagem do morto aos Campos Elísios, o paraíso na cultura antiga grega. Aldrovandi (2006, p. 162, nota de rodapé 204) cita Antígona ao dizer da necessidade do funeral para que o morto repousasse, “... no final da tragédia, a protagonista recobriu o corpo de seu irmão com um pouco de terra, uma vez que, mesmo um funeral simbólico era suficiente para reverter tal abominação”. Alinhado a isso, o ancião Tirésias alertou a Creonte: “não profanes um cadáver! De que te servirá matar, pela segunda vez, a quem já não vive?” (SÓFOCLES; ÉSQUILO, 1984, p. 100).

Arrisco imaginar o território do ato de Antígona também como um ponto de ambiguidade. Primeiro, porque esses rituais foram deslocados para fora das margens da cidade, mesmo que a ação tenha sido direcionada às leis da mesma (STOPPANI, 2013). Segundo, porque um corpo sem vida, que não enterrado está sujeito ao ataque de comedores de carniça, à decomposição acelerada – submetido a violações da natureza ou de outras origens – ao passo que quando o corpo é enterrado, o destino de decomposição do cadáver não é visto, marcando o espaço com a sinalização de que lá jaz um corpo: local de encontro e de rituais cíclicos. A decisão de Antígona não foi tão ortodoxa, porque ela despejou terra sobre o irmão, ou seja, a escolha de não enterrá-lo completamente marcou o território e o ritual com uma camada de contraconduta,

25 Outra pena grave que poderia ser ordenada pelo Estado era a do desterro, a qual Édipo, pai de Antígona, se auto-submeteu. Édipo, enquanto rei, ordenou que o assassino de Laio, o antigo rei e pai de Édipo, fosse desterrado, sem saber que ele mesmo era o criminoso.

transmitindo uma mensagem direta ao poder de Creonte. Tal amarração da ambiguidade foi investigada mais a fundo por Stoppani (2013, p. 121), que escreveu:

Eu argumentaria que é o trabalho de Antígona, as transgressões e deslocamentos espaciais, que produzem uma resignificação e politização do espaço – doméstico, urbano e territorial. Em *mal* desempenhar e *mal* situar, através do enterro, os rituais de *genos*, Antígona se torna um indivíduo que transcende os laços familiares de filha, irmã, sobrinha, prometida e a lei.²⁶

As ações ambíguas de Antígona podem ser percebidas quando ela tomou o ilegal e o sagrado, a obediência e transgressão como forças motrizes e estendeu tal ambiguidade ao espaço quando ela agiu. A personagem principal escolheu enterrar seu irmão afastado das margens da cidade, “Fora, sem forma, pois se opõe à definição de uma forma política”²⁷ (STOPPANI, 2013, p. 124) e, ainda assim, retornou ao interior do domínio de *oikos*, produzindo um deslocamento na esfera pública, para (não) confessar seu ato, instaurando a disputa entre o público e a ética privada, ou seja, entre a decisão do Governo e a decisão dela mesma.

Por outra interpretação aguçada, Grada Kilomba (2020, 42’37”) diz que Antígona nos relembra que “o passado é tão importante quanto o presente, que os mortos são tão importantes quanto os vivos e que o enterro é quase um ato político”²⁸. No caso da personagem principal, somente por meio da cerimônia funerária seria possível que ela encontrasse o lugar no presente, porque o enterro produziria a memória. Por isso a proibição do enterro o colocou no centro da história de Antígona e a fez agir contra as leis reais. O enterro, como interpretado por Kilomba, é uma cerimônia de encenação do passado que capacita os *sujeitos* a atuarem no presente. Na verdade, este é o manifesto pós-colonial, feminista, LGBTQIA+, antirracista: se levarmos em conta que a maior parte da história não foi devidamente contada, devemos recontá-la e enterrar, de maneira responsável, uma porção dela. É nessa medida em que a disputa pela História

26 No original: “I would argue that it is the work of Antigone, her transgressions and spatial dislocations, which produce a re-signification and politicisation of space – domestic, urban and territorial. In *mis*-performing and *mis*-locating, through her dustings, the rituals of the *genos*, Antigone becomes an individual who transcends the familial ties of daughter, sister, niece, betrothed, and also the law.” - grifos da autora original.

27 No original: “Outside, formless as it opposes the definition of a political form...”.

28 No original: “that the past is as important as the present, the dead as important as those living and the burial almost a political act”.

se mostra tão decisiva na atualidade e, por isso, Kilomba recentraliza a história de Antígona em torno de uma narrativa feminista interseccional.

O enterro não é somente uma cerimônia para se produzir memória, mas também um ritual para se lembrar de sua própria história. Creonte representa o sistema patriarcal branco, opõe-se a essa memória e diz que o irmão de Antígona deve ser esquecido. A não existência do enterro certifica que nenhuma memória será produzida e a história deve ser esquecida. A política do esquecimento é central para a colonialidade, uma vez que os sujeitos colonizados foram impedidos de performar rituais de enterro, necessários para se produzir uma memória suficiente (KILOMBA, 2020, 46’44” – tradução minha)²⁹.

A memória está diretamente ligada ao acontecimento e às práticas espaciais. Em outra passagem, Kilomba (2020, 48’41” – tradução minha) diz: “Mas e se nós vivermos com os fantasmas do nosso passado, precisamente porque a história não foi contada de forma devida?”³⁰. Inclusive, talvez essa “forma devida” não esteja registrada na tradição da transmissão hegemônica – e por isso Kilomba utiliza outros meios para passar os ensinamentos, como pela leitura cênica e pela utilização de recursos multimídia. Devemos ter cuidado com a contagem da história (e os recortes que fazemos), porque ela pode ser “repetida”, assaltando o presente de maneira imprevisível, como se o passado nos atormentasse, porque não foi enterrado. A falta do ritual de enterro responsável transmite a ideia de que aquele ser (ou aquele fato) nunca existiu, todavia ele sempre volta. Assim, não é de se estranhar que a violência colonial escravista seja veladamente entendida como algo *do/de responsabilidade do* passado e não do presente – tempo em que ainda encontramos as repercussões dos sucessivos anos de mercantilização de *sujeitos*. Aponta Kilomba (2020, 51’21” - tradução minha): “se a história não foi contada devidamente e somente alguns

29 No original: “The burial is not only a ceremony to produce memory but also a ritual to remember one’s own history. Creonte metaphorically represents the white patriarchal system opposes a memory and proclaims that the brother has to be forgotten. That absence of ceremony reassures that no sufficient or decoyed memory will be produced. A history should be forgotten. This politics of forgetting are central to coloniality, since colonized people have been denied access to perform the rituals and burials necessary to produce sufficient memory”.

30 No original: “But what if we still live with the ghosts and earls of the past, precisely because history has not been told properly?”.

personagens foram considerados centrais à narrativa, então temos uma história assombrada, uma história que precisa ser recontada e enterrada propriamente”³¹.

Algumas ações urbanas ressoam tais objetivos de enterro e recontagem da história. Lefebvre (2001, p. 66) escreve que os edifícios e monumentos “‘são’ uma parte da cidade: a parte política (capital). (...) esses edifícios representam a eficácia e a presença social dessas relações”. A eficácia do controle se dá por meio da exaltação de determinadas personalidades, nomes que marcaram os trajetos e pontos de referências das cidades, muitas vezes símbolos da violência colonial, documentos da barbárie. Em um trecho esclarecedor sobre a mudança de perspectiva, Löwy (2010, p. 27) escreve que,

Enquanto a Espanha, a Europa e os Estados Unidos se apressavam em celebrar a festa de Colombo, uma reunião latino-americana realizada em outubro de 1991, em Xelaju, na Guatemala – um dos bastiões da cultura maia –, conclamava para a comemoração de “cinco séculos de resistência indígena, negra e popular”.

As várias interpretações de Antígona mostram o alcance da obra de Sófocles³²: três importantes reflexões sobre a desobediência, sobre a ambiguidade, sobre a História, todas provenientes do ato de um *sujeito* que desobedeceu. Uma imagem que vem à cabeça e revela minha completa imersão no ano de 2020 é a de pessoas atirando no rio o monumento de um homem branco que comandava um segmento do tráfego de pessoas escravizadas. Os *sujeitos* tomaram os monumentos da cidade para si, excluindo alguns e elegendo outros, a fim de recontar a história daquele local. A mensagem, portanto, é clara: essa memória não nos representa e não iremos exaltá-la mais. Afinal, um monumento é uma marcação no espaço, uma nomeação que possui muito poder, mas que usualmente passa despercebido no cotidiano. Note que a violência de arremessá-lo no rio não significa esconder aquela memória, mas sim rever a história e tomar uma ação assertiva, propagando a mensagem de que aquilo não pertence mais àquele conjunto de pessoas. Essa violência, além de simbólica, requer uma articulação

31 No original: “So if history has not been told properly and if only some of its characters have been revealed as part of the narrative, then maybe we have a haunted history, a history that has to be told anew and buried properly”.

32 Sófocles nasceu por volta de 496 a.C. O autor de Antígona foi um aristocrata, cuja família (*oikos*) estava no centro do poder.

entre os presentes pela força física. Portanto, trata-se de uma ação que não poderia ser/*acontecer* pelo consenso, pela argumentação, pela petição junto ao Governo– ao contrário, o rompante de destruição é essencial para o rearranjo das peças que constituem a cidade. Trata-se de um direito dos cidadãos exercido sobre a história daquele local.



Manifestantes e estátua.
PA/Ben Birchall.
2020.

Imagem modificada pela autora.

Pensar o acontecimento também requer refletir sobre os *sujeitos* desse acontecimento, sobre o que move aqueles corpos. O livro *Desobedecer*, de Gros (2018) se inicia com a frase: nós aceitamos o inaceitável. O autor escreve que “A insurreição não se decide. Apodera-se de um coletivo, quando a capacidade de desobedecer juntos volta a ser sensível, contagiosa, quando a experiência do intolerável se adensa até se tornar uma evidência social” (GROS, 2018, p. 17). Um argumento central do livro é construído sob a ética do político, ou como cada um se relaciona consigo mesmo – esse é o pontapé de Gros na investigação da desobediência. Podemos pensar que, em um determinado momento decisivo, se o *sujeito* não desobedecer, a repercussão dessa decisão o acompanhará até o final da vida. Apesar de ser uma análise do *sujeito* no vértice da

escala menor, da consciência de si, ela nos ajuda a refletir sobre “a partir de qual relação consigo mesmo se respeita ou se transgride a lei pública?” (GROS, 2018, p. 35), pois, o que é de si interfere diretamente no coletivo e “obedecer, desobedecer – é dar forma à nossa liberdade” (GROS, 2018, p. 36). Tais passagens se relacionam com o que foi escrito nos capítulos anteriores, pois um dos motivos que acompanham as pessoas nos movimentos sociais episódicos ou permanentes é o desejo de um outro modo de vida, da atualização do *direito à cidade*, estimulando-as a desobedecer as leis, as regras, a moral, o Governo, as instituições, ao mesmo tempo que obedecem a si mesmas. Na realidade, há diversas motivações para o obedecer (quando é impossível desobedecer), seja por vetores de violência, coerção, servilismo, desresponsabilidade³³, alienação, ou mesmo vontade. Contudo, existem muitos outros motivos para desobedecer, como Gros elenca no início do livro: contra as injustiças sociais e contra o ódio dirigido aos precarizados; a degradação do meio ambiente; e o processo de acumulação de riquezas contemporâneo.

Podemos perceber, na passagem de Antígona, que a história do *sujeito* e o caminho de vida tomado têm grandes consequências sobre a construção da vontade e da força do desobedecer. Por isso, resgato outro caso clássico de desobediência civil, de Rosa Parks e o transporte público em Montgomery, Estados Unidos. Em 1955, Parks subiu em um ônibus e sentou-se na primeira fileira destinada às pessoas negras, todavia, quando o ônibus encheu e mais três pessoas brancas ascenderam, o motorista mudou a placa indicativa da segregação de lugar, exigindo uma outra disposição dos corpos dentro do veículo. Rosa Parks recusou-se a ceder o lugar e a polícia foi chamada. Indignada com o tratamento, Parks confrontou o policial que logo respondeu: “Eu não sei, mas a lei é lei e você está presa” (CARVALHO; RAMAGEM, 2019). A ação, então, deu força ao boicote ao transporte público da cidade de Montgomery, como pressão para o fim da segregação racial.

No livro autobiográfico *Rosa Parks: my story* (1992 *apud* CARVALHO; RAMAGEM, 2019), a autora relata que não estava cansada fisicamente naquele dia específico para não

³³ A palavra usada por Gros é desresponsabilizar – quando alguém segue às ordens superiores e se exime da responsabilidade.

ceder o lugar, na verdade, o cansaço que sentia era proveniente do obedecer sempre. O interessante a ser pontuado é que tanto Antígona, filha de uma circunstância ambígua, quanto Rosa Parks, que foi investigadora de crimes sexuais em comunidades do Alabama (MATTIMORE, 2017) não desobedeceram de uma hora para outra, o lampejo foi resultado de um percurso de vida. Como Grace Passô (postagem do dia 03 de fevereiro de 2020, com o link para a matéria “Before the Bus, Rosa Parks Was a Sexual Assault Investigator”) escreveu em sua página do Facebook sobre o caso de Parks: “ninguém não levanta da cadeira de um dia pra outro, né não...”, a revolta é uma construção, apesar de parecer algo inédito e inesperado – como o próprio *Bartleby, o escrivão*³⁴, de Herman Melville (PELBART, 2019).

Podemos rastrear uma relação um pouco óbvia entre a ação de Rosa Parks e pessoas que moram em assentamentos irregulares que, frente à força policial e jurídica da lei das remoções, não se retiram, amparadas pelo direito de estarem onde estão. Apesar de serem diferentes, ambos exemplos nos mostram o poder simbólico da permanência no lugar, sendo que o histórico de lutas e resistências dos movimentos sociais e dos *sujeitos* constituintes também pode ser traçado.

Pensando a lei real, e alongando a análise ao policial do exemplo de Rosa Parks, Gros utiliza a reflexão de Hannah Arendt sobre a *banalidade do mal* para construir o entendimento da responsabilidade difusa, em que todos são responsáveis ao mesmo tempo que ninguém é. É nisso que reside a desresponsabilização e a possibilidade de retrucar utilizando a frase: “mas eu estava apenas seguindo ordens!” - no caso do policial que abordou Parks (CARVALHO; RAMAGEM, 2019) –, como se a estrutura de hierarquia prendesse o *sujeito*, que é incapaz de pensar outros caminhos de ação. Analisando o livro sobre o julgamento de Eichmann, Gros identifica pelo menos dois problemas: a superobediência, que o fazia um exímio componente na burocracia

34 A ambiguidade da linguagem também está presente no livro de Melville, ao pronunciar “I would prefer not to” *Bartleby* não afirma nem nega. “Pressionam-no a dizer sim ou não. Mas se ele dissesse não (cotejar, sair...), se ele dissesse sim (copiar), seria rapidamente vencido, considerado inútil, não sobreviveria. Só pode sobreviver volteando num suspense que mantém todo mundo à distância”. In: DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. São Paulo: Editora 34, 1997, p. 83. No caso de Rosa Parks, a ambiguidade levaria a ação à falência; a recusa de se levantar foi veementemente categórica – não levantou, pois não aguentava mais obedecer.

mortífera; e a burrice, o pensamento pronto, que provém de clichês, “essa teimosia em não querer saber, é isso a banalidade do mal” (GROS, 2018, p. 129). Portanto, temos dois lados, não necessariamente opostos extremos: a superobediência e a desobediência, em meio a muitas camadas intermediárias. A superobediência, a obediência cega e acrítica que leva ao consentimento do totalitarismo, só pode ser combatida com um processo interno ético de reflexão sobre si e o entorno.

Gros (2018) visita a obra de Thoreau, *Da desobediência civil*, quando disserta sobre o trabalho ético sobre si mesmo. Essa seria, portanto, a transformação, o movimento de volta a si mesmo, que, após desobedecer aos outros, torna-nos insubstituíveis – essa palavra remete ao trabalho de Judith Butler, quando ela escreve sobre as vidas não descartáveis, passíveis de luto nos trabalhos mais recentes. Há, então, uma conexão entre os assuntos: Gros (2018, p. 156) acredita que, a partir do momento em que desobedecemos, nos descobrimos insubstituíveis, já que “Ninguém pode pensar em meu lugar, e ninguém pode decidir em meu lugar o que é justo e injusto”; conclusivamente, ninguém pode desobedecer no meu lugar, só eu – depois de uma reflexão interna ética, posso recusar a ação a ser desempenhada. Ainda que a etimologia do nome Antígona remeta a um nascimento em substituição (no ponto da hibridez de gênero), a protagonista foi insubstituível quando mudou o curso da história e da História. Mais adiante, citando Arendt, Gros constata que assassinar alguém é aceitar a condição de viver para sempre com um si mesmo assassino, está aí o *dois-em-um*³⁵. Já Foucault utiliza o termo *cuidado de si* (ou “cura sui”, em Latim) como o fator de impedimento de atos abomináveis: “não se trata de cuidar de si no sentido de uma pessoa egoísta, individualista, mas de permanecer vigilante nesse núcleo ético que

35 Este é um conceito socrático mobilizado por Hannah Arendt da ideia de estar sozinho consigo mesmo, “eme emauto”, ou o estudo silencioso de si (ECCEL, 2011). O ponto aqui é mostrar que um *sujeito* assassino, sozinho, tem que dar conta de conviver consigo mesmo nessa nova posição, a partir do momento em que ele age. E não de uma maneira alienadora, mas consciente e responsabilizante. O documentário *The act of killing* (2013), apesar de controverso (por não se tratar de uma produção indonésia), tem como mote central a reencenação dos assassinatos cometidos pelos gangsteres indonésios há muito tempo. A peça documental aprofunda na experiência de três homens: Anwar Congo, Herman Koto e Ibrahim Sinik, que tinham a liberdade de reencenar como quisessem os crimes. Mas em meio ao processo, muitas reflexões apareceram, como a responsabilização do Governo, a desresponsabilização deles, o sentimento de culpa e a busca por desculpas, desumanização deles e das vítimas, a troca de papéis e o trauma.

habita cada um” (GROS, 2018, p. 181). É esse núcleo ético que comanda o aceite ou a recusa de uma ação, sendo assim, o promotor da desobediência. Como exemplo, na seção “A responsabilidade sem limites”, Gros se debruça na experiência do “herói de guerra” Claude Eatherly, o integrante do exército americano que leu as condições de nebulosidade e deu sinal verde ao ataque nuclear em Hiroshima. A questão gira em torno da incapacidade de Eatherly de se desresponsabilizar pela morte de milhares de *sujeitos*, portanto, de conviver com um si assassino.

Isso não teria feito nenhuma diferença no real. “Exceto que era eu”. A não ser para mim, obviamente, mas, enfim, nada se teria transformado no mundo e na tragédia. Teriam enviado outro piloto. Então grande coisa... “Exceto que era eu”. Essa diferença não faz nenhuma diferença, a aposta da moral e da política humanas é afirmar que *faz toda a diferença*: surgimento do eu indelegável. É esse eu que desobedece (GROS, 2018, p. 197 – grifo meu).

Trago essa reflexão sobre o *dois-em-um*, o cuidado ético de si, a responsabilização e o núcleo interno, pois esses vetores estão diretamente vinculados à promoção de uma conduta – ou contraconduta – coerente com os valores de uma vida mais bem vivida, do combate ao preconceito, ao massacre, à precariedade, à miséria etc. Como escreve Gros (2018, p. 149) “viver juntos, mas sobre novas bases, não se deixar governar assim, não aceitar o inaceitável, reinventar o futuro. O que embasa o viver-juntos é o projeto comum de futuro” e do passado, com os devidos enterros.

Os acontecimentos investigados nesta dissertação são realizados por um conjunto de *sujeitos* que atuam no material da cidade, alterando o cotidiano deles mesmos e dos outros, em função de um mote interno de desobediência. A vida na cidade não deveria ser tão miserável quanto é – e quão mais profundamente olhamos para as demandas dos *sujeitos*, mais afundo conseguimos ir. Quero dizer, por exemplo, a reivindicação pela inalteração da tarifa de ônibus em São Paulo e outras capitais do Brasil dizia muito mais sobre o direito à circulação na cidade com qualidade, direito ao trabalho próximo à residência, às distâncias mais curtas e agradáveis, infraestrutura e serviços espalhados etc., do que os vinte centavos em si. O *dois-em-um* aqui se relaciona com a indignação do tratamento para com o *sujeito* habitante da cidade, que leva à desobediência. Aceitar o tipo de tratamento imposto pela ordenação da cidade, pelas

instituições no poder, vai contra a ética de si, sendo que a desobediência é a única ação possível, “Desobedecer é, portanto, supremamente, obedecer. Obedecer a si próprio” (GROS, 2018, p. 214).

O desobedecer, ainda que alguns movimentos sociais não contenham a questão do *direito à cidade* como ponto principal, mostra que a escala pequena, do microacontecimento e do *sujeito* é essencial para a construção do lampejo acontecimental e para a manutenção das repercussões no cotidiano. Quando esses pensamentos e práticas chegam à macroescala, devem ser sempre vinculadas a uma postura ética que abraça a luta coletiva por direitos. Ou seja, a concepção de “desobediência” que alguns setores conservadores insistem em cooptar é uma ilusão, pois eles articulam os argumentos sobre uma base de privilégios e hegemonia. Assim, não há contraconduta ou desobediência no que esses grupos mobilizam e, sim, a permanência de um *status quo* ou um agravamento de políticas que afetam negativamente a vida dos outros (cito os movimentos anti-vax, suprematistas, armamentistas etc).

O capitalismo de massa nos condiciona a uma cultura açucarada voltada ao consumo e à normalização dos desejos (GROS, 2018). Sendo que, para Lefebvre (2001, p. 87) o *urbano* como o oposto disso, marca o

lugar do desejo e ligação dos tempos, o urbano poderia se apresentar como significante cujos significados procuramos neste instante (isto é, as “realidades” prático-sensíveis que permitem realizar esse significante no espaço, como uma base morfológica e material adequada).

Na minha opinião, podemos perceber que o *urbano*, no conjunto das obras de Lefebvre, está associado a uma “virtualidade” ou utopia (como o próprio autor denomina), por isso ele é algo cujo significado é procurado, em processo e ainda não encontrado. Aqui está a ponte entre os dois assuntos: a depender das lutas sociais e dos *sujeitos* que desobedecem, o capitalismo de massa, que causa a frigidez dos desejos, quando colocado à parte, cede lugar ao processo de tornar possível um outro tipo de vida na cidade. A desobediência e a consequente obediência de si (ética) é uma das formas de ação dos *sujeitos* das cidades. Ela está atrelada ao urbano, ao *direito à cidade* e às urbes,

porque trata de imaginar uma outra lente de visão para a realidade, outras possibilidades de usos que ocorrem na microescala, mas que muitas vezes surgem depois de um acontecimento, que remexe as bases dos costumes e do cotidiano.

O acontecimento urbano, nos termos desta dissertação, é gerado por aqueles que desobedecem as regras, subvertem as normas que conduzem as vidas em meio à precariedade. Aquele que desobedece e transgride alguma conduta estabelecida (algo que pode ser pequeno, sem uma repercussão jurídica) obedece a si mesmo e instaura uma nova possibilidade de ação, desvelando uma faceta de algo recalcado ou adormecido. O acontecimento, seja ele macro ou micro, diz da recusa a um tipo de vida precária imposto, em desejo por outra forma de viver, construída no processo de ação. Ainda que sejam exemplos de *sujeitos* singulares, que falam da possibilidade do acontecimento e de como ocorre a afetação dos *sujeitos* no lampejo do acontecimento, *eles* obrigatoriamente necessitam de uma teia coletiva para a transmissão da mensagem, para a construção de uma rede de apoio, para que esses outros futuros possam ser pensados e processados. O acontecimento é forjado na coletividade e pluralidade.

Os micro e macroacontecimentos discutidos neste capítulo tentam formar uma rede: Antígona e Parks, exemplificam o agir de maneira ética consigo, desobedecendo a lei; Earthely, exemplifica o contrário, a obediência para com a burocracia acompanhada da desobediência de si e o reflexo disso na consciência futura; e os movimentos sociais urbanos do capítulo anterior, cujos *sujeitos* constituintes desobedecem e obstruem os fluxos ordenados das cidades, lutam contra a mercantilização da terra urbana, contra as leis de seguridade das propriedades privadas, ou até mesmo contra o consenso sobre o que é fazer a cidade em termos práticos. Por exemplo, a realização de uma horta urbana no meio de um cruzamento de vias de alta velocidade é um fio que tensiona a discussão sobre o espaço no próximo capítulo. Afinal, as denominações de público e privado conseguem abarcar tantas variações no momento exato do acontecimento? A horta urbana é uma prática *comum* em um terreno ocupado, seja ele privado ou público. A ambiguidade do espaço de difícil definição arma uma trama que é remexida

quando um acontecimento ocorre, promovendo, algo como a suspensão dessas denominações e essa investigação é cara à Arquitetura urbana.

A ESFERA E O ESPAÇO

-

A conexão mais imediata possível entre a *esfera* e *espaço* estaria na classificação do espaço público como local da manifestação da esfera pública, como uma materialidade que viabiliza os encontros, discussões e a formação das opiniões públicas – uma vinculação que também pode ser transferida para a análise da esfera e espaço privados. A relação de mediação oferecida pela esfera pública apoia-se nos lugares materiais, imprescindíveis para o florescimento e manutenção da cultura política do Estado moderno.

Parte do campo de conhecimento da Arquitetura e Urbanismo (diferente da Arquitetura urbana) desejou entender o espaço (e, conseqüentemente, a esfera, as relações humanas e as produções de discursos) como um rebatimento da possibilidade de criação de uma sociedade “melhor” e como um artifício pedagógico da sociedade – nesses dois sentidos a materialidade foi convocada como força transformadora, especialmente pelo desenho moderno. Essa visão foi desbancada em certa medida. Numa perspectiva mais atual, os espaços materiais “participam” da ação transformadora sendo infraestrutura de base para os movimentos e objeto das disputas.

Neste capítulo analisaremos os meandros das definições de *esferas* e *espaços*. Esses são conceitos inseparáveis quando falamos do acontecimento, pois são diretamente afetados quando os tipos de movimentos sociais discutidos ocorrem. Ainda que não tenham a mesma derivação, as histórias desses conceitos se tocam em alguns pontos. A esfera é um importante conceito que tem implicações nas práticas humanas e nas materialidades. O acontecimento causa uma afetação nas esferas, deslocando os entendimentos, concepções, conceitos; enquanto que toma os espaços como palcos dos corpos nas cidades e peças das disputas desses mesmos corpos sobre as cidades. O ponto de convergência está no fato de que ambos apresentam reflexões sobre os limites da divisão entre público e privado.

Público, segundo Madanipour (2003), tem origem do latim, “populus” (pessoas), podendo ser utilizado como adjetivo ou substantivo. O primeiro caracteriza algo de domínio popular, concernindo uma comunidade ou nação, aberto (*open*) ao uso. Importante perceber que o alcance de um conceito depende muito do que está por trás da tradução. Ao escrever sobre a esfera pública, Jürgen Habermas mobilizou o sentido de “der öffentliche Raum”, traduzida como “public space” (BENHABIB, 1993, p. 199), em português “espaço público”. Apesar de Öffentlichkeit ter um sentido de “openness”, em inglês, “a razão da adoção de outras expressões para substituir *publicidade* devia-se, segundo Adrán Laval, ao processo de ressignificação” do termo “dentro do campo semântico da mídia e da propaganda eleitoral ao longo do século XIX e sobretudo no século XX” (ABRAHÃO, 2008, p. 25). Warner (2002), um dos autores que apresentam ajustes à teoria habermasiana de esfera pública, também escreve sobre a tradução de Öffentlichkeit em esfera ou espaço público. Na verdade, algo como “openness” ou “publicness” seria mais acertado; em português o conceito deveria ter um sentido de abertura, publicidade, partilha. Como substantivo, público significa uma sociedade organizada, uma nação. Ao delimitar uma comunidade ou nação, estamos, necessariamente, excluindo da participação e deliberação aqueles que não são pertencentes ao grupo, ou seja, esse aberto como adjetivo não é aplicável a todos os *sujeitos*, alguém sempre fica de fora. Por isso que Holston advoga pela cidadania urbana, principalmente quando observamos a convivência de refugiados ou estrangeiros com pessoas daquela nacionalidade dentro do território.

Conceito fundamental da Geografia, Gomes (2018) escreve que “espaço público” é um denominador útil e que deve ser mais estudado, justamente por ser cercado de impasses. Um primeiro problema citado pelo autor é a amplitude de sentidos nos vários campos de conhecimento. Gomes (2018) atesta a relevância e pioneirismo no campo da filosofia política pela difusão do livro *Mudança estrutural da esfera pública*, de Jürgen Habermas (1991), em que o filósofo alemão escreve sobre as mudanças que levaram à constituição de uma esfera pública burguesa no século XVIII, localizada entre a sociedade civil e o Governo. Ainda que Habermas, de saída, tenha recomendado que esse conceito não devesse ser aplicado fora daquele enquadramento histórico-

político-social, a esfera pública teve um rebatimento nos estudos políticos posteriores e na investigação do espaço material (GOMES, 2018). O próprio Habermas desenvolveu (1991), quando dissertou sobre o público, a questão dos prédios públicos e a falaciosa ideia de que eles seriam abertos e acessíveis a todas as pessoas. Gomes (2018, p. 115) escreve que “Uma esfera pública não poderia existir sem que, simultaneamente, um espaço concreto se conformasse, condição necessária para que essas relações abstratas existam e se realizem”. O geógrafo diz que é errado pensar em uma dicotomia entre esfera e espaço, pois ambos são “solidários na construção e existência do mesmo processo social”. Ainda que existam em associação direta, a esfera e o espaço podem ter o acontecimento como um aproximador dos dois, uma vez que os movimentos sociais das cidades lidos como acontecimentos urbanos mobilizam tanto as esferas – públicos e contrapúblicos – quanto os espaços materiais.

A esfera privada e, à esteira, o espaço privado são convocados, pois apresentam importantes complementos ao público. Uma ressalva, contudo, diz respeito ao alargamento do território privado (com o estímulo neoliberal) e ao declínio do território público nas cidades. Ao contrário do privado individual e do enclave, o privado do acontecimento urbano está associado ao direito de habitação digna dentro da noção do *direito à cidade*. O direito à moradia e à privacidade abre caminhos de reflexão dentro deste capítulo.

No primeiro caso, proponho que aprofundemos na construção de Habermas de esfera pública e nos subsequentes ajustes do termo (FRASER, 1993; WARNER, 2002) para então pensar o espaço físico material nas cidades, tendo os acontecimentos como plano de fundo. Significativo apontar que o alargamento dos movimentos sociais discutidos na dissertação teve como objetivo abranger ambas esferas, pública e privada e ambos espaços, públicos e privados. O propósito foi testar o rebatimento dessa expansão neste capítulo, afinal podemos pensar que um movimento social de luta pelo habitar não diz respeito somente ao espaço privado, mas a toda uma constelação do *direito à cidade*, dos espaços públicos, comuns, das infraestruturas públicas, comuns etc. O esforço esquemático de olhar primeiro para as questões levantadas por teóricos das esferas e depois dos espaços serviu para desvelar algumas complexidades que tais

termos carregam. De que maneira podemos pensá-los como ferramentas dentro de uma caixa dos acontecimentos urbanos? A esfera, não necessariamente numa relação de rebatimento no espaço, ajuda-nos a clarificar alguns aspectos sociais, como discursos, opiniões, exclusões, a própria ideia de democracia.

5.1 As esferas, as adições e os redesenhos

-

Os acontecimentos que ocorrem nas cidades, nesses territórios ordenados, mobilizam os *sujeitos*, a opinião pública e as instituições, construindo formas de compreensão das coisas ocorridas, seja pela emissão de uma opinião ou pelo encontro de um vocabulário comum. Louis Quéré (*apud* LANA, 2008) aponta três maneiras mais comuns de entender a esfera pública: 1) enquanto lugar de discussão, para a circulação de ideias, discussões, conduzindo ao consenso; 2) como cena de aparição, onde o espaço público abrigaria *sujeitos* e suas ações à vista dos outros; 3) e como algo que põe em jogo comportamentos e relações interpessoais. No segundo tópico, a afirmação de Quéré indica o entendimento do espaço público como local do aparecimento dos corpos, ou seja, como uma base para os acontecimentos. Enquanto o acontecimento atravessa a sociedade deixando marcas na esfera pública, ele também incide sobre o espaço material, seja ele público, privado ou comum.

Segundo Madanipour (2003, p. 96 – tradução minha), existem duas definições para a esfera pública que dominam as produções acadêmicas, primeiro, “A esfera pública é aqui entendida como a co-presença de humanos e os impactos que geram uns nos outros, seja por relações interpessoais ou pela interação sujeito-sociedade em geral”³⁶, majoritariamente aplicada por antropólogos, sociólogos, psicólogos sociais, cuja palavra-chave é comunicação. Por outro lado, a segunda definição tem como norte o poder, em uma composição normativa de como, por exemplo, a interação humana

36 No original: “Public sphere is here understood as the co-presence of humans and the impacts they have on each other, whether through interpersonal relations or the interaction between person and society in general”.

deveria ser conduzida. Todavia, a esfera pública não é um conceito cristalino, pois apresenta ambiguidades, diz respeito “à totalidade e às particularidades”, “ao impessoal e ao interpessoal”, “aos conceitos concretos aos conceitos abstratos; normativos e descritivos e às várias camadas de publicidade em que os níveis de acesso, interesse e agenciamento podem variar imensamente”³⁷ (MADANIPOUR, 2003, p. 117 – tradução minha).

Ainda que exista um rebatimento no concreto das coisas e das pessoas, os escritos de Michael Warner (2002) corroboram com a ideia de “ficção prática” da esfera pública. Essa ideia de ficção, em uma análise atual, poderia ser encontrada na própria palavra público, que denotava tudo o que estava fora do perímetro das casas na época medieval (WARNER, 2002). Podemos voltar mais ainda no tempo para encontrar registros da divisão entre público e privado. Segundo Madanipour (2003, p. 01), a separação que uma sociedade impõe sobre as esferas

controla o movimento de um lugar para outro, o acesso a espaços e atividades e a vida social dos cidadãos. Essa distinção entre casa e rua pode ser encontrada na cidade-estado de Ur, na Mesopotâmia, de mais de quatro milênios atrás.³⁸

No tempo moderno, público recebeu outras camadas e sentidos, tomando o público e o privado como polos opostos para se pensar as leis, a política e a economia.

Habermas foi um dos pioneiros a analisar as mudanças estruturais da esfera pública burguesa no século XVIII. A emergência burguesa modificou a forma de expressão do poder, antes performada pelas pessoas das altas hierarquias diante dos outros. Depois de várias mudanças, o poder passou a ser performado por meio de uma esfera intermediária entre a sociedade civil e o Estado, em que esse último era monitorado também por meio dos discursos. A esfera pública burguesa seria o maior veículo de transformação da natureza política de dominação, passando do modo repressivo de

37 No original: “to concrete and abstract concepts, both to normative and descriptive notions, and to many shades of publicness, where degrees of access, interest and agency can vary widely”.

38 No original: “public-private distinction has been a key organizing principle, shaping the physical space of the cities and the social life of their citizens. The distinction between the home and the street that characterizes cities today can also be found in the Mesopotamian city-state of Ur more than four millennia ago. This suggests that there is a direct link between this distinction and the way human”.

dominação da Idade Média ao modo hegemônico de dominação da burguesia (FRASER, 1993). Losekann (2009, p. 39) resumiu bem o significado do surgimento da esfera pública como “a emergência de um espaço, no qual, assuntos de interesse geral seriam expostos, mas também contravertidos, debatidos, criticados, para, então, dar lugar a um julgamento, síntese ou consenso” por pessoas privadas (que consistia no conjunto de *sujeitos* homens, brancos e proprietários).

Com o alavancar das trocas comerciais e o início da financeirização, dois elementos da nova ordem tomaram forma: 1) “as transformações de ordem social e política mercantilistas resultaram em uma nova relação entre autoridades e sujeitos”³⁹ (HABERMAS, 1991, p. 18) – já mencionado em cima; 2) E a imprensa, como novo elemento ao sistema, tinha como aliado “o mundo da erudição, cujas instituições eram as casas de café, os salões”⁴⁰ etc. (HABERMAS, 1991, p. 30). Sobre o primeiro elemento, e referenciando-se a Hannah Arendt, Habermas (1991) reproduziu a ideia da conexão entre a relevância pública da esfera privada na cena moderna à ascensão do “social”, gerando uma aproximação entre sociedade civil e órgãos públicos. De acordo com Madanipour (2003), também com base em Arendt, as atividades econômicas saíram do interior das sombras dos perímetros residenciais e tomaram a esfera pública, mudando consideravelmente o delinear da divisão das esferas. Sobre o segundo elemento, o mundo da erudição constituía o *medium* para as deliberações e o uso público da razão. Essa seria a gênese da esfera pública burguesa. Na análise de Madanipour (2003) sobre a obra de Habermas, a era moderna possibilitou a equivalência do domínio público ao domínio do Estado, sendo que, nesse processo, as cidades passaram a ser centrais uma vez que permitiam encontros mais assíduos, o florescimento de uma cena cultural, da prensa, das galerias e dos movimentos dos *sujeitos*.

Apesar de Habermas ter recorrido ao século XVIII a fim de entender o desenvolvimento da esfera pública, isso não significava que o “público” tivesse sido instaurado a partir

39 No original: “The relation between authorities and subjects took on a peculiar character as a result of mercantilist policies, policies formally oriented to the maintenance of an active balance of trade”.

40 No original: “designated especially an early public sphere in the world of letters whose institutions were the coffee houses, the salons, and the *Tischgesellschaften* (table societies)” – grifo do autor.

daquela época. Na verdade, o autor explica que se a noção de esfera pública surgiu naquela época, foi porque serviu a alguma função, pelo menos na Alemanha, concernindo uma parte específica da população civil. Todavia, noções de público poderiam ser reconhecidos há muito tempo (gregos e romanos) - “A esfera pública era constituída em discussão (*léxis*), que poderia assumir também formas de consulta ou jurídicas, bem como formas da ação comum (*práxis*), fosse em guerras travadas ou torneios atléticos” (HABERMAS, 1991, p. 03)⁴¹.

Habermas definiu aquilo que chamamos de “público”, como o que é aberto a todos, em contraste aos assuntos privados. Logo no prefácio, o sociólogo alemão (1991) avisou que a investigação levantada sobre a esfera burguesa (*Bürgerliche Öffentlichkeit*), uma categoria específica de uma época, não poderia ser subtraída da história da sociedade alemã, nem mesmo generalizada ideologicamente ou transferida a outras situações similares, porém esse conceito ultrapassou as fronteiras e foi aplicado em outros contextos. A partir do desenvolvimento de esfera pública de Habermas, autores do campo das Ciências Sociais Aplicadas pensaram nas complexidades dos espaços materiais públicos/privados (podendo estender o comum como oposição à dupla anterior). Retomo a dificuldade pontuada por Habermas: e os prédios públicos? Eles não necessariamente garantem a total acessibilidade à população, mas abrigam as discussões da coisa pública, ocorridas entre “iguais”. Nessa constatação percebemos as águas turvas que envolvem toda a questão do público/privado.

Em uma passagem, Habermas cita Hans Bahrtdt, quando este associou o processo de urbanização com a progressiva polarização da vida social sob as dominações do público e do privado, sempre existindo, a partir disso, uma relação recíproca entre tais esferas.

sem uma esfera privada protetiva e apoiadora o sujeito fica preso em um domínio público que, todavia, torna-se desnaturalizado ao longo do processo. Se o elemento de distância da esfera pública é eliminado, ou seja, se os membros são muito próximos, a esfera pública torna-se uma massa... no momento, o problema social da cidade moderna não está tão atrelado ao fato de que a vida ficou muito urbanizada, mas mais porque ela perdeu as características essenciais da vida urbana. A

41 No original: “The public sphere was constituted in discussion (*lexis*), which could also assume the forms of consultation and of sitting in the court of law, as well as in common action (*praxis*), be it the waging of war or competition in athletic games” - grifos do autor.

reciprocidade do público e do privado foi atordoado. Não é porque o morador da cidade é um sujeito das massas *per se* e, portanto, não tem mais qualquer sensibilidade para o cultivo da esfera privada, mas porque ele não consegue mais obter uma visão geral da vida (cada vez mais complicada) da cidade como um todo de uma forma que seja realmente pública para ele. Quanto mais a cidade como um todo se transforma em uma selva dificilmente penetrável, mais ele retira para a sua esfera de privacidade que, por sua vez, estende-se cada vez mais. Entretanto, no fim ele percebe que a razão pela qual a esfera pública urbana se desintegra é que o espaço público se tornou uma arena mal ordenada para o tráfego tirânico de veículos (BAHRDT *apud* HABERMAS, 1992, p. 158-159 – tradução minha)⁴².

As manifestações por democracia, por exemplo em Hong Kong, colocam essa outra possibilidade de cidade em discussão, quando entendemos o *direito à cidade* como uma questão democrática, que busca entender os espaços das urbes como locais de reivindicações livres de intervenção policial incisiva. Na sequência, Bahrtdt apresenta um diagnóstico interessante ao marcar a “perspectiva do todo” como o objeto faltante do morador da cidade no degrading da história, encurralado na “síndrome de condomínio”. Por isso, parece importante ao campo da Arquitetura urbana trazer de volta à luz a todo o tempo a questão do que significa viver na cidade. Ou, qual cidade queremos? O que é significa o bem viver das/nas cidades? Como chegaremos até ele? Os acontecimentos urbanos podem mostrar algumas respostas.

42 No original: “Without a protective and supportive private sphere the individual is sucked into the public realm which, however, becomes denatured by this very process. If the element of distance that is constitutive of the public sphere is eliminated, if its members are in too close touch, the public sphere is transformed into a mass... at the moment the social problem of the modern city consists not so much in that life in it has become all too urbanized, but rather in that it has again lost essential features of urban life. The reciprocity of the public and the private spheres is disturbed. It is not disturbed because the city dweller is mass man *per se* and hence no longer has any sensibility for the cultivation of the private sphere; but because he no longer succeeds in getting an overview of the ever more complicated life of the city as a whole in such a fashion that it is really public for him. The more the city as a whole is transformed into a barely penetrable jungle, the more he withdraws into his sphere of privacy which in turn is extended ever further; but at length he comes to realize nevertheless that not the least reason why the urban public sphere disintegrates is that public space has been turned into an ill-ordered arena for tyrannical vehicle traffic”.

Retomando, de acordo com Losekann (2009), o próprio Habermas⁴³ repensou a ideia de esfera pública burguesa a partir das principais críticas, auxiliando a formulação atualizada – inclusive no redesenho da linha que separa público e privado. Esse fato mostra o interesse e esforço conjunto de construir um conceito multifacetado. Os principais “ajustes” dos críticos de Habermas tratam de tornar a esfera pública numa ideia mais porosa para pensar sociedades estratificadas e multiculturais (LOSEKANN, 2009). São os contrapúblicos que surgiram no mesmo momento que o próprio conjunto de esfera pública.

Três pontos iniciais de complexificação do que foi dito sobre a esfera pública são: 1) o fato de que existem discursos proferidos que soam como ruídos na assimilação por outros *sujeitos* na esfera pública; 2) o fato de que apenas parte da população possua o privilégio da não-violência e todas as repercussões (jurídicas, midiáticas, etc.), impossibilitando tais *sujeitos* de participarem da esfera pública; 3) o fato que haja uma falta de reconhecimento dos contrapúblicos subalternos. O texto de Perlatto (2015, p. 125) foi uma referência chave para que me adentrasse na discussão desses ajustes à teoria de Habermas. Segundo aquele autor:

Não obstante reconhecesse a importância da elaboração de Habermas em torno do conceito de “esfera pública”, [Nancy] Fraser o criticava por idealizá-la, ao não perceber como essa esfera se constituía pela exclusão de diversos segmentos da sociedade, como as mulheres e os operários. Frente a esse quadro de exclusão os *subaltern counterpublics* constituíram arenas discursivas paralelas por meio das quais criaram e circularam discursos contestadores, de sorte a formularem interpretações e definirem suas identidades, interesses e necessidades.

Ao mesmo tempo, Fernando Perlatto (2015) retoma uma importante ressalva levantada por Fraser, na qual ela afirma que nem toda esfera pública subalterna é necessariamente democrática e igualitária, ela pode, portanto, apresentar retrocessos ao caminho democrático. A distinção ética fica a cargo do que já fora dito nos capítulos anteriores.

43 A partir de 1962, com a publicação original de *Strukturwandel der Öffentlichkeit*, Habermas dedicou-se por mais 25 anos a refletir sobre as esferas públicas e privadas até redefinir a publicidade (*publicness*) como um fluxo comunicativo espontâneo, na *Teoria da Ação Comunicativa* (1981), abandonando qualquer possibilidade de suporte institucional (ABRAHÃO, 2008).

Nancy Fraser (1993) mobiliza o conceito habermasiano de esfera pública burguesa para entender os limites da democracia contemporânea e pensar uma teoria crítica a partir do entendimento dessa esfera. Fraser (1993, p. 111 – tradução minha) escreve que a “análise da esfera pública precisa passar por algum interrogatório e reconstrução crítica, a fim de gerar uma categoria capaz de teorizar os limites da democracia realmente existente”⁴⁴. Desse modo, a esfera pública descrita por Habermas, ainda que mostrasse as exclusões, não registrava as implicações⁴⁵ dessas exclusões. A autora escreveu sobre a falta de análises de outras esferas não-burguesas, não-liberais, esferas que competiam com a própria esfera pública. O objetivo de Fraser foi demonstrar que quando a esfera pública burguesa surgiu, simultaneamente, uma série de “subaltern counterpublics” também surgiram. O problema estava no fato de Habermas ter tomado a esfera pública burguesa sozinha, isolada das subalternas. Contrapondo-se a isso, Fraser citou o caso de Mary Ryan, autora que “documenta a variedade de modos nos quais as mulheres norte-americanas do século XIX, de várias etnias e classes, construíram acessos à esfera política, mesmo apesar da exclusão da esfera pública”⁴⁶ (FRASER, 1993, p. 115 – tradução minha). Do século XX ao XXI, poderiam ser incluídas aqui as diversas lutas das mulheres⁴⁷ pelo direito ao voto, ao aborto, à seguridade do corpo e da vida etc. “Desse modo, a pluralidade de públicos competidores sempre existiu, como a relação entre eles e a esfera pública sempre foi conflituosa”⁴⁸ (FRASER, 1993, p. 116 – tradução minha).

44 No original: “I contend that his [Habermas’] analysis of the public sphere needs to undergo some critical interrogation and reconstruction if it is to yield a category capable of theorizing the limits of actually existing democracy”.

45 A passagem na qual Fraser se debruça sobre as implicações ocultas de Habermas é “Habermas does recognize that the issue of gender is connected to a shift from aristocratic to bourgeois public sphere, but, as I argue below, he fails to register its full implications” (FRASER, 1993, p. 138).

46 No original: “Mary Ryan documents the variety of ways in which nineteenth-century North American women of various classes and ethnicities constructed access routes to public political life, even despite their exclusion from the official public sphere”.

47 Importante reconhecer, inclusive, que a luta de mulheres brancas de classe média se difere de mulheres de outras etnias e classes. Enquanto as mulheres brancas lutam, por exemplo, pelo aborto livre e seguro, as mulheres pretas lutam pela preservação das vidas familiares. Há um desencontro que só pode ser vislumbrado pela intersecção teórica.

48 No original: “Moreover, not only were there always a plurality of competing publics, but the relations between bourgeois publics and other publics were always conflictual”.

Segundo Fraser, não devemos interpretar a concepção burguesa da esfera pública como um ideal utópico não realizado, mas sim uma ideologia branca, masculina bem calculada, que legitimou uma forma de dominação de outros *sujeitos*. Uma vez que essa classe se instituiu como dominante na esfera pública, membros de grupos sociais excluídos, tais como mulheres, trabalhadores, LGBTQIA+, constituíram esferas públicas alternativas. São arenas discursivas nas quais “grupos inventam e fazem circular contradiscursos a fim de formular interpelações de oposição de suas identidades, interesses e necessidades”⁴⁹ (FRASER, 1993, p. 123 – tradução minha).

A adição à teoria de Habermas consiste no fato de que alguns públicos são definidos pelos tensionamentos com outros públicos e, nesse sentido, é importante incorporá-los em análises. De acordo com a visão empregada por Michael Warner em *Publics and counterpublics* (2002), o contrapúblico faz mais do que representar os interesses dos diferentes gêneros na esfera pública, ele pode expandir a própria noção de gênero, por exemplo. Então, enquanto a esfera pública consiste em pessoas privadas que se encontram no espaço público a fim de discutir assuntos comuns a todos, os contrapúblicos, por outro lado, implicam em “associações e identidades que transformam as vidas privadas que eles medeiam”⁵⁰ (WARNER, 2002, p. 57 – tradução minha). Sendo que essas vidas pressionam a esfera pública.

Para Butler (2018), o corpo público e privado não são distintos, afinal, cada corpo público também tem momentos privados no cotidiano e vice-versa. O que Warner (2002, p. 27) propõe, de maneira acertada, é que diferentes entendimentos de público e privado se misturam:

Uma conversa privada pode acontecer em um espaço público, uma cozinha pode se tornar um ponto de encontro, um quarto que se transforma em espaço público e comercial, como um quarto de hospedagem, uma transmissão de rádio que traz uma discussão pública a um banheiro e etc.⁵¹

49 No original: “they [subaltern counterpublics] are parallel discursive arenas where members of subordinated social groups [of women, workers, peoples of color, gays, lesbians and so on] invent and circulate counterdiscourses to formulate oppositional interpretations of their identities, interests and needs”.

50 No original: “association and identity that transform the private lives they mediate”.

51 No original: “a private conversation can take place in a public forum; a kitchen can become a public gathering place; a private bedroom can be public and commercial space, as in a hotel; a radio can bring public discussion into a bathroom, and so on”.

A linha que divide o público do privado é um tópico presente nas investigações feministas. Fraser (1993) analisou o caso de feministas que criaram um contrapúblico subalterno que considerava a violência doméstica (antes vista como um assunto privado) como uma característica incorporada da sociedade machista dominante. Assim, a partir disso, conseguiram transformá-la em um assunto comum, da esfera pública e de responsabilidade privada e pública. Fraser (1993, p. 131 – tradução minha) recomenda que a teoria crítica tenha uma visão mais criteriosa para analisar os termos público e privado, “Afim, esses termos não são simplesmente designações das esferas da sociedade; são termos poderosos, frequentemente usados para deslegitimar alguns interesses, visões e tópicos e valorizar outros”⁵². Existe, portanto, uma linha que tende a demarcar as esferas e é nessa constelação que devemos pensar o rebatimento (com o mesmo cuidado) do público e privado no espaço material. Além do redesenho dos limites das esferas, podemos pensá-las como objetos nublados – nesse percurso, Perlatto, com base em Fraser, sugere que pensemos em estratégias que tornem a esfera pública

mais porosa aos valores, demandas, reivindicações e manifestações dos setores subalternos. A ideia subjacente a essa perspectiva é a da necessidade de ampliação de canais que permitam que as potencialidades do mundo da vida aqui existente, historicamente manifestadas principalmente por meio de performances e “discursos ocultos”, possam se manifestar em uma esfera pública renovada e democrática (PERLATTO, 2015, p. 123).

A porosidade desses limites pode ser exemplificada pela vivência *queer* nas cidades, em que a orientação de público e privado está nas convenções das experiências dos corpos e movimentos no espaço. Poder circular na rua como quiser, atentar-se a quais espaços são mais seguros, quais são criados especialmente por e para aqueles *sujeitos*. Escreve Warner (2002, p. 31 – tradução minha), que esses corpos geram um “questionamento público da vida pública e, portanto, o estudo crítico de gênero implica o problema público/privado em seu núcleo prático”⁵³.

52 No original: “These terms, after all, are not simply straightforward designations of societal spheres; they are cultural classifications and rhetorical labels. In political discourse they are powerful terms frequently deployed to delegitimize some interests, views, and topics and to valorize others”.

53 No original: “Any organized attempt to transform gender or sexuality is a public questioning of public life, and thus the critical study of gender and sexuality entails a

Como exemplo prático para avanço da análise dos contrapúblicos e do caráter poroso da divisão das esferas, temos a experiência das mulheres que entendem o público, mas, principalmente, o privado (por ser o local “destinado” a essa parte da população) como local de abuso. Resgatando uma passagem de Catharine MacKinnon, Warner (MACKINNON *apud* WARNER, 2002, p. 33 – grifo meu) atesta que às “mulheres, a medida de intimidade tem sido a medida da opressão. Por isso o feminismo teve que explodir o privado. (...) O privado é o político para *aqueles* cujo o *peçoal* é político”⁵⁴. Esse pensamento destruiu qualquer forma de entendimento de uma noção de privado enclausurado: vem da teoria feminista a maneira de considerar o privado também como algo político e não pré-político. A segunda onda feminista argumentou que a separação entre público e privado ajudava a explicar a subordinação das mulheres em várias culturas, em que o doméstico e privado eram da conta do feminino e o público, a rua, a cidade eram da questão do masculino. Apesar da explosão que considerava todo privado como político, Warner lança mão da dúvida, deveríamos abandonar a divisão das esferas? O tema orbita na seguinte afirmação: “as tentativas de enquadrar o público e o privado como distinção ou antinomia acentuada invariavelmente fracassaram, enquanto as tentativas de colapso ou supressão dos polos mostraram-se igualmente insatisfatórias”⁵⁵ (WARNER, 2002, p. 29). Para Nancy Fraser, a simplicidade da divisão entre público e privado cegou diversas pensadoras quanto às consequências desse modo de interpretação. Por utilizarem a noção de público como tudo o que está fora de casa, misturaram Estado, mercado e outras instituições que se encontram no âmbito público. Por exemplo, quando “campanhas de oposição a representações culturais misóginas foram confundidas com programas de censura estatal ou quando lutas para desprivatizar o trabalho doméstico e o cuidado infantil foram equiparados à

problem of public and private in its own practice”.

54 No original: “For women the measure of intimacy has been the measure of the oppression. This is why the feminism has had to explode the private. (...) The private is the public for those for whom the personal is the political”.

55 No original: “Yet attempts to frame public and private as a sharp distinction or antinomy have invariably come to grief, while attempts to collapse or do without them have proven equally unsatisfying”.

sua mercantilização”⁵⁶ (FRASER, 1993, p. 110), endossando as vantagens práticas da diferenciação entre público e privado.

Novos corpos com novas formas de vida, novos gêneros são adicionados à conta de acordo com o aparecimento de nas classificações dos *sujeitos* e reivindicações. Esses elementos pressionam os limites das esferas e, por conseguinte, reformulam os desenhos de público e privado. Nesse sentido, podemos pensar nas ações de Antígona e Rosa Parks, sendo essencial, também, considerar a divisão entre reconhecível e não-reconhecível como um desenho fértil que pode ser redesenhado depois de embates e discussões. Como escreve Deustche (2018, p. 133), a esfera pública deve ser marcada por conflitos, pela porosidade que permita que ela seja atravessada, absorvida por questões que inclusive podem ser dos contrapúblicos.

Se a democracia significa que a comunidade política – o público, “nós, o povo” – não tem uma base absoluta, então estabelecer os fundamentos que demarcam um espaço público político, decidir o que é legítimo e ilegítimo em tal espaço, é inevitavelmente um processo político. Diferenças e similaridades são traçadas, exclusões são executadas e decisões tomadas. Por mais que a esfera pública democrática prometa abertura e acessibilidade, nunca poderá ser uma comunidade política completamente inclusiva ou plenamente constituída. (...) Conflito, divisão e instabilidade, portanto, não arruinam a esfera pública democrática; são as condições de sua existência. A ameaça surge quando se tenta suplantar o conflito, porque a esfera pública permanece democrática tão somente enquanto suas exclusões são levadas em consideração e abertas à contestação (DEUTSCHE, 2018, p.133).

O campo político necessita, então, do conflito para que as precariedades e vulnerabilidades possam aparecer: “Esse público também tem um senso de totalidade, limitado pelo acontecimento ou por um espaço físico compartilhado”⁵⁷ (WARNER, 2002, p. 66). Primeiro, é interessante ver Warner mobilizar a palavra totalidade, porque ela pode ser confrontada com sua oposta, fragmento, afinal, aqueles *sujeitos* em assembleia são parte de um “povo” (abstrato, total e incompleto). Muitas vezes, aquela conformação de pessoas juntas ao mesmo tempo nunca aconteceu naquele espaço e o

56 No original: “agitational campaigns against misogynist cultural representations are confounded with programs for state censorship or when struggles to deprivatize housework and child care are equated with their commodification”.

57 No original: “Such a public also has a sense of totality, bounded by the event or by the shared physical space”.

rastreamento da origem daquela assembleia se trata de uma tarefa impossível, uma vez que se trata de um acontecimento: temos apenas vestígios daquilo e nunca a totalidade. Trata-se da disputa pelo *urbano*, ainda em processo de desvelamento.

Antes de seguir com a análise do espaço material e como ele pode ser interpretado no momento e após o acontecimento, acredito que o importante a ser retido é que 1) simultânea à esfera pública, existe uma diversidade de contrapúblicos subalternos que pressionam a primeira; 2) não devemos abandonar a divisão entre público e privado, mas sempre ter em mente a possibilidade do redesenho e a atenção à porosidade dessas esferas; e 3) o conflito, o dissenso, o desentendimento são essenciais para a mudança promovida pelas duas últimas pontuações. Os redesenhos das próprias teorias permitem a incorporação de novas coisas ao vocabulário e novas interpretações que conseguem se aproximar um pouco mais às necessidades dos imaginários de cada época.

5.2 Os espaços materiais e os acontecimentos urbanos

-

b. Trecho do filme Temporada (2018)

-Juliana

O quê que você tá fazendo aqui sozinho?

-Russão

Cabelo novo?

-Juliana

Cabelo novo.

-Russão

Tô aqui curtindo a paisagem.

-Juliana

Paisagem? Vai lá pra Lagoa da Pampulha. Ficar aqui, no meio desse esgoto.

-Russão

Eu até pesquei aqui.

-Juliana

Pescou?

-Russão

Pesquei.

-Juliana

Só se for aqueles panga que come lixo, né?

[Risos.]

-Russão

Cada um tem o que merece, Ju. Você acha que eu vou sair daqui pra ir lá pr'aquela puta que pariu daquela Pampulha? Aquela lagoa, aquele cheirão de feijoada.

Aquilo lá é esgoto também, véi. Mas senta aí, puxa uma cadeira, senta no chão.

*

Com quais parâmetros podemos julgar e denominar um local como espaço público? À parte a uma leitura legislativa que denomina alguns espaços como públicos, os usos situados também interferem na percepção daquele território. A lagoa da cena descrita pode ser um espaço privado utilizado por um público, pode ser um espaço público sem as qualidades ambientais necessárias para tal enquadramento legal ou pode ser um lugar comum: são inúmeras possibilidades e não há nada que impeça a imaginação sobre aquele território. De maneira elementar, Madanipour (2003, p. 144 – tradução minha) resgata John Searle quando diz da materialidade e das infraestruturas, “A simples presença de rodovias, escolas e casas não as concede significado. É a intencionalidade coletiva, a capacidade humana de delegar funções, de simbolizar esses objetos além da presença básica, que os faz parte da realidade social”⁵⁸, em

58 No original: “The sheer physical presence of roads, schools, and houses does not render them meaningful. It is the collective intentionality, the capacity of humans to assign functions, to symbolize these objects beyond their basic presence that makes them part of the social reality”.

outras palavras, a atuação humana sobre os espaços deve ser entendida como parte integrante de uma rede que ultrapassa desenho e projeto.

Quando Russão diz que “cada um tem o que merece” penso que a desigualdade de infraestrutura e de qualidade ambiental, principalmente nos países que sofreram com a colonização, são questões centrais para o campo da Arquitetura urbana. As populações das cidades merecem mais do que é oferecido a elas, em especial àqueles *sujeitos* que são constantemente excluídos das mínimas infraestruturas que possibilitam a vida em qualquer lugar. O espaço da *promenade*, do contato com a natureza urbana é um espaço essencial à saúde humana, de acordo com a ONU⁵⁹. Contudo, esse mesmo espaço perdeu a relevância em um tempo marcado pelo consumo. O sono, o descanso não produtivo, o ócio (que podem ser experienciados nos espaços públicos) são ações combativas ao estilo de vida neoliberal⁶⁰. Em certa medida a disputa entre a população e o híbrido mercado/Governo pelo Parque Taksim Gezi, em Istambul, segue esse pensamento. Mas, afinal, o que dizer sobre esses espaços de encontro?

O espaço público tomou o objetivo de customização da cidade, com as atuais operações urbanas gigantescas, que muitas vezes visam beneficiar turistas, grandes empreiteiras e a arrecadação dos governos, onde o consumo passou a ser a principal chave. Como aponta Butler (2018, p. 190), “Esse poder funciona, ao lado da privatização, como um processo que busca fazer do espaço público o campo de empreendedorismo do Estado, voltado para o mercado”. Os governos partem para o circuito da rentabilidade, o turismo e o consumo tomam conta da paisagem das cidades, dos espaços abertos e públicos; “Pois se a sociedade é cada vez mais tratada como um grande mercado consumidor, a qualidade de vida nas cidades se tornou essencialmente uma mercadoria

59 Índice de espaços verdes, parques e jardins, que tem como relação mínima o recomendado de 20 m²/habitante. Apesar dessa relação apontar para o mínimo, possivelmente podemos imaginar e trabalhar com mais do que isso. Em meio às notícias de 2020 que circulam sobre os efeitos da COVID-19 sobre leões descansando nas vias asfaltadas do safári, pandas reproduzindo naturalmente, canais de Veneza límpidos e golfinhos no Rio Pinheiros (sic), o estúdio Formafantasma, de Amsterdã, imaginou a cidade como uma floresta em busca de uma metrópole menos antropocênica.

60 Por outro lado, podemos considerar que aquilo que parece ser uma perda de tempo, como o uso de redes sociais, nos coloca como trabalhadores não remunerados das mesmas, em uma amplitude de produção da chamada “economia da atenção” por Wisnik (2018).

a ser comprada” (WISNIK, 2018, p. 245). Por meio do álibi da cultura, exemplos da renda da forma como o *Guggenheim* de Bilbao são cada vez mais comuns. Em outro caso, assim como no “fast-fashion”, em que as roupas perderam resistência, conforto e duração, a Potsdamer Platz, construída na Berlim unificada, é descrita por Wisnik (2018, p. 155 – grifo do autor) como “um lugar no qual dificilmente nos sentimos em um espaço real e acolhedor, e sim em um cenário impalpável, que parece feito de gesso, papelão ou isopor – o próprio universo *junkspace*, tal como descrito por Koolhaas”. Tais edifícios colaboram com a desorientação dos usuários, tanto internamente quanto externamente ao perímetro do edifício.

Sobre estratégias de cooptação do espaço, Deutsche escreve sobre a experiência numa praça em *Greenwich Village*. Mesmo que algum lugar seja nomeado, e amparado pela legislação, como um espaço público, ele pode ser cercado e trancado, transformado em uma extensão privada de alguns moradores. Podem contar inclusive com o apoio da mídia, que reconhece a privatização como única alternativa de cuidado e manutenção daquele lugar. São os detalhes, como uma fechadura, que podem interferir enormemente no cotidiano e nublar as ações democráticas e supostamente democráticas sobre os espaços de uma cidade. A imprensa e a opinião pública possuem grande influência sobre os modos de uso dos lugares, constringendo ou estimulando certas atitudes.

Em 1991, o New York Times, apoiando “O direito de colocar um cadeado em um espaço público”, relatava o triunfo de um espaço público – Jackson Park, um minúsculo triângulo em Greenwich Village que anteriormente havia sucumbido à desordem. Quase um ano depois, uma edição especial do City Journal, a voz dos intelectuais da política urbana neoconservadora, dedicada à “Qualidade de vida urbana”, corroborava o julgamento positivo do Times e promovia a pequena praça a símbolo do progresso na luta contínua pela restauração do espaço público. Localizado em uma rotatória, Jackson Park se encontra rodeado por casas e apartamentos de classe média alta e por um número considerável de moradores de rua. Após a reconstrução de 1,2 milhão de dólares, um grupo de vizinhos, Amigos de Jackson Park – grupo que o Times constantemente confunde com “a comunidade” e “o público” –, decidiu trancar os recém-instalados portões do parque durante a noite. O departamento municipal de parques, na falta de equipe suficiente para fechar o parque, acolheu a ajuda “pública” para a proteção do espaço público, uma defesa que compararam ao despejo de moradores de rua dos parques da cidade.

“As pessoas que possuem as chaves”, anunciava o Times, “estão determinadas a manter o parque como um parque” (DEUTSCHE, 2018, p. 123).

Os espaços públicos possibilitam o desvelamento de situações que são, na verdade, consequências “dos conflitos econômico-espaciais que constituem a produção contemporânea do espaço urbano” (DEUTSCHE, 2018, p. 125). É o local onde se reúnem *sujeitos* de diversas camadas sociais, cujas realidades diferem. No caso das pessoas que vivem nas ruas, a separação entre público e privado é quase nula, podendo ser demarcada pela montagem de um espaço mais reservado para o descanso. Mas “todas as experiências são inevitavelmente compartilhadas com os outros, como se não existisse um espaço privado”⁶¹ (MADANIPOUR, 2003, p. 145 – tradução minha). Curioso perceber com tais reflexões vieram à tona na esfera pública americana quando os participantes do *Ocuppy Wall Street* se depararam com a falta de infraestrutura básica disponível, convivendo com a possibilidade de serem presos por atentado ao pudor ou por dormir nas ruas (EHRENREICH, 2011). Essas políticas de cerceamento das populações mais desamparadas, aliadas ao que Deustche (2018) chama de embelezamento dos centros urbanos (revitalizações e bandeiras únicas) corroboraram com a imagem de um espaço de unidade sem conflitos, num delírio conservador, que além de sem tetos, não tolera LGBTs, imigrantes etc.

Seria arriscado afirmar que exista um processo uniforme e global do desenvolvimento dos espaços privados e públicos, afinal de contas, as cidades do mundo “sofrem” diferentes processos de formação e são alvos de diferentes agentes. Mas no caso, parece ser mais fácil identificar os processos de mercantilização ou de abandono dos espaços públicos. Eles são transformados em lugares de passagem (da não-permanência), vinculada à vigilância do outro – uma vigilância que é oposta ao cuidado com o outro (que aumenta a sociabilidade e a segurança das cidades). Na realidade, “Todos estão sob a vigilância do outro, o que acarreta a diminuição da sociabilidade e a promoção do silêncio como forma de proteção”⁶² (SENNET *apud*

61 No original: “For a homeless person who lives in the public space, all experience is inevitably shared with others, as a private space does not exist”.

62 No original: “Everyone is under each other’s surveillance, leading to a decrease of sociability and withdrawing into silence as the only form of protection”.

MADANIPOUR, 2003, p. 108). O outro encarna a forma de uma possível violência. A impossibilidade de unidade substancial para entender o espaço público democrático causa um pânico à população, algo que Deutsche (2018) denomina como um comportamento agorafóbico. Deutsche (2018) descreve a esfera pública como um fantasma, por ser dos outros e, conseqüentemente, de ninguém, fato que gera o sentimento de ameaça e angústia. O desconhecimento e a falta de reconhecimento naquela esfera e naquele espaço, portanto, leva ao desamparo e incerteza do eu diante da alteridade.

Lefebvre (2002) desenvolve um exercício primoroso de confrontação ao final do primeiro capítulo de *A revolução urbana*, quando escreve sobre alguns elementos das cidades:

A passagem na rua, espaço de comunicação, é a uma só vez obrigatória e reprimida. Em caso de ameaça, a primeira imposição do poder é a interdição à permanência e à reunião na rua. Se a rua pôde ter esse sentido, o encontro, ela o perdeu, e não pôde senão perdê-lo, convertendo-se numa redução indispensável à passagem solitária, cindindo-se em lugar para passagem de pedestres (encurralados) e de automóveis (privilegiados). A rua converteu-se em rede organizada pelo/para o consumo (LEFEBVRE, 2002, p. 30-31 – grifo do autor).

Cidade espetáculo, cujos espaços públicos se transformaram em alvos dos maniqueísmos que preenchem a vida com objetos superficiais frente ao “deficit fundamental de significado do mundo real” (WISNIK, 2018, p. 157). Cidade evento *versus* acontecimento na cidade: o primeiro caracterizado pela criação de enclaves de “diversão”, com uma mistura de espaço público, turismo e mercado, “na qual a descontração coincide com o consumo e a segurança policiada, acarretando uma sensível perda de vitalidade urbana” (WISNIK, 2018, p. 135). A perda dessa vitalidade urbana se relaciona com o controle desses espaços, onde as possibilidades de usos diversos são freadas pela alienação ou pela violência. “Vivemos em uma sociedade que cancelou qualquer horizonte de revolução, substituindo-a pela permanente gestão de riscos, em um estado de emergência que se naturalizou, como exceção rotinizada” (WISNIK, 2018, p. 81); até mesmo foi possível enfraquecer o sentido de progresso que nos empurrava para frente e que hoje não passa de um “ar pesado e sufocante”, que nos fixa num presente de afetos tristes. Nesse sentido, acredito que Safatle, em “Quando as

ruas queimam”, tenha dissertado sobre as formas de atuação no espaço, que refletem o “espírito” do *sujeito* do século XXI. Safatle (2016, p. 21) atenta ao fato de que

No interior deste horizonte, não é de se estranhar que a prática política acabe por se reduzir atualmente, em larga medida, ao bloqueio de espaços físicos, ao fechamento da circulação, à paralisação. Estas são as manifestações brutas da indignação de quem se sente lesado e esquecido e calcula a partir do dano necessário a fazer para ser visto.

Neste texto, o autor associa o bloqueio das vias ao bloqueio da imaginação de outros mundos e modos de vida. A partir de tal constatação e do nome do texto (“Quando as ruas queimam”), uma provocação me vem à cabeça: no desejo das ruas queimarem existe um tom piromaniaco de pôr fim a tudo. O que chama a minha atenção é o fato da nossa relação (enquanto tradição branca ocidental) com o fogo ser contrária ao dos indígenas (recorro à alteridade e à visão diferencial de “nós e eles” para adentrar na reflexão), explicitada, por exemplo, na frase “quem brinca com fogo, urina na cama”⁶³. Para a concepção ocidental hegemônica mais atual, o manuseio do fogo geralmente significa um desrespeito e uma violência em vez de ser entendido como uma prática incorporada. Tudo dependeria de como o instrumento fogo é utilizado. A partir disso, consigo pensar em três vias interpretativas: 1) sendo considerado uma prática incorporada, talvez não indique um bloqueio de pensamento; 2) ainda que seja uma marca da violência civil, significa uma resposta contra o monopólio da violência dos governos; ou 3) será que a ação de colocar um fim não seria também uma maneira de deixar o novo nascer? – nas ruas o fogo pode ser o combustível para uma nova cidade. Nesses caminhos, a cidade passa de cidade evento para uma cidade onde o acontecimento ocorre, possibilitando o florescer de outras formas de vida que não passam estritamente pelo espetáculo.

O desejo de uma nova cidade, para Lefebvre (2002), aparece predominantemente na rua, local onde a maioria dos acontecimentos revolucionários ocorrem. A rua entendida como lugar de encontro permite a animação da cidade, proporcionando afetos alegres

63 Na compilação de tabus linguísticos, Mansur Guérios (1979) escreve que a adição “urina na cama” poderia ter relação com o ato de desrespeito do garoto que urina diretamente no fogo, como quem quisesse apagá-lo. Assim, quem brinca com o fogo urina, pode ser entendido como: “quem brinca com o fogo, desrespeita-o”.

aos *sujeitos*. Os encontros previstos e imprevistos dão vida aos cafés, teatros, cinemas, bares, é essa mistura que promove a vida urbana. Sem esses elementos, a cidade é reduzida à condição de dormitório com a “funcionalização” da existência, diagnóstico dado aos conjuntos habitacionais de Le Corbusier (LEFEBVRE, 2002). Não se deve perder de vista a função informativa, lúdica, sensual e sensorial e simbólica das ruas – tudo isso deve ser levado em conta pela Arquitetura urbana como parte da constelação do acontecimento.

Na rua, e por esse espaço, um grupo (a própria cidade) se manifesta, aparece, *apropria-se* dos lugares, realiza um tempo-espaço apropriado. Uma tal apropriação mostra que o uso e o valor de uso podem dominar a troca e o valor de troca. Quanto ao acontecimento revolucionário, ele geralmente ocorre na rua. Isso não mostra também que sua desordem engendra uma outra ordem? (LEFEBVRE, 2002, p. 29-30 – grifo do autor).

Por isso a passagem de Butler (2018, p. 16) sobre algumas avaliações de críticos dos movimentos Occupy é tão interessante. Segundo alguns teóricos, esses atos tiveram sucesso apenas em reunir algumas pessoas nas ruas e facilitar a ocupação dos espaços públicos que estavam sendo ameaçados pela privatização. A avaliação do êxito de um movimento de assembleia é uma tarefa difícil de ser realizada. À primeira vista, só a capacidade de reunir milhares, centenas ou dezenas de corpos nas ruas já é uma incumbência memorável (por si só garantidora de reconhecimento), mas existem outras repercussões que estão nas entrelinhas desses acontecimentos: a recuperação dos espaços públicos para os atos políticos, a tomada do direito de aparecer por parte de grupos invisibilizados, o vislumbrar de questões que estão fora do cotidiano dos *sujeitos*, o reclamar por uma voz ativa sobre os rumos das cidades, o efeito cascata que ocasiona a reunião e outras práticas em áreas periféricas, a mudança de perspectiva sobre o que é e poderia ser a cidade. Para Madanipour (2003), de Paris de ano de 1968 a Berlim de 1989, de Moscou de 1917 a Teerã de 1979, a convergência de pessoas que se reuniram em assembleias tomando os espaços públicos como local de encontro para as discussões exigiu o uso de uma grande quantidade de energia dos corpos. Essa energia pode ser descrita pelo que Butler (2018) chama de formas de afirmação das assembleias: pela fala ou pela falta de sons, pelos movimentos ou imobilização – ainda que algumas delas sejam ações passivas, todos gestos desprendem um montante de

energia dos *sujeitos* participantes –, enquanto que a infraestrutura também confere às assembleias aspectos sensíveis de visão, audição, tangência, que acabam organizando e atingindo as mesmas. Nesse sentido, forças democráticas nascem com

a proliferação de novas práticas políticas inspiradas pela ideia de direitos: movimentos pelo direito à moradia, à privacidade e à mobilidade das pessoas sem-teto, por exemplo, ou declarações a favor do direito de *gays* e lésbicas a uma cultura sexual pública (DEUTSCHE, 2018, p. 119).

Lefebvre (2001, p. 139) escreve que os direitos, caso fossem efetivamente instituídos, mudariam a realidade social: são os direitos à moradia, transporte, segurança, aos lazeres – todos esses dentro da circunscrição do *direito à cidade*. O autor continua: essa cidade iria em direção ao *urbano*, proveniente de uma série de revoluções, que permite centralidades renovadas, uma vida citadina cujo tempo propicia o uso dos lugares de encontro, descanso e de trocas.

Sobre o acontecimento revolucionário (considerando, pelo escopo desta dissertação, as aglomerações episódicas e lutas emancipatórias), Butler afirma que, da mesma maneira que as condições materiais⁶⁴ e físicas dos espaços são prerrogativas imprescindíveis às assembleias (e aos acontecimentos), duas questões são importantes de serem investigadas: 1) de que forma as assembleias reconfiguram a materialidade do espaço? 2) e como produzem o caráter público desse ambiente? (BUTLER, 2018, p. 80). Sobre o segundo ponto, a primeira seção deste capítulo abordou mais profundamente a questão do *público*. Como adjetivo, *público* denomina algo aberto, universal e de todos, porém, quando essas assembleias conformam um possível contrapúblico, o caráter público é posto à prova, reconfigurando-se e mostrando a porosidade de tal adjetivo. Sobre a primeira questão de Butler, minha hipótese é que as assembleias (nas aglutinações episódicas e nas lutas emancipatórias) reconfiguram a materialidade dos espaços reivindicados a partir de outros usos pensados e acionados pelos *sujeitos* presentes no acontecimento e, posteriormente, nas repercussões. Aqueles corpos exploram usos não convencionais do espaço.

64 As condições materiais dos corpos, mesmo numa escala menor, podem ser exemplificadas pelas cordas vocais, pelos músculos e pela resistência em momentos de combate, etc. Sobre o espaço construído, podem ser convocados as ruas, as praças, os monumentos, pontos de encontro etc.

Quando Weizman escreveu, em 2015, sobre as revoluções das rotatórias, recordou um importante apontamento de Rancière em *Ten thesis on Politics*, que aqui reproduzo em tradução livre:

Andem! Não há nada para ser visto aqui! A polícia diz que não há nada para ver na estrada, que não há nada a se fazer que não seja andar. Isso confirma que o espaço de circulação não é nada além que um espaço de circulação. A política, ao contrário, consiste em transformar esse espaço de marcha em um espaço para o aparecimento dos sujeitos: por exemplo, o povo, os trabalhadores, os cidadãos: consiste em refigurar o espaço, do que se tem para fazer lá, ou o que pode ser visto ou nomeado (2010, p. 09)⁶⁵.



Roundabout revolutions. Intervenção arquitetônica para Bienal de Gwangju (Coreia do Sul). Eyal Weizman.

Marcas no asfalto de sete rotatórias que foram locais de insurreições: Praça al-Manara de Ramallah, Cisjordânia (2011), Rotatória de Gwangju, Coreia do Sul (1980), Praça al-Sabaa Bahrat de Damasco, Síria (2011), Praça Mohammad Bouazizi de Tunis, Tunísia (2011), Praça Tahrir em Cairo, Egito (2011) e Praça Azadi em Teerã, Irã (2009).

Imagem modificada pela autora.

Em outras palavras as ruas, as praças, as infraestruturas do espaço público proporcionam um espaço para novos usos, são objetos de disputa para a efetivação do *direito à cidade* e são parte da ação. Dessa forma, as aglomerações episódicas e as lutas emancipatórias que dão cabo a um acontecimento reconfiguram os ambientes materiais ao mesmo tempo em que elas próprias se tornam elementos centrais na

65 No original: “‘Move along! There is nothing to see here!’ The police says that there is nothing to see on a road, that there is nothing to do but move along. It asserts that the space of circulating is nothing other than space of circulation. Politics, in contrast, consists in transforming this space of ‘moving-along’ into a space for the appearance of a subject: i.e., the people, the workers, the citizens: It consists in refiguring the space, of what there is to do there, what is to be seen or named therein”.

disputa dos espaços (BUTLER, 2018). A argumentação de Butler (2018) chega a uma conclusão importante sobre as manifestações quando percebe que elas não produzem somente um novo espaço do aparecimento, mas também resgatam aquele espaço dos detentores dos poderes vigentes. A partir disso, o espaço passa a sorver o dissenso, a disputa. Os corpos nos espaços transformam a esfera do aparecimento, negando as representações hegemônicas políticas, assumindo o controle daquele local e da história material daquela infraestrutura, “refazendo uma história no meio dos seus mais concretos e sedimentados artifícios” (BUTLER, 2018, p. 94-95). A reconstrução da história, em diferentes escalas, pode ocorrer com a inscrição de um uso inédito em um local, como por exemplo, a ação de dormir na praça, que derruba a distinção entre público e privado – ainda que essa seja uma ação circunscrita para parte privilegiada da população, em oposição aos *sujeitos* em situação de rua, que possuem outras reivindicações que assegurem o *direito à cidade* a *eles*.

As infraestruturas fazem parte de um conjunto maior de coisas que apoiam a ação humana: “Por um lado, esses corpos são produtivos e performativos. Por outro, eles só podem persistir e agir quando estão apoiados, pelos ambientes, pela nutrição, pelo trabalho, pelos modos de sociabilidade e de pertencimento” (BUTLER, 2018, p. 93), ampliando as opções de apoio. Portanto, as assembleias são pressões que dizem respeito à materialidade do *direito à cidade*, o direito a se locomover, a se alimentar, dormir, ter tempo livre, de ter espaços públicos com qualidade ambiental espalhados pelas cidades, pelas periferias etc.

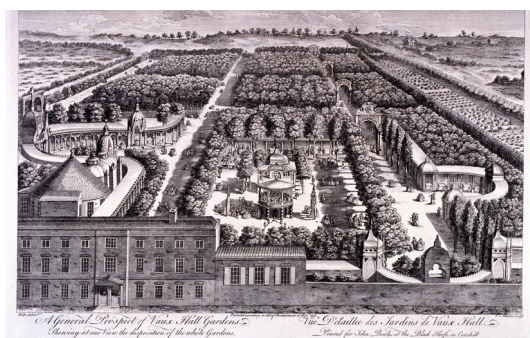
É necessário ter em mente que as ressalvas de enquadramentos são essenciais para uma análise mais cautelosa dos acontecimentos urbanos – tentar mapear todos os tentáculos de um acontecimento seria talvez impossível, afinal a totalidade das coisas não pode ser capturada. Como exemplo, enquanto as manifestações do Parque Gezi estavam ocorrendo, em outro ponto da cidade aconteciam outras mobilizações pelos direitos da população LGBTQIA+. Cetin (2016) relata que durante os protestos em Istambul pelo Parque Gezi, outras formas criativas de manifestações estavam acontecendo simultaneamente em locais distintos da cidade, por exemplo, escadas foram pintadas com as cores do arco-íris, em direta associação com a luta LGBTQIA+.

Os sujeitos participantes insistiam na reivindicação dos espaços, ainda que tivessem sido expulsos dos locais de protestos, com o objetivo de defender o acesso livre a todos os espaços públicos da cidade e a voz definitiva de decisão sobre o futuro deles.

Interessante resgatar aqui a ideia dos corpos como potência política discutida nas seções passadas, pois ela também pode ser lida como instigadora de novas práticas no espaço, afinal, esse elemento é um entre tantos que conformam “um novo modo de existência, de sexualidade, de alimentação, uma nova maneira de relacionar-se com o outro, com o trabalho, com o Estado ou qualquer elemento do entorno” (ROLNIK, 2018, p. 61). Sobre essa faceta do cotidiano, Lefebvre (2001) escreve que aquilo que não foi decifrado ainda, o inconsciente urbano, ou seja, as relações familiares, sexuais, não contratuais, não podem ser esquecidas na decifração do *urbano* amplo. Tomemos o cruising como um exemplo radical: essa prática sexual, com foco na parcela homossexual masculina, ocorre em locais públicos como parques, banheiros públicos, estacionamentos ou estabelecimentos fechados como saunas ou clubes. Não se trata necessariamente de um acontecimento, mas talvez seja a repercussão de um. Colocar-se fora do espaço doméstico, com o corpo nu ou seminu, utilizando os parques de madrugada, fazendo trajetos e percursos conhecidos do grupo na cidade, encontrando conhecidos e desconhecidos. É interessante refletir sobre a montagem de estratégias de aparecimento entre pares de uma sexualidade (que foi e é tão reprimida) por meio de trejeitos reconhecíveis e sobre a utilização, até hoje, subversiva - “à moral e aos bons costumes” - dos espaços das cidades. São *sujeitos* que talvez não poderiam performar as sexualidades no espaço doméstico (por diversas razões) e que utilizam os espaços públicos para serem vistos dentro da própria comunidade.

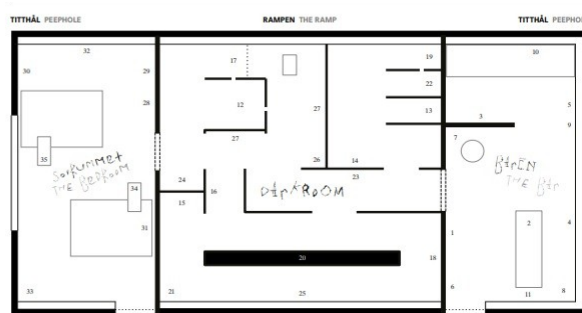
Com as informações etimológicas e materiais coletados, Aaron Betsky pôde apontar que essa prática sexual emergiu na Holanda do século XVII, sendo que a palavra cruising, em holandês, designava as áreas onde homens se encontravam, usualmente nos conselhos, mercados etc. (CHISHOLM, 2005). Segundo o autor. (2005, p. 13 – grifos do autor) a cidade moderna providenciou campos requintados de cruising: avenidas, galerias, cafés e, especialmente, “a instalação de banheiros públicos – *les Vespasiennes*” – em Paris na década de 1840 tornou os locais de *cruising* virtualmente onipresentes”.

Podemos encontrar traços históricos do cruising como nos jardins de Vauxhall, em Londres, que dos séculos XVII ao XIX, serviram como espaços de encontro e prazer. Os jardins eram frequentemente utilizados por casais heterossexuais, contudo uma das usuárias mais notórias era a princesa Serafina (nascida John Cooper), que visitava os jardins mascarada (HISTORIC ENGLAND, s.d.), confirmando uma utilização plural desses espaços públicos.



Esquerda: A prospect of Vauxhall Gardens in 1751, Samuel Wale.

Imagem modificada pela autora.



Direita: Planta do Cruising Pavilion: Architecture, Gay Sex and Cruising Culture, ocorrido em 2019, em Estocolmo. Curador James Taylor-Foster.

Redeploy imaginations of desire! Reoccupy public spaces! (Frases inscritas no documento)

Apesar de infamiliar, essa é uma boa forma de imaginar outros usos para locais sorrateiros, já que também vislumbra o sexo fora do confinamento do espaço privado. Lefebvre em diversas obras coloca o prazer como um elemento do *urbano*, seja nos encontros, nas festas. O sexo, e esse é um adendo valioso, evidencia a centralidade da escala P e desvela a moral de uma época.

O sexo, antes de Freud, era ao mesmo tempo afastado, dilacerado, reduzido, recusado (recalcado). Ele se apresentava no *campo cego*, povoado de sombras e de fantasmas, expulso do concreto por uma pressão impiedosa, por uma alienação essencial (LEFEBVRE, 2002, p. 39 – grifo meu).

Durante o acontecimento ou nas repercussões ocorridas no cotidiano, o redesenho dos limites entre público e privado auxilia na compreensão de questões antes veladas, principalmente ao campo da Arquitetura urbana. A memória dos novos usos do lugar

fica gravada na história dos micro e macroacontecimentos, tratam de aquisições de outras formas de se usar o espaço, transformando também as relações sociais territorializadas e que, ao fim e ao cabo, amarram-se ao entendimento do *urbano* de Lefebvre (2002). Esse montante de experiências e usos recalcados compõem um mosaico não tão acessível, como uma nuvem que paira acima das nossas cabeças.

Ainda que a nuvem citada em aproximação com meu texto trate de uma abstração, a aplicação de tal teoria mobiliza o material. Portanto, pensar a rua para além de suporte significa resgatar um sentido obscuro da infraestrutura, enxergar uma atualização daquelas pedras, calçamentos assentados sobre o cimento, a terra, no sentido de propiciar o espaço, o *locus* do acontecimento. Uma pista de rolamento de automóveis – que anestesia quanto ao esvaziamento da vida e da imaginação – pode ser tomada por uma passeata ou por um grupo de amigos que fazem um piquenique: e é nesse momento que percebe-se que há mais naquela infraestrutura do que podemos ver e imaginar à primeira vista. E é nesse momento que propomos outros usos e efetivamente usamos o espaço subvertendo os sentidos “originais” impostos.

Por outras palavras, no que diz respeito à cidade, o objeto da ciência não está determinado. O passado, o presente, o possível não se separam. É um objeto virtual que o pensamento estuda. O que exige novas *démarches* (LEFEBVRE, 2001, p. 106-107 – grifo do autor).

O que pode ser concluído, com as incursões teóricas da esfera pública, é que, apesar de incongruente à totalidade, a categorização do espaço público é muito importante, principalmente como contraponto ao espaço privado. Além disso, as adições e revisões teóricas de novos pensadores acerca da esfera pública complexificam e pressionam o conceito agora identificado como poroso. Essa porosidade pode ser percebida na materialidade quando pensamos nos usos dos espaços. Todas essas circunscrições são essenciais para o entendimento das repercussões políticas e dos espaços. O acontecimento transforma a esfera pública, os *sujeitos*, os contrapúblicos e, por conseguinte, a forma do espaço público material.

Para mim, parece que sempre imaginar o espaço do acontecimento urbano como “espaço público” é circunscrevê-lo em algo que reduz as possibilidades de leituras desses acontecimentos e das repercussões. Essa reflexão me ajuda a pensar além de

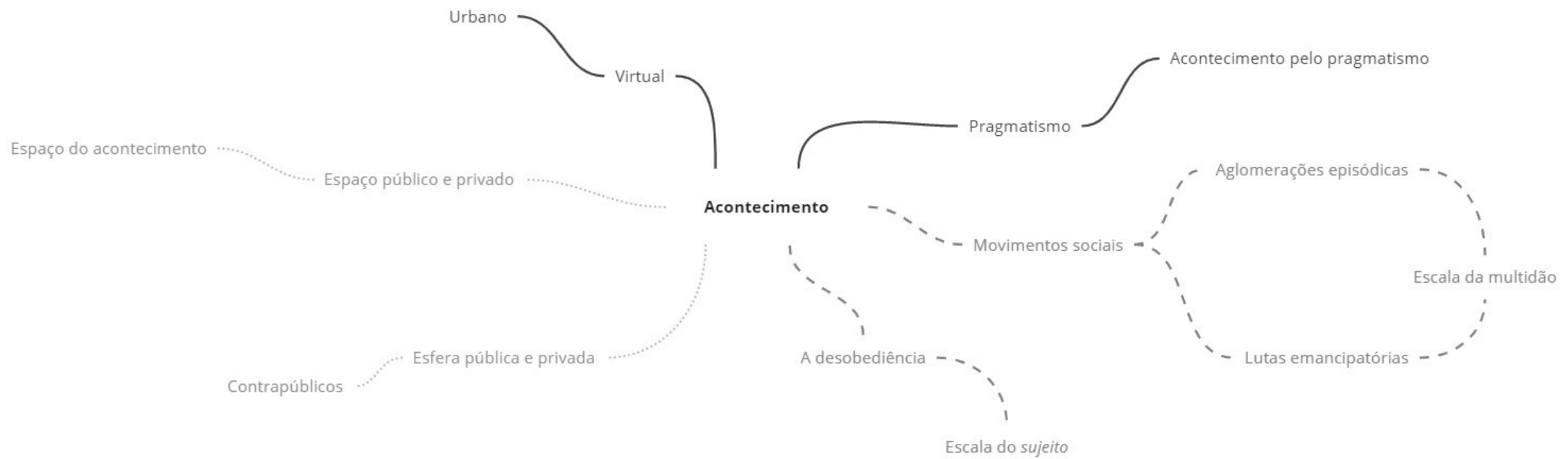
uma estagnação entre público, privado e do comum (instrumentos importantes) e sim numa fluidez entre eles. Amplio a discussão dos movimentos sociais pelo *direito à cidade* e percebo que estas linhas compõem um emaranhado de práticas das cidades. O momento agudo do acontecimento, em que as denominações estão provisoriamente suspensas e de onde um novo uso pode nascer, diz de processos e passagens.

Virtualmente, qualquer coisa pode ocorrer não importam onde. Aqui ou ali, uma multidão pode se reunir, objetos amontoarem-se, uma festa ocorrer, um acontecimento, aterrorizante ou agradável, sobrevir. (LEFEBVRE, 2002, p. 121).



6 CONCLUSÃO

-



Constelação do acontecimento (da dissertação)

2020

Fonte: produção autoral.

“O vazio e o caos no tempo de uma mesma respiração”, Greiner (2015) escreveu essa frase ao lembrar de Kyoto enquanto observava, anos depois e já em São Paulo, alguns operários de uma obra descansando. O vazio e caos, ambos estão presentes nas imagens dos acontecimentos apresentados na introdução. O instante que separa o cotidiano e o acontecimento é fino, afinal, esse acontecimento não necessariamente é monstruoso; ele pode ser pequeno, na medida exata que abala poucas pessoas, mas que, ainda assim, ilumina um novo caminho. O exercício especulativo teórico de identificar e reconhecer como acontecimentos alguns eventos que ocorrem nas cidades (e contrapõem com o caos o vazio das cidades) serviu como ponto de partida.

Corpos que se reúnem em assembleia em uma rotatória, extrapolando-a, para reivindicar uma causa, subvertem aquele território que foi construído exclusivamente para a circulação de veículos. Podemos entender essa apropriação pela leitura do *direito à cidade*. Essa e outras ocupações citadas na dissertação vão contra um modo vigente de utilizar os espaços, ou contra a maneira como os corpos privilegiados, algumas instituições, alguns Governos e alguns setores do mercado (ainda que muitas vezes participemos deles) os leem e os afetam. O acontecimento urbano passa necessariamente pela transformação dos usos sobre as infraestruturas das cidades, uma vez que o *urbano*, nos termos lefebvrianos, é o germe de algo que somente é identificado após a atualização. Tanto o acontecimento quanto o *urbano* possuem esse grau de indefinição sobre o rearranjo das coisas, por isso faz sentido que se relacionem na construção de um conceito composto. Nesse sentido, a suspensão dos constrangimentos e de alguns limites entre público e privado caracterizam essa circunstância temporal nas cidades.

Uma montagem de constelação do acontecimento urbano, analisada pelo campo da Arquitetura urbana: esta foi a contribuição do trabalho. Pelo contexto abrangente do início do século XXI e sem demarcação territorial, a dissertação tentou perceber e repassar o brilho das estrelas constitutivas com exemplos de movimentos sociais, intervenções urbanas, histórias, casos, vestígios. A constelação teve como objetivo servir como um ferramental àquelas ou àqueles que estudam os acontecimentos no

contexto da Arquitetura urbana, em consonância com as Ciências Sociais, a História, a Comunicação, as Ciências Políticas e outros campos de conhecimento.

Passado e futuro são remodelados a partir de um acontecimento e abrem espaço para as disputas de narrativa que são tão acirradas na atualidade. O acontecimento foi caracterizado pela visão da corrente pragmática, significando uma ruptura que modifica as temporalidades. Os textos de Louis Quéré, citados no primeiro capítulo, apresentaram diversas caracterizações desses acontecimentos, que incidem sobre os *sujeitos*, tanto individualmente como coletivamente.

Coletivamente, assim como em um movimento social, Ricardo Mendonça auxiliou no traçado da ligadura entre os movimentos e os acontecimentos, afirmando que as caracterizações dos segundos também podem ser aplicados aos primeiros. Pois, se considerarmos as assembleias episódicas e as lutas emancipatórias como movimentos sociais, podemos aplicar certos componentes do conceito de acontecimento em tais lutas sociais. Aquele grupo de *sujeitos* em assembleia transforma os outros *sujeitos*, o espaço, as esferas e se transmuta como grupo ao reunir, performar, reivindicar, ocupar.

Em uma dimensão menor, os *sujeitos* que desobedecem podem fazer parte de movimentos sociais, contudo, *eles* não necessariamente atuam em lutas organizadas. Na escala do *sujeito*, a desobediência traduz *aquele* que obedece a si próprio. O acontecimento deve ser reconhecido pelas duas menores escalas: a do cotidiano e a do *sujeito*. Sobre o segundo, a ruptura feita por um corpo que desobedece no dia a dia transforma a si mesmo e os outros em volta. Antígona, mais que filha de Édipo ou irmã de Ismênia, Polinice e Etéocles, é alguém de história própria; nela, desobedece a ordem do rei, em meio a várias camadas de ambiguidades, de relações familiares e de poder. Sem dúvida, essa peça abre possibilidade a muitas correspondências aos corpos que desobedecem ao se insurgirem nas cidades. A escala pequena é também muito potente e necessária de ser explorada.

Os *sujeitos* que desobedecem, individualmente ou organizadamente – dentro da discussão desta dissertação –, pressionam as esferas públicas e privadas na formação de contrapúblicos subalternos e com os contradiscursos. Além disso, como corpos físicos, também pressionam o espaço material das cidades, utilizando-o de maneiras

inusitadas. O uso subversivo do espaço faz parte do acontecimento urbano, uma vez que é desse modo que o último se instala na matéria da cidade e faz com que os *sujeitos* usuários se coloquem nos acontecimentos das cidades.

De maneira a aprofundar um pouco mais sobre o *urbano* e sobre os usos recalcados da matéria, a teoria virtual de Pierre Lévy, aplicada na Arquitetura urbana, mostra um caminho interessante. Pensar o espaço do acontecimento como aquele que está em processo de atualização, tanto na concepção da materialidade (como a utilizamos), quanto na própria história e futuro daquele lugar, que são vislumbrados a partir do acontecimento. Tenho a impressão de que com a teoria virtual consigo colocar palavras mais exatas aos acontecimentos e, apesar de se tratar de uma teoria especulativa, o aporte prático articula-se bem com a indefinição do instante acontecimental. Ou seja, para o campo da Arquitetura urbana, tendo a pensar que os usos diferentes dos espaços não necessariamente ocorrem de forma totalmente orquestrada e organizada, sempre há uma fuga, um lampejo.

Dessa forma, enquanto pensamos o espaço do acontecimento como aquele no qual uma atualização é causada por parte dos *sujeitos* integrantes de um movimento social, o papel dos *sujeitos* teóricos (que inclusive podem fazer parte dos movimentos sociais) seria o da virtualização, com base em Žižek. Então, a partir dos apontamentos desenvolvidos, quais serão as perguntas e questões feitas aos acontecimentos urbanos?

REFERÊNCIAS

-

- ABRAHÃO, Sérgio Luís. *Espaço público: do urbano ao político*. São Paulo: Annablume Editora, 2008.
- ALDROVANDI, Cibele. *As exéquias do Buda Sākyamuni: morte, lamento e transcendência na iconografia indiano-budista de Gandhara*. Tese de doutorado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, do Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2006.
- BALTAZAR, Ana Paula. Por uma arquitetura virtual: uma crítica das tecnologias digitais. *A&U-Arquitetura e Urbanismo*, p. 57-60, 2005.
- BENHABIB, Seyla. Models of public space: Hannah Arendt, the liberal tradition, and Jürgen Habermas. In: CALHOUN, Craig. (Ed.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge: MIT Press, 1993.
- BENJAMIN, Walter. *Passagens [Das Passagen-Werk]*. Trad. Irene Aron. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- BENZAQUEN, Guilherme. Acontecimento: uma viagem guiada por Žižek. *PLURAL*, v. 24.2, p. 175-180, 2017.
- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia [Notes toward a performative theory of assembly]*. Trad. Fernanda Migens. São Paulo: Editora José Olympio, [2015] 2018.
- BUTLER, Judith. *Antigone's claim: Kinship between life and death*. New York: Columbia University Press, 2002.
- CALDEIRA, Teresa. The making and unmaking of democratic spaces. In: OCKMAN, Joan (Ed.). *The pragmatist imagination: Thinking about things in the making*. New York: The Temple Hoyne Buell Center for the Study of American Architecture; Princeton Architectural Press, 2001.
- CARVALHO, Isabella; RAMAGEM, Luiza. *Rosa Parks e a segregação racial nos Estados Unidos*. Brasília, 2019. Disponível em: <www.sigmadf.com.br/wp-content/uploads/sites/24/2016/06/FINAL-SUPREMA-CORTE-AMERICANA-ROSA-PARKS.pdf>. Acessado em 06 de julho de 2020.
- CETIN, Murat. Spatial anarchy in Gezy Park protests. In: Richard White et al. (Ed.). *The practice of freedom: Anarchism, geography, and the spirit of revolt*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2016.
- CHISHOLM, Dianne. *Queer constellations: subcultural space in the wake of the city*. Minneapolis; London: Minnesota Press, 2005.

- DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido [Logique du sens]*. Trad. de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo, [1969] 1974.
- DEUTSCHE, Roselyn. Agorafobia [Agoraphobia]. Trad. Thiago Ferreira. *Revista Arte e Ensaios [Evictions: Art and Spatial Politics]*, n. 36, p. 116-173, [1996] 2018.
- DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- DUARTE, Rovenir Bertola. A Arquitetura Contemporânea e o uso pragmático do tempo. *Arquitextos*, São Paulo, ano 13, n. 152.05, Vitruvius, jan. 2013. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.152/4649>>. Acessado em: 11 de maio de 2020.
- DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico*. Campinas: Papirus Editora, 1994.
- ECCEL, Daiane. *O Abismo entre filosofia e política e suas relações com o dois-em-um socrático no pensamento de Hannah Arendt*. Dissertação de mestrado. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.
- EHRENREICH, Barbara. Why Homelessness Is Becoming an Occupy Wall Street Issue. *Mother Jones*. Disponível em: <www.motherjones.com/politics/2011/10/homelessness-occupy-wall-street>. 2011. Acesso em: 22 de setembro de 2020.
- ERMÍNIA, Maricato. Metrópole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 48, p. 151-166, 2003.
- EWALT, David. *Defying reality: The inside story of the virtual reality revolution*. New York: Blue Rider Press, 2018.
- FRANÇA, Vera; OLIVEIRA, Luciana (Org.). *Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2012.
- FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, Craig (Ed.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge: MIT Press, 1993.
- GOMES, Paulo César. Conceitos fundamentais da geografia: espaço público, espaços públicos. *GEOgraphia*, v. 20, n. 44, p. 115-119, 2018.
- GREINER, Christine. *Leituras do corpo no Japão e suas diásporas cognitivas*. São Paulo: n-1 edições, 2015.
- GROS, Frédéric. *Desobedecer [Désobéir]*. Trad. Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu Editora, [2017] 2018.
- GUÉRIOS, Mansur. *Tabus linguísticos*. Curitiba: Ed. UFPR, 1979.
- HABERMAS, Jürgen. *The structural transformation of the public sphere: An inquiry into a category of bourgeois society*. MIT press, 1991.

- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história* [*Alltag und Geschichte. Zur sozialistischen Gesellschaftslehre*]. Trad. Carlos Nelson Coutinho; Leandro Konder. São Paulo: Editora Paz e Terra, [1970] 2008.
- HISTORIC ENGLAND. Places for sex. Disponível em: <http://historicengland.org.uk/research/inclusive-heritage/lgbtq-heritage-project/meeting-and-socialising/places-for-sex/>. Acesso em: 01 de outubro de 2020.
- HOLSTON, James. Rebeliões metropolitanas e planejamento insurgente no século XXI. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 18, n. 2, p. 191-204, 2016.
- HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. Editora Companhia das Letras, 2013.
- HOLSTON, James. *Insurgent citizenship: Disjunctions of democracy and modernity in Brazil*. New Jersey: Princeton University Press, 2009.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Editora Cobogó, 2019.
- KILOMBA, Grada. Illusions Vol. III: Antigone. In: KILOMBA, Grada. *Heroines, Birds and Monsters*. Goodman Gallery (online viewing room), [2019] 2020. 54'35".
- LAGE, Leandro; BARCELOS, Tiago. Por uma abordagem pragmatista dos acontecimentos. *Revista ECO-Pós*, v. 14, n. 2, p. 176-183, 2011.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade* [*Le droit à la ville*]. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, [1968] 2001.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana* [*La révolution urbaine*]. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, [1970] 2002.
- LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?* [*Qu'est-ce que le virtuel?*]. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, [1995] 1996.
- LISPECTOR, Clarice. *Perto do coração selvagem*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.
- LOSEKANN, Cristiana. A esfera pública habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro. *Pensamento plural*, v. 04, p. 37-57, 2009.
- LÖWY, Michael. A contrapelo, a concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). *Lutas Sociais*, n. 25/26, p. 20-28, 2010.
- MADANIPOUR, Ali. *Public and private spaces of the city*. London: Routledge, 2003.
- MAIA, Marta. Quando o agenciamento do sujeito acontece. In: FRANÇA, Vera; OLIVEIRA, Luciana (Org.). *Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2012, p. 321-327.

- MARICATO, Ermínia *et al.* *Cidades rebeldes*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.
- MATTIMORE, Ryan. Before the Bus, Rosa Parks Was a Sexual Assault Investigator. *History*. Disponível em: <www.history.com/news/before-the-bus-rosa-parks-was-a-sexual-assault-investigator>. 2017. Acesso em: 06 de abril de 2020.
- MATOS, Diego. *Cildo Meireles – espaço, modos de usar*. Tese de doutorado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2014.
- McEWEN, Abigail. (2013). The ideology of virtual space: Cildo Meireles, 1968-70. *Interstices: Journal of Architecture and Related Arts*, n. 14, 2013.
- MENDES, Felipe. Três características da filosofia pragmatista e suas consequências para os estudos da Comunicação. *Comunicologia – Revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília*, v. 5, n. 1, p. 156-177, 2012.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Movimentos Sociais como acontecimentos: linguagem e espaço público. *Revista Lua Nova*, n. 72, p. 115-142, 2007.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Dimensões democráticas nas Jornadas de Junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 98, 2018.
- MIESSEN, Markus. *The nightmare of participation*. Berlin: Sternberg Press, 2010.
- MOUFFE, Chantal. For an agonistic public sphere. In: OCKMAN, Joan (Ed.). *The pragmatist imagination: Thinking about things in the making*. New York: The Temple Hoyne Buell Center for the Study of American Architecture; Princeton Architectural Press, 2001.
- MURARO, Darcisio. *A importância do conceito no pensamento deweyano: relação entre pragmatismo e educação*. Tese de doutorado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2008.
- NASCIMENTO, Denise. As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade. *Cadernos Metrópole*, v.18, n.35, 2016.
- OCKMAN, Joan (Ed.). *The pragmatist imagination: Thinking about things in the making*. New York: The Temple Hoyne Buell Center for the Study of American Architecture; Princeton Architectural Press, 2001.
- PAOLINELLI, Marina; CANETTIERI, Thiago. Dez anos de ocupações organizadas em Belo Horizonte: radicalizando a luta pela moradia e articulando ativismos contra o urbanismo neoliberal. *Cadernos Metrópole*, v. 21, n. 46, p. 831-854, 2019.
- PELBART, Peter Pál. *O tempo não-reconciliado*. São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 1998.
- PELBART, Peter Pál. *Modos de Existência em Tempos de Assombro*. Belo Horizonte: Palestra ministrada na Galeria Periscópio Arte Contemporânea. 11/10/2019. Nota de aula.

- PERLATTO, Fernando. Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira. *Rev. Sociol. Polit.*, v. 23, n. 53, p. 121-145, 2015.
- QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos*, v. 6, n. 6, p. 59-76, 2005.
- QUÉRÉ, Louis. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: FRANÇA, Vera; OLIVEIRA, Luciana (Org.). *Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2012, p. 21-38.
- ROLNIK, Suely. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- ROLNIK, Raquel. Apresentação, As vozes da rua: as revoltas de junho e suas interpretações. In HARVEY, David et al. *Cidades Rebeldes* [recurso eletrônico]: *Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial; Carta Maior, 2013.
- RIZO, García, M. As contribuições do pragmatismo de William James e da fenomenologia social de Alfred Schütz à Comunicação. *MATRIZES*, v. 3, n. 2, p. 221-235, 2011.
- SAFATLE, Vladimir. Quando as ruas queimam: manifesto pela emergência. São Paulo: n-1 edições, 2016.
- SANTOS, Letícia; GALERA, Izabella. Vitória: Resistência na Bacia da Izidora. In: Asociación de Escuelas y Facultades Públicas de Arquitectura de América del Sur, 2019, Belo Horizonte. Anais eletrônicos. Campinas, Galoá, 2019.
- SÓFOCLES; ÉSQUILO. Rei Édipo, Antígona, Prometeu acorrentado. Trad. J. B. Mello e Souza. Rio de Janeiro: Ediouro (Clássicos de bolso), 1984.
- SOPHOCLES. *Antigone* [recurso eletrônico]. Disponível em: <msu.edu/~tyrrell/antigone.pdf>. 2002. Acesso em 03 de abril de 2020.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. *Revista Cidades*, v. 7, n. 11, 2010.
- STOPPANI, Teresa. Antigone's dissident dustings: coatings, revolutions and the circularity of dust. In: WEIZMAN, Ines (Ed.). *Architecture and the paradox of dissidence*. Eoxon UK; New York: Routledge, 2013.
- KWINTER, Sanford. *Architectures of time: towards a theory of the event in modernist culture*. Cambridge: MIT Press, 2001.
- THE act of killing. Direção de Joshua Oppenheimer. Copenhagen: Final Cut for Real, 2012.
- VELLOSO, Rita de Cássia. Pensar por constelações. In: JACQUES, Paola; PEREIRA, Margareth (Org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico – Tomo I, Modos de pensar*. Salvador: EDUFBA, 2018.

- VELLOSO, Rita de Cássia. Experiência estética, arquitetura urbana. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, v.17, n.21, pp. 133-155, 2010.
- VELLOSO, Rita de Cássia. *Distração e choque: a experiência da arquitetura na vida cotidiana*. Tese de doutorado. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.
- WAGNER, Kate. The Ethical Failures of Modern Architecture. *The new republic*, 2020. Disponível em: <newrepublic.com/amp/article/156859/ethical-failures-modern-architecture>. Acessado em: 07 de julho de 2020.
- WARNER, Michael. *Publics and counterpublics*. New York: Zone Books, 2002.
- WEIZMAN, Eyal. *The roundabout revolutions*. Cambridge; London: MIT Press, 2015.
- WISNIK, Guilherme. *Dentro do nevoeiro*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- WISNIK, Guilherme. *Dentro do nevoeiro: diálogos cruzados entre arte e arquitetura contemporânea*. Tese de doutorado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2012.
- ŽIŽEK, Slavoj. *Acontecimento: uma viagem filosófica através de um conceito* [Event: A Philosophical Journey Through a Concept]. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, [2014] 2017.
- ŽIŽEK, Slavoj. O violento silêncio de um novo começo. In: HARVEY, David *et al.* *Occupy*. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo Editorial; Carta Maior, 2012.

CRÉDITOS DAS IMAGENS

-

IMAGEM 1: Manifestação em Santiago. Autoria: Susana Hidalgo. Fonte: <www.bbc.com/portuguese/brasil-50229216>. Acesso em 01 de setembro de 2020.

IMAGEM 2: Manifestantes e estátua. Autoria PA/Ben Birchall. Fonte: <theconversation.com/public-sculpture-expert-why-i-welcome-the-decision-to-throw-bristols-edward-colston-statue-in-the-river-140285>. Acesso em 02 de setembro de 2020.

IMAGEM 3: Roundabout revolutions. Intervenção arquitetônica para Bienal de Gwangju. Autoria: Eyal Weizman. Fonte: <thefunambulistdotnet.wordpress.com/2015/07/08/weaponized-architecture-the-insurgent-and-the-technocrat-a-review-of-eyal-weizmans-roundabout-revolutions/> Acesso: 29 de outubro de 2020.

IMAGEM 4: A prospect of Vauxhall Gardens in 1751. Autoria: Samuel Wale. Fonte: en.wikipedia.org/wiki/Vauxhall_Gardens#/media/File:Vauxhall_Gardens_by_Samuel_Wale_c1751.jpg/ Acesso: 30 de outubro de 2020.

IMAGEM 5: Planta do Cruising Pavilion: Architecture, Gay Sex and Cruising Culture, ocorrido em 2019, em Estocolmo. Curador James Taylor-Foster. Fonte: www.cruisingpavilion.com/assets/arkdes-cruising-pavilion_viewing-public.pdf Acesso: 30 de outubro de 2020.

IMAGEM 6: Espaços virtuais: Cantos, 1967-68. Autoria do artista. Fonte: i.pinimg.com/originals/f2/9c/32/f29c32b7445cd73266bb41d0b8b644dd.jpg. Acesso: 05 de dezembro de 2019.

IMAGEM 7: Espaços virtuais: Cantos, 1967-68. Autoria do artista. Fonte: i.pinimg.com/originals/f2/9c/32/f29c32b7445cd73266bb41d0b8b644dd.jpg. Acesso: 05 de dezembro de 2019.

Este trabalho utilizou as fontes PT Serif e Sora.